

O CÔNSUL DESOBEDIENTE

SÓNIA LOURO



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
Para quem quer fugir da rotina

**AO LUÍS CORTE REAL
E AO ANTÓNIO
E ÁLVARO DE SOUSA MENDES**

AGRADECIMENTOS

Iniciei a escrita desta obra no início de 2008. Tendo ouvido falar na figura de Aristides de Sousa Mendes desde a minha adolescência, nunca pensei vir um dia a apaixonar-me por ela. Mas, à medida que a fui pesquisando e conhecendo melhor, percebi que aquilo que se costuma dizer, “só se ama o que se conhece”, nunca fizera tanto sentido para mim quanto neste caso.

Para conseguir elaborar uma obra desta dimensão e pormenor foram necessárias várias ajudas e até favores. Muitas portas se abriram e várias permaneceram fechadas, mesmo por parte de quem se diz admirador de Aristides de Sousa Mendes. Mencionarei apenas os primeiros, pois é para eles que vai o meu agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer ao Frère Bernard Rivière, um padre francês Franciscano e nonagenário que, a partir do seu mosteiro em Toulouse e sempre com vários problemas com o seu computador pessoal e um sistema operativo já ultrapassado, fez tudo o que estava ao seu alcance para me ajudar. Na sua juventude, ao tornar-se pároco em Bordéus, descobriu a figura de Aristides de Sousa Mendes e, tomando-a como um verdadeiro exemplo de cristão, não mais parou de a divulgar. É sobretudo graças a ele que a comunidade portuguesa emigrada em Bordéus conhece Aristides de Sousa Mendes. Frère Bernard Rivière é, por seu turno, o exemplo de que a idade não é impeditiva de nada enquanto a mente continuar a sonhar. Agradeço a Sylvain Bromberger, um antigo refugiado da 2ª Guerra Mundial que, juntamente com a sua família, recebeu um visto de Aristides de Sousa Mendes em Baiona, pelo seu depoimento. Quero realçar a simpatia e a prestabilidade das funcionárias da biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Não posso deixar de agradecer a várias pessoas desconhecidas espalhadas pelo mundo que me fizeram chegar documentos essenciais, tais como: um jornalista anónimo do Diário Vasco de San Sebastián; Timorah Perel do Yad Vashem; Anna Fahey-Flynn, bibliotecária do departamen-

to de microtexto da Boston Public Library; ao rabi Perry Netter, em Los Angeles; e ao João Coutinhas pelas informações sobre os táxis existentes em Portugal nos anos 40. Agradeço o apoio prestado pela Fundação Aristides de Sousa Mendes e, principalmente, aos netos de Aristides de Sousa Mendes, António e Álvaro de Sousa Mendes, pelas memórias partilhadas. À Marie-Rose Faure, filha de Aristides de Sousa Mendes, também pela partilha de memórias e simpatia. À Helena Maria de Sousa Mendes, pelas revisões do manuscrito. À Sónia Rodrigues, pela ajuda nas traduções da maior parte dos textos em inglês e em espanhol. E à Carina Amorim que, para além de ser sempre a minha primeira leitora, crítica e revisora, relembra-me constantemente que eu posso sonhar o que quiser. Obrigada.

“O Senhor é para Portugal a melhor das propagandas, é uma honra para a sua pátria. Todos aqueles que o conheceram louvam a sua coragem, o seu grande coração, o seu espírito cavalheiresco, e acrescentam: se os portugueses se parecem com o Cônsul Geral Mendes, são um povo de cavaleiros e de heróis.”

(Extracto da carta que Gisèle Allotini, uma refugiada que recebeu um visto em Bordéus, enviou a Aristides depois de estar instalada em Portugal.)

“Reconheço como um acto de Deus que um homem como este estivesse no lugar certo à hora certa.”

Carta de Moise Elias dirigida ao Yad Vashem (organização israelita para a recordação dos mártires e heróis do Holocausto).

“Tenho agora 75 anos, sou professor jubilado do MIT. Estou casado há cinquenta anos com uma mulher maravilhosa, sou pai de dois filhos pelos quais sinto uma grande alegria e orgulho. Tive uma vida rica. Se não fosse pela sua acção (de Sousa Mendes), eu teria provavelmente morrido de forma horrível num campo de concentração antes de atingir os dezassete anos de idade.”

Sylvain Bromberger

(Resposta dada a João Paulo Abranches quando este pediu a Sylvain Bromberger para que descrevesse como a concessão de um visto mudou a sua vida em 1940)

Não participo em chacinas, por isso desobedeço a Salazar!
Aristides de Sousa Mendes

Setembro de 1939

A TORMENTA ANTES DA TEMPESTADE

No início da tarde caíra a primeira chuva de Outono e o dia morria suavemente com o vento a empurrar as nuvens para norte e a impedir que o asfalto enxugasse. O Ford tinha recomeçado a sua viagem havia menos de meia hora. A jornada que se queria célere já podia entrar para o recorde pessoal de Aristides de Sousa Mendes como a mais lenta que alguma vez fizera entre as fronteiras francesas e espanholas. Tentava parar o menos possível, mas a indisposição de Maria Fernanda, uma das suas empregadas, a petiza, como todos carinhosamente se referiam a ela lá em casa, obrigava-o a fazer paragens constantes por causa dos enjoos.

Aristides ligou o pisca para a direita e pisou suavemente o travão. Apesar de contrariado com todos aqueles atrasos, não podia fazer nada. O seu rosto estava escarlate pelos nervos e pela ansiedade causada por uma viagem que lhe parecia interminável, e o de Angelina encontrava-se branco pela frialdade que o medo lhe provocava. Não sabia conduzir, mas percebia que o marido estava a ir muito depressa e que por mais de uma vez fizera manobras arriscadas. As faces de Maria Fernanda estavam esverdeadas e a dos miúdos impassíveis a uma guerra já declarada, mas para eles distante e agora cada vez mais, já que o pai os ia levar para o Passal. Apenas a fome os torturava.

Enquanto o estômago da petiza se revirava, os miúdos e as outras empregadas aproveitavam para colher os frutos silvestres da beira da estrada. Aristides esperava-os encostado à viatura, de proporções pouco usuais, pois fora desenhada pelo seu filho Pedro Nuno para transportar pelo menos dezassete pessoas e feita por encomenda na fábrica da Ford em Antuérpia. Vigia as extremidades da estrada, julgando poder prever a aproximação de algum veículo indesejado. Desviando por momentos o olhar, colocando-o nos filhos, depois no mostrador do seu relógio de bolso e, por fim, perscrutando o céu, onde naquele momento começava a aparecer uma pincelada rosa, mais intensa junto ao cume da serra que se estendia à sua volta,

chegou à desconcertante conclusão: “Mesmo que se apercebesse de alguma coisa, nunca conseguiria colocar toda aquela tropa displicente dentro do carro em tempo útil para fugir.”

Angelina estava alguns passos à frente do marido, também ela não sentia o desejo de colher os frutos da beira da estrada, pois o seu estômago estava demasiado encolhido. Ela dividia a sua atenção entre a despreocupação dos filhos, o semblante carregado de Aristides e os vômitos de Maria Fernanda. Rezava para que recomeçassem a viagem o quanto antes e pedia a São Cristóvão e à Nossa Senhora da Boa Viagem que os protegessem naquela jornada.

O cônsul impacientava-se com o avanço incessante dos ponteiros do relógio, os quais consultava em intervalos inferiores a cinco minutos, mas não tinha argumentos para apressar os filhos. Eles tinham fome e ele não trouxera dinheiro suficiente para levá-los a um restaurante. De qualquer forma, nem poderia, pois um carro como o seu, grande, único e ainda com a matrícula diplomática, despertava as atenções. Queria passar despercebido, pois se a polícia política espanhola o detectasse com certeza avisaria a sua congénere portuguesa.

Aristides decidiu aquela viagem para ir colocar os filhos a salvo na sua casa, em Cabanas de Viriato, assim que a França declarou guerra à Alemanha, e Angelina concordou consigo. No entanto, apenas com o intuito de gozar férias, pedira a meio de Agosto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros uma licença de doze dias a começar a 1 de Setembro. Fora-lhe recusada. Se tivesse sido aceite, estariam agora todos no Passal, mas sendo assim, não arriscou fazer um novo pedido tão pouco tempo depois de o anterior ter sido indeferido. Agora, encontrava-se na situação pouco confortável de estar fora do consulado sem autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas colocar entre os seus filhos e a guerra o maior número de quilómetros possível era um imperativo. Porém, sem autorização, era como se fizesse uma viagem clandestina. Não podia ser descoberto, pois já não seria a primeira vez que era repreendido por se ausentar sem licença.

Assim que os enjoo de Maria Fernanda ficaram mais espaçados, os passageiros retomaram os seus lugares no *Expresso dos Montes Hermínios*, nome com que a família baptizara o Ford. A estrada abria-se no horizonte do pára-brisas e parecia nunca mais ter fim. Aristides olhou de soslaio para o *tablier* e os números pareciam-lhe demorar a cair no conta-quilómetros, apesar do ponteiro do velocímetro já ter atingido a extremidade direita do mostrador. O pedal do acelerador mantinha-se afundado, o pé direito de Aristides empurrava-o com mais força do que a necessária, provocando um desconforto na coxa. Nem aquele pedal

desceria mais do que já estava, nem o veículo, pesado e a subir uma encosta, rolaria mais.

A ideia de chegar o mais depressa possível a Cabanas de Viriato sem ser detectado pelas polícias políticas de Espanha e de Portugal já raivava a obsessão e o facto de saber os seus filhos famintos também não o ajudava a descontraír-se. Pela visão periférica, apercebia-se do seu lado direito dos semblantes de Angelina e Maria Fernanda, colocada num dos lugares da frente para ver se enjoava menos. A primeira não disfarçava a apreensão, a segunda estava demasiado abatida para ter outra preocupação para além dos seus enjoos. Das suas costas, chegava o ruído das exalações dos que vinham nos bancos de trás, e sentia a ansiedade de respirações curtas, assim como, poisados em si, olhares inquietos. Até ali eles tinham-lhe parecido despreocupados, o que os teria feito mudar de atitude? Lembrou-se de que deveria ter sido ele, a sua linguagem corporal na última paragem. Afinal, era o baluarte da família e as apreensões desta regulavam-se pelas dele.

Uma placa de pedra solitária plantada na berma da estrada acabava de anunciar a proximidade de Salamanca, lembrou-se vagamente Aristides dez minutos depois de ela ter ficado para trás. O Ford descia uma colina de uma estrada enrolada e deserta, o que fazia aumentar a ansiedade. A solidão repercutia-se de forma ambígua no cônsul e, por conseguinte, nos restantes. Por um lado, diminuía as possibilidades de serem vistos, mas por outro, transmitia-lhe uma sensação lúgubre. O asfalto negro de onde se desprendia uma canícula, pois quando o vento se acalmou a tarde tornava-se abafada, e a vegetação que desaparecera das bermas dando lugar a cascalho solto e a areia fina, aumentavam a sensação de melancolia. Nesse momento, Aristides lembrou-se de que além de correr para colocar os filhos a salvo, estava a diminuir o tempo que os distanciava da separação.

A estrada e a paisagem pareciam-lhe agora ainda mais sombrias e o carro ganhava velocidade na descida. Uma das margens abria-se para um penhasco e na outra as montanhas deixavam expostas paredes altas de xisto negro. Subitamente o veículo pareceu ganhar vida, ele que fizera moribundo a subida sem prestar qualquer atenção aos apelos do acelerador. Instintiva, mas fatalmente, o pé direito do cônsul saltou para o travão do automóvel no momento em que entrava numa curva. Aristides tentou refrear o seu gesto, mas já era tarde. O Ford inclinava-se perigosamente para o lado e a estrada ocupava agora a totalidade do horizonte do pára-brisas. Os gritos vindos do lado e de trás intensificaram-se. Segurava, embora inutilmente, o volante com toda as suas forças, como se dessa forma a derrapagem pudesse abrandar e a capotagem, iminente, evitada. Num relance por uma das janelas laterais, apercebeu-se da aproximação da ravina. Ao mesmo tempo

teve a sensação de agora só ouvir gritos vindos dos bancos de trás. O pior ocorreu-lhe e finalmente o carro imobilizou-se.

De um salto Aristides saiu do veículo. Ao virar-se para abrir as portas de trás, um vislumbre da profundidade da ravina provocou-lhe um estrangulamento no peito. Um arrepio na espinha fê-lo encolher-se dentro da sua camisa, dando a impressão que esta era alguns números maior do que aquilo que usava. O penhasco teria cerca de dez metros e a viatura imobilizara-se a outros tantos daquele.

Assim que abriu as portas do *Expresso dos Montes Hermínios*, os filhos saíram apressados que nem coelhos da toca. Esta era a sua pior viagem. Um comentário, que não conseguiu identificar de quem, confirmou-lhe essa sensação:

— *Cauchemar!*

Angelina não saiu para se juntar aos filhos, chamando a atenção de Aristides, nesse momento, para os bancos da frente. Ela segurava a cabeça de Maria Fernanda que tinha desfalecido, mais pelo susto do que por alguma mazela física provocada pelo acidente. Era por isso, então, que ele deixara de ouvir os gritos vindos do lado. Sorriu, estavam todos bem.

— Graças a Deus, não morreu ninguém, graças a Deus!¹ — Gritava a plenos pulmões Aristides já fora do autocarro e de olhos levantados para o céu. — Graças a Deus! — Repetia incessantemente, com a preocupação de ainda estar a quase três horas de Vilar Formoso momentaneamente esquecida.

Estavam todos bem, mas nem por isso completamente ilesos. A sua filha Clotilde e uma sobrinha tinham alguns ferimentos ligeiros, mas precisavam de cuidados imediatos pois sangravam abundantemente. Silvério, o sobrinho de Aristides, filho do seu primo com o mesmo nome, sentara-se no chão ao lado de Clotilde e segurava-lhe as mãos feridas nas suas, depositando de vez em quando um beijo nas palmas para a animar. O seu sobrinho encontrava-se com eles em Bordéus no momento em que a guerra à Alemanha fora declarada. Faltavam apenas três meses para o seu casamento com a sua prima Clotilde e ele deslocara-se lá para ultimar alguns assuntos relativos ao desposório.

Graças a Deus!, continuava a repetir intimamente Aristides quando o roncar de um motor cada vez mais próximo despertou a sua atenção, assim como a dos presentes. Ainda sob o efeito do torpor provocado pelo acidente e com os nervos mal recompostos, todos os rostos se viraram para a estrada, menos o de Maria Fernanda, que continuava atordoada e não conseguia avaliar o significado pleno daquele ruído.

¹ Depoimento de Fernanda Dias no *Expresso* de 9 de Novembro de 1996.

O estrépito do motor vinha do lado esquerdo, e os olhos viraram-se nessa direcção, perscrutando o limite da estrada que conseguiam alcançar dali. Silvério parara de beijar as mãos de Clotilde, e segurava-as paralisado. Em breve, além do ruído, viram materializar-se o automóvel que o provocava. Como que encantados pelo som e pela imagem, apenas quando o veículo saiu da estrada e entrou na berma, atraído pelo aparatoso acidente, é que despertaram. Era uma limusina negra. Não seria da polícia espanhola, mas Aristides reparou de imediato na matrícula que pertencia ao corpo diplomático.

Os seus ocupantes, dois homens de fato escuro, apesar da temperatura, saíram da viatura e aproximaram-se do Ford. Um deles, o motorista, trazia consigo, segura pelas duas mãos como se transportasse um tesouro, uma caixa branca, que só já muito próximo Aristides percebeu tratar-se de uma caixa de primeiros socorros. A providência de que Clotilde e a prima precisavam, pensou o cônsul, voltando a louvar a Deus, desta vez em pensamento.

Avaliando que o desastre não fora grave, os homens voltaram a partir pouco depois. Era melhor assim, pensou Aristides, pois apesar de por momentos o seu temor de um encontro com as polícias políticas se ter anestesiado com o susto do acidente, ele voltara agora, ainda mais presente do que antes.

De novo o ruído de um motor catapultou as atenções dos presentes das feridas para a estrada. O travar dos pneus no asfalto e depois na terra aguçava-lhes a curiosidade, mas também lhes aumentava o receio. As portas abriram-se e materializou-se na sua frente um punhado de freiras espanholas. Elas aproximaram-se e a tensão de Aristides cresceu. A família sentiu-o e também ficou mais apreensiva. Eles não queriam chamar a atenção, mas desta forma seria difícil.

— *Usted está cambiando una rueda?* — Perguntou uma das irmãs.

Aristides assentiu, recriminando-se interiormente por ainda há pouco estar a agradecer a Deus e agora a mentir a uma das suas servas. Mas elas acreditaram nele, não repararam nas escoriações das duas jovens e acabaram por partir.

No entanto, Sousa Mendes e a família deveriam saber que não há duas sem três e portanto que ainda lhes faltava mais uma visita e, a avaliar pela bizarrice das anteriores, esta não seria menos *sui generis*.

A temperatura morna, mas sobretudo o ar abafado do interior espanhol, apesar de já decorrer o mês de Setembro, era desgastante. Mas essa era a menor das preocupações de Aristides, eles não podiam passar a noite ali. O Ford também não conseguiria sair pelos seus próprios meios. Valia pelo menos o facto de as raparigas já não sangrarem. Olhou em volta, como se o

vislumbre do horizonte lhe pudesse trazer alguma resposta. Lembrou-se de uma frase que costumava ouvir, mas esquecer-se de quem: “Vai devagar que eu tenho pressa”. Percebia-a agora melhor do que ninguém. A velocidade retardara-o.

Ao silêncio do lugar, entrecortado de quando em vez pelas vozes desanimadas dos miúdos, sobrepôs-se, mais uma vez, o ruído de um motor. Os rostos curiosos voltaram a virar-se para a estrada. Em breve, um carro negro, outra limusina, estacionou na berma, levantando uma nuvem de pó que se colou na sua pintura preta, clareando-a numa mancha alongada à altura das rodas.

A porta da frente abriu-se, revelando um motorista de fato azul-marinho, elegante, completamente abotoado e engravatado. Nem o *quépi* lhe faltava. Antes de abrir a porta traseira, o homem tirou o chapéu da cabeça e encostou-o ao peito. Como ele se posicionou entre a limusina e o *Expresso dos Montes Hermínios*, quando a mulher saiu, apenas se conseguiu perceber, a princípio, uns sapatos envernizados de tacão alto. Era o suficiente, no entanto, para denunciarem uma dama elegante e abonada, o que de resto o automóvel já fazia prever.

Quando o motorista se desviou para o lado, desvendou uma mulher alta, na casa dos quarenta, que além de elegância transparecia nobreza. Com ela vinha uma menina, talvez de dez anos, que a seguia alguns passos atrás.

Enquanto os restantes olhavam admirados para aquela misteriosa senhora, Aristides franziu o sobrolho. Os seus traços não lhe eram desconhecidos e à medida que caminhava na sua direcção, atraída pelas placas diplomáticas do Ford, ele ia, a pouco e pouco, lembrando de onde a poderia conhecer. Antes que ela estivesse ao alcance da sua mão estendida para um cumprimento, ele reconheceu-a. Era *Doña Cármen Pólo y Martines Valdês*, a mulher do generalíssimo!²

Reconheceu-a porque ela acompanhava sempre o marido, porém, essa descoberta afligiu-o. Sentia como se o sangue lhe refluisse, e de facto o seu rosto ficou lívido, mas devido a todos os acontecimentos ninguém o estranhou. Estaria Franco no carro? Viria a polícia política a segui-la para lhe dar protecção? Indagava-se compulsivamente, assustado com as possíveis respostas que o deixavam ainda mais pálido. A apreensão obrigou Sousa Mendes, sem dar por isso, a cerrar os punhos, mas dissimulou-o quando ela lhe deu os bons dias. Disfarçou um olhar de soslaio na direcção da limu-

² Segundo Rui Afonso in *Um Homem Bom*, p. 20, a viatura transportando a mulher de Franco foi a terceira a parar a seguir à limusina e ao autocarro com as freiras. No depoimento de Fernanda Dias, no jornal *Expresso* de 9 de Novembro de 1996, ela menciona apenas Doña Carmen Pólo y Martinez.

sina, de onde, após a saída da menina, mais ninguém assomara à porta. O silêncio característico do campo reconfortou-o. Aparentemente, não vinha outro veículo no seu encalço e isso ajudou-o a esconder o seu nervosismo.

— Estão todos bem... — Informou Aristides perante a preocupação de *Doña* Cármen, descrevendo um largo gesto para abranger todos os seus filhos que, cansados, se espalhavam pelo chão.

Ela abriu um largo sorriso, parecia verdadeiramente satisfeita por ninguém aparentar ferimentos graves. Porém, antes de partir, prometeu que mal chegasse a Salamanca enviaria ajuda.

Aristides observou-a a afastar-se e a sua apreensão regressou. O que viria de Salamanca, perguntava-se, e continuou a remoer ao longo do resto da tarde, em que ele e a família passaram expostos ao calor que se sentia naquele dia, e até ao princípio da noite, quando as temperaturas baixaram bastante.

O vento voltara, fustigava os corpos que se encolhiam dentro de agasalhos primaveris e levantava nuvens de poeira que feriam as faces. Silvério colocou o braço por cima do ombro de Clotilde para aconchegá-la junto a si. Aristides olhou de soslaio para o jovem e distraiu-se momentaneamente das suas preocupações. Era seu sobrinho, ia casar-se com a sua filha, mas aquele era um gesto demasiado intimista. Silvério olhou distraidamente para o tio e recolheu o braço intimidado.

O cônsul pôde voltar às suas preocupações iniciais, conformando-se aos poucos com o facto de, com tanta gente consigo e com duas pessoas feridas, não lhe restar senão esperar. Estava fora de questão expor a família a mais perigos, pois no seu íntimo não podia deixar de se sentir culpado pelo acidente, uma vez que o seu estado de nervos muito influíra para ele.

O vento continuava a acozá-los, mas a maioria dos miúdos deitou-se no chão, de barriga para cima e olhar colocado no céu, onde finas nuvens se rompiam para um céu estrelado. De olhos enfeitiçados pelo firmamento, alguns deixavam as suas pálpebras cerrarem-se sem darem por isso, finalmente vencidos pela fadiga e emoções daquele dia.

A resposta ao que viria de Salamanca chegou já tarde, na forma de um camião de reboque e sem outra companhia. O *Expresso dos Montes Hermínios* foi recolocado na estrada e Sousa Mendes prosseguiu viagem. Continuava nervoso, tentando imaginar se chegara à PVDE a notícia de um carro com matrícula diplomática tombado na estrada. Por outro lado, atormentava-o a ideia de que desta forma já não conseguiria voltar para Bordéus tão depressa quanto imaginara. Baixou a janela do seu lado. A respiração de tantas pessoas começava a embaciar o pára-brisas e outro acidente era tudo o que não precisava.

O ar embateu-lhe fresco no rosto revitalizando-o. Estava cansado e a

respiração que lhe chegava dos bancos de trás indicava-lhe que a maioria dos miúdos já sucumbira ao cansaço. Olhou de relance pela janela. A algumas dezenas de metros de profundidade, paralelo à estrada, pareceu-lhe ver um curso de água. Olhou mais uma vez pela janela e a sua impressão confirmou-se, era o rio Tormes. A superfície da água, filtrada por uma lua tímida, conferia ao rio tons de chumbo.

Agora a viagem corria de forma mais fluida, a Fernanda estava restabelecida e já não era necessário parar devido aos enjoos. Depressa os faróis, acesos nos máximos, embateram numa placa indicando a proximidade da localidade fronteiriça espanhola de *Fuentes de Oñoro*. Por conseguinte, Vilar Formoso também já não estava longe. No entanto, Aristides já não se sentia capacitado para continuar. Estava exausto, mas consciente de que não conseguiria prosseguir em segurança. Hesitava entre parar ou prosseguir e, por isso, diminuía a velocidade do automóvel. Uma voz vinda de trás, onde ele julgava que todos dormiam, surpreendeu-o.

— Eu posso levar o carro a partir daqui, tio.

Aristides sentiu como se lhe adivinhassem os pensamentos, pois já não aguentava mais dirigir o *Expresso dos Montes Hermínios*.

— E desta forma o tio ainda pode ganhar tempo.

O cônsul não percebia como, o cansaço deveria estar a afectar o seu raciocínio, mas antes que questionasse o sobrinho, este avançou com a explicação.

— Antes de prosseguirmos, — começou, falando baixinho para não acordar os seus primos, — posso deixá-los na estação de comboio. Deste modo, estarão em Bordéus por volta da hora de almoço. Não há forma mais rápida, nem que o tio conduzisse sem parar até Cabanas e regressasse logo em seguida para França.

E isso Aristides sabia que já não era capaz de fazer. Continuou em andamento enquanto equacionava a proposta que o sobrinho lhe propunha. Por fim, entraram em *Fuentes de Oñoro* e Aristides resolveu-se por dirigir o carro na direcção da estação, onde estacionou.

Sem a cadência embaladora do rolar do automóvel, os miúdos foram acordando. Aristides e Silvério já estavam na rua. O vento soprava agora com mais força, as golas dos seus casacos estavam puxadas para cima, as cabeças enterradas nos ombros e os braços cruzados, apertados contra o corpo. O cônsul olhava reconhecido para o sobrinho e abraçou-o na despedida. Cerrou-o com força nos seus braços, querendo transmitir no gesto e no silêncio toda a gratidão por este lhe levar os filhos para casa. Filho do seu primo direito Silvério, que por sua vez era irmão de Angelina, e a sua mãe, irmã da mulher de César, o rapaz era como um filho para Aristides.

Angelina saiu do carro só quando já não pôde mais dilatar o momento da separação, pois queria aproveitar os últimos minutos que a separavam da despedida dos filhos. As palavras trocadas com Silvério não podiam ser muitas, pois Aristides queria os filhos na segurança do Passal o mais depressa possível e logo chegou a sua vez de se despedir da família. Entregou as chaves do Ford na mão do sobrinho e ficou, juntamente com Angelina, a vê-lo fazer marcha-atrás para voltar a entrar na via. Os filhos encavalitavam-se nos vidros das janelas e acenavam com as mãos para os pais. Silvério parou para engrenar a primeira mudança e, nesse curto intervalo, levantou também ele a mão para se despedir uma última vez.

Angelina e Aristides ficaram a ver o Ford afastar-se até ele mudar de direcção, depois analisaram o céu por uns instantes. As estrelas brilhavam intensamente, no entanto, nuvens escuras flutuavam junto à linha do horizonte.

— Deus queira que eles não apanhem chuva. — Disse Angelina após o exame ao firmamento.

O casal entrou na estação. Estava silenciosa e, àquela hora, pouco movimentada. Antes de comprar os bilhetes, Aristides varreu com o olhar as pessoas que esperavam na plataforma e nas imediações da bilheteira, para se certificar de que não encontrava ninguém suspeito. Uma mulher sozinha, de vestido cor de avelã, sem bagagens perto de si, apenas com uma mala a tiracolo, dava pequenos passos nervosos para diante, e ao fim de quinze ou vinte, refazia-os para trás. Um rapaz na casa dos vinte, com uma mão no bolso e a outra segurando a ponta de um cigarro que levava a intervalos regulares à boca, encostado à parede, fixava o chão. Uma senhora, já com uma certa idade, com a cabeça a descair para a frente denunciando cansaço, estava sentada sobre um baú, talvez para garantir que, mesmo que adormecesse, ninguém o roubaria. No seu colo repousava a cabeça de uma criança, cujo corpo se alongava também sobre a arca. Não havia ninguém suspeito, concluiu, ao mesmo tempo que se recriminava por estar a ficar paranóico.

Aristides dirigiu-se à bilheteira onde um funcionário, com os olhos raiados pelo cansaço e uma boina que caía até às orelhas, lhe perguntou em tom maquinal:

— Si?

— *Dos billetes en segunda classe para Bordéus, por favor.* — Pediu Sousa Mendes, ao mesmo tempo que retirava da carteira as últimas notas de peseta que cambiara na antevéspera para as despesas da viagem, congratulando-se pelo dinheiro ter chegado para tudo e colocando no seu lugar os bilhetes que o homem lhe estendia.

Angelina e Aristides foram para a sala de espera da estação. Sentaram-se sem perceber por que estaria esta deserta, uma vez que a frialdade

das madrugadas de Setembro era já mais do que suficiente para se procurar um abrigo. Acomodaram-se nos assentos rijos, encostando-se um ao outro para se protegerem daquele arpejo que lhes percorria o corpo. Angelina cerrou as pálpebras, com a proximidade ao marido a fazer renascer uma intimidade e cumplicidade que há meses estava moribunda. Era até por isso que optara por não ficar com os filhos, não ir para Portugal. Temia que esta separação, que não sabia quanto tempo demoraria, pudesse separá-la de vez de Aristides. Além disso, também ficaram em Bordéus outros dois filhos. No seu conjunto, o marido e os filhos que ficaram, precisavam mais dela do que os que regressavam para a segurança daquele que era o seu verdadeiro lar.

Aristides olhou para o lado. Angelina estava quieta, de olhos fechados, parecia dormir. Antes assim, pensou. Ele manteve-se desperto, temendo adormecer e perder o comboio de volta para Bordéus. Pelas janelas da sala de espera podia perceber as gradações suaves da noite que morria, enquanto o dia nascia suavemente, apesar das nuvens escuras que teimavam em manter-se no céu.

A posição dos ponteiros no relógio de parede, o sopro estridente do apito do chefe de estação e o resfolgar cada vez mais próximo da locomotiva, advertiram-no de que o seu comboio chegava. Antes que pudesse ter tocado no braço de Angelina para a despertar, ela abriu os olhos e, acto contínuo, pôs-se de pé.

O comboio entrava na linha. Da plataforma, o cônsul via as janelas dos vagões correrem devagar diante dos seus olhos, com as caras dos seus passageiros encostadas aos vidros, alguns dormiam, outros denunciavam, pelo aspecto estremunhado, que acabavam de acordar. Subiu o degrau da sua carruagem e depressa se tornou, ele também, um rosto anónimo de encontro ao vidro da janela. Um silvo estridente e o aumento do resfolgar da locomotiva, que parecia tornar-se impaciente, indicaram-lhe que partia.

A face apertada contra a janela e o sopro da respiração a embater nesta criaram um halo de vapor de água no vidro. Aristides via a paisagem desenrolar-se diante dos seus olhos através de uma rodela de nevoeiro, pensando que daí a algumas horas já estaria em casa. Enfim, este era um modo de dizer, pois para casa eram os seus filhos que voltavam, ele e a mulher apenas regressavam para o segundo andar do edifício nº 14 do *Quai Louis XVIII* em Bordéus.

Julho de 1885 a 1908

NASCIMENTO, FACULDADE E CASAMENTO

O quarto estava na penumbra. Da cama, Maria Angelina não conseguia distinguir as minúsculas flores azuis do papel de parede. Mas talvez fosse de si e não da ausência de luz, pois, cansada, sentia que a sua visão se turvava, tendo de semicerrar os olhos para conseguir voltar a focar os objectos. Parecia míope. Olhou de soslaio para a janela. Nenhum raio de luz tentava penetrá-la. Ainda era de noite e, no entanto, parecia-lhe que já tinham passado tantas horas. Tornou a cabeça na direcção oposta para ver o seu filho recém-nascido, que já limpo e vestido, descansava ao colo da empregada. Era o seu primeiro filho e sentia-se exausta pelo trabalho de parto, assim como a criança deveria estar, pois já dormia. Ela gostava de o poder fazer também, mas ainda não lhe era permitido. Dera à luz há várias horas, se a sua percepção empírica não a atraçoava, mas ainda não podia, como a maioria das parturientes, cair para o lado e adormecer. O bebé que dormia profundamente nos braços da empregada nascera por volta das onze horas da noite. Agora já mudara o dia, era madrugada, e não havia meio de a outra criança nascer.

Não quero ter mais nenhum, confidenciou a si própria quando, depois do sofrimento do primeiro parto, esperava, em agonia, sentindo contracções e o corpo ainda dilatado pelo segundo. A parteira na sua frente olhava para si como que pressionando-a a despachar-se, como se dilatasse o segundo parto propositadamente. Era uma mulher robusta, de rosto redondo e feições que pareciam sempre indiferentes ao que a rodeava. Tinha o cabelo oleoso, negro e raiado de branco, preso num carrapito para não empatar, dizia ela. Ajudara a dar à luz a maioria dos bebés da região, assim como contribuíra para um aumento de anjinhos no céu.

— Só mais um pouco! — Ordenava a parteira, ao mesmo tempo que colocava o antebraço debaixo da linha das mamas, encostado a estas, e o fazia deslizar pressionando-o até ao baixo-ventre. — Vá! — Exigia-lhe, como se estivesse ao alcance de Maria Angelina.

A parturiente revirou os olhos, considerando o gesto da parteira vão e enfadada pelas ordens que recebia. Até dava a impressão que ela não era a principal interessada em que aquilo acabasse de uma vez por todas. Olhou de relance para o relógio de cobre, com o São Jorge a cavalo e de espada erguida, que estava sobre a cómoda. Percebeu que os ponteiros formavam um ângulo de 90°. A parteira mexeu-se encobrendo a sua visão. Seriam três horas da madrugada?

Este segundo parto estava a custar-lhe mais do que outro e ela já achara o primeiro insuportável. E, também, em nada contribuía o facto de Maria Angelina não gostar muito da parteira, como se lembrou quando ela lhe voltou a gritar uma ordem.

— Força! — Repetia. — Se ele entrou, também tem de sair!

Maria Angelina considerou o comentário indecoroso.

— Força! Vá! Agora é que é!

Maria Angelina já não se entusiasmava ao ouvir estas palavras, pois ouvira-as previamente várias vezes. Sabia que eram apenas um truque para que se esforçasse mais, iludida com o vislumbre do fim.

— Já lhe vejo a cabeça!

Nesse momento Maria Angelina acreditou e empurrou com força a zona pélvica, parecendo-lhe que conseguiria mover uma montanha com o esforço, mas a verdade é que a parteira continuava a pedir-lhe insistentemente que fizesse mais e com mais força. De repente, e após tanto esforço, parecia que o bebé lhe escapava entre as pernas como uma enguia escorrega das mãos.

— É um rapaz! — Gritou a parteira ainda com o bebé pendurado pelos pés e de cabeça para baixo.

Maria Angelina expirou profundamente. Continuava a sentir-se desconfortável, mas o tormento acabara. Tornou a olhar para o relógio da cómoda, marcava as quatro horas.

— Deixe-me ver o meu filho.

— É igual ao outro! — Informou, como se isso demovesse a mãe de o segurar nos braços.

A parteira acabou por aceder a colocar junto da mãe o mais recém-nascido, já limpo e envolto numa manta branca.

— Dois rapazes. — Constatou, orgulhosa. O nome Sousa Mendes já tinha por onde medrar.

Pela manhã, quando três faixas de sol já tépidas, apesar de ainda serem as primeiras horas do dia, batiam no soalho em pontos diferentes, aumentando a sensação de alívio que Maria Angelina sentia, José Sousa Mendes visitou os filhos. Os dois bebés dormiam no mesmo berço, o único que ainda possuíam pois não tinham como saber que teriam gémeos. Uma das ti-

ras de sol batia no berço, e José desviou-o ligeiramente de forma a proteger os pequenos rostos enrugados dos bebés, não deixando de se espantar com a sua semelhança. Se continuarem assim, como os vou reconhecer quando crescerem, interrogava-se apreensivo. Lembrou-se que se costuma dizer que os pais distinguem sempre os filhos gémeos. Oxalá.

Estes eram os primeiros filhos de José Sousa Mendes. Olhou para eles, depois para a mulher. Sempre gostara do nome do avô de Maria Angelina, César, o 2º visconde de Midões. Por outro lado, agradava-lhe que esse nome estivesse relacionado com a sua profissão, juiz.

— Este, — disse José pegando ao colo a primeira criança a nascer, — vai chamar-se César, como o seu bisavô, que era advogado. — Segurou por mais alguns momentos o bebé e tornou a colocá-lo no berço. — E este... — começou hesitante, agarrando o outro filho. — Este será Aristides. — Decidiu-se, lembrando-se de que o irmão de César se chamava assim. Um herdaria o nome do bisavô, o outro do tio-bisavô. Estava certo assim, pensou. — Além disso, — pronunciou, deixando escapar os seus pensamentos em voz alta, brincando sozinho, uma vez que a mulher dormia e, além dos bebés, não havia mais ninguém no quarto. — Será Aristides, como o general e estadista ateniense, também conhecido por Aristides, o Justo — continuou, como se justificasse a escolha a si próprio, ou a explicasse à criança.

Um mês e meio depois, no dia 25 de Setembro, Maria Angelina e o marido levaram os seus filhos gémeos, nascidos em dias diferentes, à igreja de Cabanas de Viriato para receberem os santos óleos.

Apesar de serem apenas dois, os gémeos nunca tiveram falta de companhia, brincavam com os primos e primas paternos e maternos, e por isso não sentiram grande diferença, quando, com dez anos, a família cresceu com a vinda de outro irmão, José Paulo. Na fisionomia, os gémeos eram iguais, mas dizia-se de César que era mais prudente, sério, estudioso, pessimista e de Aristides que era mais extrovertido, alegre, prestável e generoso.

A proximidade entre os primos era tão grande que Aristides não evitou apaixonar-se, ainda na adolescência, pela sua prima Angelina. É uma verdade popular que os opostos se atraem, mas os iguais também. Aristides e Angelina eram muito parecidos: tinham recebido uma educação católica semelhante, demonstravam um grande apego aos valores da família e à sua terra e ambos eram pessoas generosas.

José e Maria Angelina acompanharam César e Aristides à estação no dia da partida para Coimbra. Abalavam de madrugada para chegarem à universidade ainda de manhã. O pequeno José Paulo, de mão dada com a mãe e de olhos inchados por ter sido arrancado da cama cedo demais, esperava, ansioso, pela partida dos irmãos para poder voltar para debaixo das cobertas.

Apesar das horas, várias outras pessoas esperavam pelo comboio na plataforma, de braços cruzados para apertarem os agasalhos contra si. Aristides sentia-se impaciente, os minutos que o separavam da chegada das composições pareciam não passar. Por outro lado, ansiava por estas tanto quanto desejava que se atrasassem. Os seus sentimentos confundiam-no. Olhou para o irmão, e no seu rosto leu o mesmo nervosismo que o consumia. Sorriu. Eles eram iguais.

O chefe da estação saiu da sua sala expelindo a última baforada de fumo do cigarro que acabava de fumar. Atirou a beata para a calçada da plataforma e caminhou para o seu limite, levantando no ar a bandeirola encarnada. As composições entraram lentamente na linha e, mesmo antes de pararem, as pessoas aproximaram-se dela, ficando a dois ou três passos do rebordo da plataforma.

— A partir de agora vão começar uma nova vida. — Disse o pai, dirigindo-se aos gémeos. — E se lá em Coimbra vos aparecer uma situação na qual tenham dúvidas de como agir, lembrem-se sempre do que vos costumou dizer: “Nunca façam nada por que não possam responder!”³ — Recordou, olhando para os gémeos, mas no fim espreitou para o José Paulo que esfregava os olhos e abria a boca, para lhe fazer sentir que aquele conselho também era válido para ele.

A mãe beijou os filhos. Custava-lhe vê-los partir, ainda que fosse para Coimbra que, bem vistas as coisas, nem sequer era tão longe assim. Estimulada pelo marido, também ela quis relembrar aos filhos o que várias vezes lhes dissera ao longo do seu crescimento:

— “Mesmo que alguém vos trate mal, sejam sempre os meus filhos, bons para toda a gente!”⁴

Os gémeos sorriram perante as palavras da mãe. Cada um pegou numa das alças do baú de madeira e viraram-se para o comboio. Assomaram à janela assim que puderam e começaram a acenar aos pais mal a máquina se pôs em movimento. Dali, já não tinham tanta vontade de sorrir. A imagem da sua família afastava-se e, mesmo sabendo que seguiam na direcção da concretização de um sonho de sempre, não puderam deixar de sentir um aperto no peito. Mantiveram-se com a cabeça fora da janela enquanto foi possível avistá-los. Estranhamente, foi José Paulo o último a baixar a mão no seu aceno de adeus.

Os gémeos deram os primeiros passos na *Alma Mater Conimbrigensis*, numa manhã escura e chuvosa de princípio de Outubro. Apesar da cor lú-

³ Retirado de uma carta de César a Aristides de 29 de Janeiro de 1949, em que relembra ao irmão os conselhos que os pais sempre lhes repetiam.

⁴ *Ibidem*.

gubre do dia, eles estavam radiantes e até emocionados, pois entrarem em Direito em Coimbra fora o sonho dos últimos anos e a vivência da concretização de um sonho causa sempre um abalo. A visão dos pais e do irmão na plataforma no momento da despedida já se tinha desvanecido da sua lembrança.

Aristides levava consigo, no bolso interior da jaqueta, a certidão de idade, onde se lia a hora e a data em que nascera, passada pelo padre de Cabanas de Viriato, João Pais Pinto. Em intervalos tão constantes que pareciam cronometrados, levava a mão à altura do bolso, para se certificar de que o documento não desaparecera. Comportava-se como se carregasse um tesouro. E para ele era-o. Pois aquele papel, dobrado em quatro, seria essencial para a concretização da matrícula dali a pouco. Ou seja, para a obtenção da prova de que era estudante de Coimbra.

Munidos das suas certidões, os manos abriram a matrícula como alunos do 1º ano da Faculdade de Direito e, depois, instalaram-se no nº 16 da rua de Sub-Ripas. Passaram todo o primeiro ano a ansiar pelo segundo, pois apesar de terem apenas três cadeiras, estas valiam por cadeirões, como normalmente se dizia. Dedicaram grande parte do seu tempo ao estudo enfadioso das cadeiras de Sociologia Geral e Filosofia do Direito, História Geral do Direito Romano Peninsular e Português e Princípios Gerais do Direito Civil. Mas o seu anseio pelo ano escolar seguinte não se devia apenas ao trabalho, que seria o mesmo ou maior, mas sim ao facto de deixarem de ser caloiros.

Eram alunos aplicados. Ao toque da cabra⁵ iam para a aula, depois ao mesmo som melancólico recebiam a notícia do fim da lição. A rua onde moravam tinha um aspecto romântico mas igualmente nostálgico. Afinal, um tem sempre algo do outro. No entanto, o romantismo e a nostalgia eram afinados no Penedo da Saudade e, se a lua estivesse cheia, aqueles atingiam o seu auge. Era impossível a Aristides, nesses momentos, não levar os seus pensamentos para longe, para Mangualde, pois era da sua prima Angelina que se lembrava nessa altura, sentindo a sua veia de poeta latejar com vontade de lhe escrever umas quadras apaixonadas. César sofria do mesmo mal, suspirando no Penedo da Saudade por Maria-Luísa, a sua noiva.

Os dias escuros e frios de Inverno deram depressa lugar à luz dura do Verão e, apesar das horas passadas no Penedo da Saudade contradizerem essa impressão, o ano lectivo tinha decorrido depressa. A prova era que Aristides chegara à época de exames quase sem se dar conta disso. O afinco do estudo, redobrado nas semanas que antecediavam as provas, fê-lo esque-

⁵ Sineta da Universidade de Coimbra que chama os estudantes para a aula.

cer-se das visitas ao Penedo da Saudade e a ocupação constante com os calhamaços obliterou, por momentos, a lembrança da prima. Dezasseis nas três cadeiras foi a sua recompensa pelo esforço.

Ambos orgulhosos, dentro das suas batinas, dos resultados dos exames, os gémeos esperavam na estação de caminhos-de-ferro o comboio que os levaria de volta a casa. Apesar de ainda não serem sete horas da manhã, a plataforma estava cheia de outros rapazes da Academia, conspurcando o silêncio matinal de uma cidade ainda adormecida. Formavam pequenos grupos ruidosos e fumegantes, também eles orgulhosos de pertencerem à Briosa e dos vícios recentemente adquiridos. Em algumas noites, os gémeos chegaram a deslocar-se a um boteco, para verem, inicialmente, alguns colegas mais velhos, exímios bilharistas, e depois para darem eles mesmos alguns toques. Mas não chegaram a ir o número de vezes suficientes para que se tornasse um hábito. Nunca viram, no entanto, nenhum dos seus colegas em Santa-Cruz ou na Sé, onde iam com alguma regularidade.

Ouviram o apito estridente da locomotiva alguns segundos antes de verem o comboio entrar na linha. O chefe da estação aproximou-se da beira da plataforma com a bandeirola encarnada levantada numa mão e a sineta baixa na outra. Alguns dos rapazes que aguardavam por aquele comboio, impacientes, deitaram a ponta do cigarro fora, enquanto outros saboreavam as últimas baforadas. César olhou, sorridente, para Aristides e deixou escapar um desabafo:

— Finalmente as férias! Já estava farto disto!

— Não tens de que te queixar, as tuas notas até foram melhores do que as minhas.

César olhou para o chão e logo depois para os vagões que começavam a desfilar diante de si em marcha lenta até se imobilizarem. O chefe da estação deixou cair o seu chapéu na atrapalhão de verificar os papéis e os caixotes que descarregavam. Parecia que era a primeira vez que fazia aquele trabalho. Enquanto isso, gritava ao homem de fretes que os levasse dali. Estavam a atravancar a plataforma.

Aristides foi o primeiro a entrar no vagão, César passou-lhe as suas duas malas e entrou a seguir. Sentaram-se de frente um para o outro, cada um no lugar junto à janela. Outros passageiros tomaram os assentos ao seu lado. Eram conhecidos, colegas de Coimbra.

O chefe da estação badalou o sino e a máquina começou a resfolgar mais alto iniciando a sua marcha. Aristides apoiava o cotovelo no friso da janela, e ele e o irmão espreitavam para a plataforma. Rostos revezavam-se na sua frente, na sua maioria jovens mulheres acenando para o comboio. Algumas agitavam lenços brancos para a despedida dos namorados conquistados à

Briosa, como se eles partissem para a guerra ou outro lugar distante e elas não os fossem mais ver. Em alguns casos seria assim. Lembrou-se nesse momento de Angelina, que estaria naquele momento com certeza a experimentar a sensação contrária.

A máquina aumentou de velocidade e o seu resfolgar tornou-se mais ruidoso. Quando Coimbra ficou para trás, Aristides recostou-se no seu lugar. A paisagem que corria ao seu lado começou a tornar-se monótona e o cansaço das noites anteriores, passadas em branco a estudar à luz de um candeeiro a petróleo, veio à tona. As pálpebras começaram a cerrar-se e Aristides não fez qualquer esforço para as contrariar.

Uma palmada nas costas sacudiu-o, ao mesmo tempo que se dava conta do estrídulo de um apito. Uma voz que lhe pareceu a princípio longínqua e pouco perceptível, disse-lhe qualquer coisa que não conseguiu decifrar de imediato. Depois levantou-se num pulo, ao perceber que era César quem o alertava de que já tinham chegado e se dava conta do alvoroço das pessoas a levantarem-se e a recolherem as suas malas. Estavam em Carregal do Sal, no caminho-de-ferro da Beira Alta.

— Queres dormir até onde? — Acrescentou César, divertido com o ar estremunhado do irmão.

Os dois irmãos dirigiram-se para fora da estação. Aí, apesar de serem quase dez horas, reinava o silêncio. Cada um carregava o seu malão, agarrando pelo puxador de uma das extremidades e deixando a outra arrastar pelo chão. Estava pesado demais para ser de outro modo. Eles tinham resolvido trazer, além das roupas, alguns calhamaços de Direito. Aristides arrastava dentro da sua mala o primeiro e segundo fascículos de *Princípios de Direito Políticos e Direito Constitucional Português*, o irmão levava o terceiro. Trazia ainda a *Carta Constitucional, Acto Adicional, Leis Constitucionais Posteriores e Legislação Correlativa* e ainda as *Lições de Direito Civil*, o mais caro de todos os livros de texto que adquirira no ano lectivo que findara. César ainda trazia o *Código Administrativo de 4 de Maio de 1896*, o *Código Penal de Setembro de 1886* e a *Lei Eleitoral de 8 de Agosto de 1901*. Os restantes ficaram no nº 16 da rua de Sub-Ripas.

Junto à porta da estação, algumas tipóias esperavam pelo comboio de Coimbra, do qual Aristides e César acabavam de sair. Foram dos últimos passageiros a abandonar o vagão e, por isso, foi com surpresa que constatarem que ainda havia tipóias. Uma, aliás. Estava atrelada a dois cavalos baios castrados que, apesar disso, ostentavam um aspecto esgalgado. O cocheiro, ao perceber que se dirigiam para a sua viatura, saltou do assento e ajudou-os com a bagagem.

— Para Beijós, por favor. — Pediu César.

Apesar de ainda faltarem um bom par de horas para o meio-dia, já

estava um calor insuportável. Em breve, os cavalos ficaram com o dorso, a garupa e o pescoço molhados e a espumarem da boca. O movimento contínuo das rodas e a temperatura elevada eram os ingredientes perfeitos para o sono tornar a assaltar Aristides, mas as extensões de pinheiros e de avelaneiras que se estendiam pela paisagem, lembrando a cada momento a proximidade de casa, eram o suficiente para manter o sono longe pelo entusiasmo que exaltavam.

Uma vez em Beijós, os irmãos não encontraram tempo para estudar. Aristides estava demasiado ocupado a visitar a prima, que felizmente também morava na mesma localidade, e César vivia em igual azáfama, mas no seu caso tinha de se deslocar um pouco mais longe, a Mangualde, para ver a sua noiva. Normalmente, César acompanhava Aristides até à casa de Angelina e daí seguia com o irmão desta, Silvério, para Mangualde, pois os dois primos namoravam duas irmãs.

Se o ano lectivo passou depressa, o tempo das férias deu a sensação de ser ainda mais célere e em breve os manos voltavam para a *Alma Mater Conimbriguensis*. Fizeram o 2º ano na mesma casa na qual passaram o tempo de caloiros, mas, no 3º, mudaram-se para o nº 2 de São Salvador e no seguinte tornaram a trocar de residência e foram para o nº 82 da Estrada da Beira. Só as notas de Aristides se mantinham constantes, a sua média nos exames continuava de 16 valores.

Aproximava-se o fim lectivo do 5º ano, que era também o último. Foi numa cadeira desse ano que obteve uma nota diferente da habitual. Para destoar, Aristides obteve um 17 na 17ª cadeira. O fim desta etapa trazia consigo uma sensação ambígua, pensava Aristides, sentado, provavelmente pela última vez, no Penedo da Saudade. Olhou para o lado; César observava as estrelas, pensando certamente na sua Maria-Luís, alvitrou Aristides. Esse era também outro dos motivos da sua felicidade, com a obtenção de grau de bacharel, em breve poderia pensar em casar-se com a sua prima. Mas o fim de uma etapa tem sempre qualquer coisa de triste, de melancólico, justamente pelo desfecho que acarreta em si. O Penedo da Saudade era o melhor lugar que conhecia para carpi-lo.

Apesar de ir para uma nova etapa da sua vida pela qual esperava ansioso, não podia deixar de pensar que havia qualquer coisa de inocente que findava nela. Ele obteria o grau de bacharel dali a uns dias, a 13 de Julho de 1907. Nessa altura, abrir-se-iam as portas para a idade adulta, para uma profissão, um casamento, responsabilidades, fechando-se definitivamente as das carambolas no boteco.

Aristides olhava para a imagem de Jesus Cristo crucificado, pendurada no centro do altar-mor da igreja de Cabanas de Viriato, ladeado por dois pa-

res de colunas brancas e douradas. Aos seus pés repousavam ramos de malmequeres amarelos frescos, que tinham sido colhidos nessa manhã. Chegara o momento pelo qual esperara nos últimos anos. Por ser sua prima direita, filha de primos direitos do seu pai e da sua mãe, Aristides temeu em algum instante não conseguir casar com Angelina. Apesar de o casamento nunca ter sido posto em causa nem por si nem pelos seus pais, aliás, mais do que isso, ser considerado como natural, a Igreja não era exactamente da mesma opinião. Por isso, antes de correrem os proclamas, Aristides e Angelina tiveram de pedir uma dispensa episcopal. Naquelas semanas em que esperaram pela resposta ao seu pedido, temeram pelo pior. Utilizaram como razão o facto de viverem num meio pequeno e não conseguirem ter a possibilidade de encontrar um parceiro com quem não tivessem uma relação de parentesco,⁶ mas sabiam que era um argumento que tremia pela base, pois Aristides, por questões académicas, passara os últimos cinco anos da sua vida em Coimbra. Porém, era a mais pura verdade para Angelina, que nunca saíra de Beijós. Era, portanto, uma meia verdade. Este argumento, meio verdadeiro meio forjado, era o único que poderia convencer a igreja. Motivos de ordem sentimental, que eram os mais puros, teriam pouco peso.

A dispensa episcopal foi conseguida, e Aristides estava agora ali, de frente do altar sem sentir as pernas por inteiro. O seu pai e a sua mãe, numa posição ligeiramente ulterior, ladeavam-no. Nervoso, com as mãos entrelaçadas, virou-se para a frente para olhar na direcção da porta. Um tapete encarnado partia desde os seus pés até à entrada. Arranjos semelhantes àqueles depositados aos pés de Cristo distribuíam-se pelas esquinas dos bancos de madeira na nave da igreja, nos quais já se sentavam os convidados, os seus familiares e os da noiva, que eram, ao fim e ao cabo, os mesmos. Pareciam estar de olhos postos nos seus movimentos, imaginou o seu nervosismo febril.

Os rostos dos presentes voltaram-se quase em simultâneo para a entrada, o órgão começou a tocar a marcha nupcial e, ao contrário do que imaginara, Aristides sentiu-se mais agitado. Os nervos turvaram-lhe as ideias, aceitando maquinalmente a noiva das mãos do tio, que dali a pouco seria sogro também, só voltando a si quando o padre lhe perguntou:

— Aristides de Sousa Mendes, aceita para sua mulher Maria Angelina Coelho de Sousa Mendes?

— Sim.

— Promete ser fiel na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, amando-a e respeitando-a até que a morte vos separe?

⁶ Rui Afonso, *Um Homem Bom*, p. 22.

— Sim. — Concordou Aristides, desviando levemente o olhar do padre para a noiva. O nervosismo passara quase por completo.

Apesar de ter cursado Direito e de o seu pai ser juiz, nunca pensara seguir a carreira jurídica, sempre sonhara com a diplomacia. O seu irmão tinha a mesma opinião. César e Aristides seguiam no banco de trás do *chars-à-banc* que tinham tomado na estação de Santa-Apolónia com o intuito de se dirigirem ao Terreiro do Paço. A distância era curta, mas preferiram assim, pois não queriam chegar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a pé.

Recostaram-se e observaram a capital à medida que desfilava diante de si à velocidade do trote curto da parelha de cavalos. O da esquerda tinha as costelas visíveis, e Aristides desviou o olhar. No Terreiro do Trigo, duas varinas, descalças e vestidas de negro, de cesta de verga equilibrada na cabeça, apregoavam o seu conteúdo. Talvez fossem mãe e filha, avaliou Aristides pela sua aparente diferença de idades. Mesmo dali, apesar da tez escura da sua pele tisonada por dias de venda ambulante ao sol, pareceu-lhe perceber um buço denso na vendedora mais velha. Chegou-lhe às narinas um cheiro a peixe. Era de chicharro, a avaliar pelos seus pregões. Os irmãos taparam o nariz com a palma da mão, mas o cocheiro pareceu imperturbável. A tipóia seguiu sem abrandar, nem acelerar.

A meio da rua da Alfândega, Aristides achou que já conseguia perceber a fachada do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Virou-se para o irmão e sorriu. Cúmplice, César retribuiu-lhe o sorriso, mas não seria necessário, os olhos de ambos já diziam tudo.

O freio puxado na boca dos animais pelas rédeas que o cocheiro manejava destramente obrigou-os a pararem. Fizeram-no em frente às colunas de entrada na Rua Augusta.

— Quanto é? — Perguntou César.

— São cinco tostões.

Aristides colocou a mão sobre a carteira de César que já se preparava para pagar, sinalizando-lhe que era ele quem o faria.

Antes de entrarem no Ministério, já de costas para a rua, Aristides apontou para a esquerda e disse:

— A rua do Arsenal é ali.

César acenou simplesmente, sabia bem que a rua do Arsenal não estava longe.

— Dizem que o buraco da bala ainda é visível... — Acrescentou Aristides, referindo-se aos disparos que uma das paredes daquela rua segurara, aquando do atentado, há mais de um ano, contra o rei e o príncipe herdeiro.

Eram monárquicos e a proximidade do lugar onde tudo decorrera causou-lhes um certo desconforto, sobretudo porque, no seu íntimo, sabiam

que a monarquia ficara indelevelmente afectada. Provavelmente teria os seus dias contados. Lamentavam-no.

Tornaram os rostos para a entrada do Ministério, mas entreolharam-se antes de prosseguir. Aristides teve a sensação de se ver ao espelho, coisa que já não sentia desde criança, mas naquele dia estavam tão iguais: bigode engomado repuxado para cima, fato branco da marinha com galões dourados nos ombros e espada de cerimónia à cintura. Como poderiam não se confundir?

— Depois de si, senhor. — Gracejou Aristides com o irmão à porta do Ministério, inclinando-se ligeiramente e simulando uma vénia.

Ambos tinham feito o exame para concorrer à carreira consular e tinham passado. Eram diplomatas. Ao darem os primeiros passos no interior do ministério, tiveram a ilusão de que o seu futuro começava ali.

Outubro a Dezembro de 1939

A GUERRA ESTRANHA

“*C'est une drôle de guerre!*” — Aristides repetiu em voz alta o título da notícia da primeira página do hebdomadário *Gringoire*.⁷

Já lera o corpo da notícia, mas o título continuava a ressoar-lhe na cabeça. O jornalista Roland Dorgelès acabava de chegar da Linha *Maginot* e intitulou desta forma o seu artigo porque ficara impressionado com a calma e apatia que encontrara nas trincheiras. Franceses e alemães limitavam-se à observação mútua. Este só poderia ser o acumular de tensões às quais se seguiria a explosão, pensou, não ignorando que Bordéus era o início do corredor de fuga que já vários refugiados começavam a seguir. O número só poderia tender a aumentar.

Olhou para o relógio de parede na sua frente, faltavam ainda dez minutos para o consulado abrir. A sala estava sombria, deu-se conta apenas nesse momento. Levantou-se e acendeu o candeeiro de suspensão de três lâmpadas, mas até poderia ter cinco ou dez, pois parecia que o dia estava condenado a ser escuro. Na realidade, pesava-lhe no pensamento a frustração de não ter conseguido ajudar o casal Gingold há alguns dias.

Heddy Gingold era uma cantora de ópera soprano e libretista, e o marido, Norbert, era compositor e ambos eram judeus austríacos. Ela apareceu-lhe no consulado no princípio de Outubro, no dia 7, um sábado. O seu rosto estava lívido, acusando o cansaço da peregrinação que fizera a outros consulados desde que chegara a Bordéus. Mas esta não era a única razão para a sua tez ressequida e as olheiras escuras e fundas a emoldurarem olhos mendicantes. O marido fora internado num campo de concentração. Por isso, além do cansaço, denunciavam também a esperança que já não existia. Esvaíra-se a cada porta que se fechara, a cada rosto, também ele fechado, que apenas abria a boca para lhe lembrar o que ela já sabia de cor: ela era uma cidadã de um país que já não existia.⁸

⁷ *Gringoire* de 26 de Outubro de 1939.

⁸ Um ano antes a Áustria fora anexada pela Alemanha.

Ao chegar ao número 14 do *Quai Louis XVIII*, foi o próprio cônsul de Portugal quem a recebeu. O que, só por si, já contrariava as suas experiências anteriores. Nas suas tentativas em outros consulados, fora atendida por subordinados, satisfeitos por exercerem o micro-poder recém-adquirido, que se limitava a dizer que não aos refugiados. Esta alteração no atendimento deu-lhe logo a impressão de que encontrara alguém que se preocupava e infundiu-lhe esperança na sua deambulação consular, a qual já se tornara um gesto maquinal. Esta era a sua última tentativa, mais precisamente um descargo de consciência, pois para se saber que todas as portas estão fechadas, todas têm de ser experimentadas. Esta porta, quando Heddy começou a subir as escadas de madeira até ao segundo andar, era apenas mais outra.

A libretista foi encaminhada para uma porta, a princípio fechada, mas que se abriu para uma sala onde um homem de aspecto vulgar, roliço e de meia-idade, com cabelos e olhos escuros,⁹ sentado atrás de uma secretária, levantou o rosto na sua direcção e lhe perguntou:

— *Bonjour, est-ce que je peux vous être utile?*

Logo após estas palavras, Heddy repreendeu-se a si própria pela sua primeira impressão de não ter achado aquele homem fisicamente impressionante. O seu tom de voz calmo, bem diferente do dos funcionários que a tinham atendido em outros consulados, impelindo-a a despachar-se, insinuando que lhes fazia perder tempo, fê-la sentir que tinha encontrado alguém diferente. Deu dois passos à frente.

— *Asseyez-vous, s'il vous plaît!* — Incentivou-a Aristides, vendo que a mulher hesitava.

Ela acedeu. Depois de todos os malogros na obtenção de um visto noutros lugares, estava confusa por aquele estranho lhe mostrar modos tão gentis. Esperava que este lhe fosse igualmente negado aqui, mas não previra ser bem recebida. Por isso a sensação de desnorte.

A princípio, nem medo de desinteressar aquele homem que lhe parecia tão preocupado com o seu caso em particular, e depois adicionando mais pormenores à sua narrativa, contou como, desde 1933, com a subida dos nazis ao poder, fugira com o seu marido de Berlim para Paris e como recentemente, após meia dúzia de anos de descanso, precisava de tornar a fugir. Mal a França declarara guerra à Alemanha, ela e o seu marido apanharam o comboio para Bordéus, local onde os horizontes se alargavam para uma fuga, uma vez que era uma das últimas grandes cidades antes da fronteira franco-espanhola, a única fronteira terrestre não ocupada. Porém, o horizonte de fuga estrangulou-se.

— Veja, senhor cônsul, — continuava Heddy, não notando o interesse

⁹ Heddy Gingold, *The Lucky Village in Rui Afonso, Um Homem Bom*, p. 33.

do seu interlocutor decair, — o meu marido, como austríaco, possui um passaporte desse país, que, de há um ano a esta parte, pertence ao território alemão. — Ela suspirou e fez uma pausa, sentia a garganta estrangular-se e os olhos a humedecerem-se. Precisou de parar para se recompor. Não queria chorar. — Aqui, em Bordéus, ele foi internado num campo de concentração, por ser considerado um estrangeiro inimigo. Ele? Nós? Somos... — hesitou em concluir a frase devido aos sentimentos anti-semitas que se tornavam cada vez mais intensos na Europa, mesmo em território não ocupado. Mas, impressionada desde o início com a bondade do seu interlocutor, cujos olhos, modos e palavras corroboravam essa sensação de forma inequívoca, resolveu-se a continuar. — Nós somos judeus, senhor Mendes. — Disse, pronunciando com o seu sotaque, “mandés”.

Ao ouvir esta declaração Aristides ficou abalado, mas tentou não o demonstrar. Sabia que se, ou melhor, *quando* pois a questão passava certamente mais por aí, as forças teutónicas entrassem em França, o destino dos judeus no território não seria auspicioso, a avaliar pelo rasto de destruição e morte que as tropas nazis deixavam na sua esteira. O sofrimento daquela mulher pedindo por si, mas sobretudo preocupada com a vida do marido, não o deixava indiferente.

— Somos judeus, senhor Mendes, — repetiu, — quem poderá ser mais antinazi do que nós? — Perguntou, abrindo os seus olhos já de si grandes. — Estrangeiros inimigos... pff! — Disse, soprando e cortando o ar com a mão.

Aristides anuiu com um movimento subtil do rosto, depois pediu-lhe:

— Dê-me os vossos passaportes, por favor.

Os olhos de Heddy, que tinham acabado de retornar à sua dimensão normal, voltaram a esbugalhar-se. Temia não ter compreendido, que a ansiedade estivesse a enviesar o seu entendimento. Queria aquele homem conceder-lhe os vistos? Seria isso? Assim, simplesmente? Sem contrapartidas?

Sem tempo para pensar nas respostas, mas sem deixar que a demora se alargasse ao ponto de se tornar constrangedora, Heddy estendeu os documentos ao cônsul.

Aristides abriu um dos passaportes, era o de Norbert. Folheou-o, sob o olhar atento da mulher que tentava perceber o que se passaria a seguir, até encontrar uma folha em branco. O cônsul pegou num dos carimbos rectangulares que tinha na sua frente, molhou-o na almofada ensopada em tinta e carimbou o passaporte aberto diante de si.

Carimbou-o! Ele ia mesmo passar-lhe os vistos, regozijou-se Heddy.

Sobre o papel branco, a tinta negra, ficara carimbado:

Visto neste Consulado de Portugal
em Bordéus, aos ___ de _____ 19___
Válido para uma só viagem para _____

O Cônsul,

Sousa Mendes pegou na caneta de aparo, que ainda estava húmida de tinta e preencheu os espaços em branco com: 7, Outubro, 39 e Portugal. Antes de assinar, voltou a pegar num carimbo, desta vez com o selo da chancelaria e timbrou-o no papel, colocando a sua assinatura por cima. Por baixo desta, carimbou o seu nome. Pegou num quarto carimbo, passou-o pela almofada de tinta e depois pelo passaporte. Este informava os emolumentos cobrados pela concessão do documento e a posição desta informação no livro de registos. Colou um selo fiscal de setenta e cinco escudos por baixo dessa informação e por cima deste aplicou o último carimbo, agora com a data. Concluiu o processo com a sua assinatura, desta vez Sousa Mendes apenas.

Heddy observava o procedimento com atenção, para se certificar de que estava certa: o cônsul “Mandés” estava a passar-lhe os vistos. Aristides, tranquilamente, repetiu o processo para o segundo passaporte, indiferente ao escrutínio que sabia estar a ser alvo. Ele compreendia-a. Após tantos fracassos, era difícil acreditar que finalmente o objectivo fosse alcançado.

O cônsul estendeu os passaportes e informou-a dos emolumentos.

Ela estava certa, os seus passaportes estavam visados. Enquanto abria a carteira e contava os francos para pagar ao cônsul, ele interrompeu-a:

— Não é aqui. O pagamento é ali fora, — informou apontando na direcção da porta, — na tesouraria.

Ela sorriu-lhe. Ainda não lhe passara a impressão de bondade que ele lhe transmitira e, muito menos, o modo compreensivo como, depois de ter tomado conhecimento da situação do seu marido, Aristides não lhe fizera mais perguntas, acedendo de pronto na concessão dos vistos.¹⁰

O cônsul observou Heddy afastar-se, parecia uma mulher diferente daquela que ali entrara. Como uma hora apenas operara tamanha transformação. Já não caminhava com os ombros encolhidos, as costas ligeiramente flectidas e o olhar colado ao chão. Ia com passos seguros, certa de ter feito uma grande conquista. No entanto, alguns dias depois, Heddy voltou a dirigir-se ao consulado. Era de novo a mulher cabisbaixa que Aristides

¹⁰ *Ibidem*, pp. 33 e 34.

conhecera. Ele calculou o que ela lhe vinha dizer: os vistos não serviram para nada. Tinha razão.

Aristides expirou ruidosamente. Parte dele sentia-se vencido, tal como Heddy. A história daquela mulher compungia-o. Olhou para o lado, fixando o soalho e pensando se teria feito tudo ao seu alcance. Tinha passado os vistos que ela lhe pedira, era certo, mas não haveria mais nada que pudesse fazer?

— Amanhã irei consigo ao campo de concentração onde o seu marido está internado e falarei pessoalmente com o capitão encarregado. O que acha?

O que achava? Heddy estava sem palavras. Apesar do seu sofrimento nas últimas semanas e no meio de tanta indiferença, a preocupação constante deste desconhecido continuava a impressioná-la.

No dia seguinte, como combinado, Heddy veio de novo bater ao nº 14 do *Quai Louis XVIII* e o cônsul conduziu-a no seu automóvel até Libourne. O dia estava escuro e as nuvens que Aristides vira ao longe, por cima do rio Garonne, acabaram por concretizar a sua promessa de chuva ainda antes de saírem de Bordéus. O aguaceiro caía numa cadência certa, parecia orquestrado. Aristides ligou os limpa pára-brisas na velocidade mínima. O som do movimento das escovas a roçar o vidro e os pingos a desmancharem-se sobre a carroçaria eram os únicos que se ouviam no interior do veículo, pois os seus ocupantes fizeram o percurso em silêncio até ao campo de concentração, ou de internamento, como o preciosismo francês gostava de diferenciar os seus dos alemães.

Aristides estacionou em frente das altas vedações de arame. As instalações que se conseguiam ver dali não auspiciavam qualquer conforto. As suas cores escuras, envoltas nos tons cinzentos do dia e encimadas por nuvens negras, aumentavam a sensação de tristeza e de desânimo mal se olhava na sua direcção. Heddy deveria sentir o mesmo, pois disse, desnecessariamente:

— É aqui que o meu marido está. — Pronunciou, concluindo a frase com um suspiro e fixando os joelhos, como se a visão que se erguia na sua frente fosse insuportável.

Ao portão, dois soldados armados guardavam o local. Aristides e Heddy foram autorizados a entrar. Depois de ver Norbert Gingold, o cônsul pediu para falar com o capitão encarregue do campo. Entrou sozinho para a sala do comandante, e Heddy aproveitou para ficar mais alguns instantes junto do marido.

— *Bonjour* — saudou o cônsul.

O capitão respondeu-lhe cordialmente, estendeu-lhe a mão para um cumprimento e apontou-lhe a cadeira para que se sentasse.

— Sou o cônsul de Portugal em Bordéus e, tendo sido visitado pela senhora Gingold que me pediu um visto para Portugal para si e para o marido, o qual concedi prontamente há alguns dias, não entendo como é que, depois de ela ter apresentado aqui esse documento, o senhor Norbert Gingold continua preso.

— Ele não está preso, está internado. — Emendou o capitão, que ouviu o discurso de Aristides recostado na cadeira e de cabeça apoiada na mão. Aproveitou o momento para se endireitar e chegar-se à frente, ficando mais próximo de Aristides.

— Qual é a diferença se nem mesmo com um visto para fora de França o deixam sair? — Interpôs de pronto.

— Se me apresentar aqui um visto para fora da Europa em nome de Norbert Gingold, eu deixo-o sair imediatamente! Tem um visto desses para me mostrar, senhor Mendes?

Norbert não possuía esse documento e Aristides não o podia conceder. Ele relatou, no caminho de volta para Bordéus, já sem chuva mas com as estradas ainda molhadas, a conversa que tivera com o capitão. Heddy não disse nada, virou o rosto para a janela e fixou a berma enlameada a desfilar diante dos seus olhos, lenta em comparação com os seus pensamentos. O que faria agora?

Entretido com o seu sentimento de frustração, Aristides também não acrescentou nada à conversa que findara, até ao momento de imobilizar o carro diante do consulado português em Bordéus.

— *Voilà.* — Disse sem entusiasmo.

A seguir à chuva, levantou-se o vento. A bandeira de Portugal na fachada do consulado agitava-se freneticamente. Aristides subiu as escadas de madeira até ao segundo andar. Apesar de consciente de que tinha feito tudo o que estava ao seu alcance, remoía em cada degrau a decepção que sentia por aquele fracasso. Já ajudara tantos judeus antes,¹¹ mas fora impotente neste caso.

Duas semanas depois, Heddy e Norbert Gingold ainda sobreviviam nos seus pensamentos. Deslocou-se para a janela e repetiu interiormente: *Drôle de guerre*. Apesar de estar próxima, dali não conseguia ver a *place des Quinconces*, um local amplo e não muito distante da estação de St-Jean. Dizem que é a maior praça do mundo, lembrou-se. O lugar veio-lhe naquele momento à cabeça, porque calculou que, à medida que a guerra fosse progredindo, aquele seria com certeza o local preferencial para os refugiados acamparem e nessa altura sim, a guerra seria *drôle...*

...

¹¹ *Ibidem*, p. 34.

Em cima da secretária, já esperava por Aristides a pilha de correio daquele dia. Um envelope comprido e pardo, remetido de Lisboa pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado no meio do monte, destacava-se dos outros por romper com a consonância métrica dos restantes e conferir um certo desequilíbrio ao molho. O cônsul levantou os sobrescritos que ficavam por cima e começou por esse. Pegou no abre-cartas, rasgou a boca do envelope. Espreitou para o interior. Continha diversas folhas dactilografadas. Puxou-as para fora. Ajeitou os óculos no nariz e começou a lê-las.

O cabeçalho declarava-a como a décima quarta circular e datava-a de 11 de Novembro. Logo nas primeiras linhas anunciava conter as instruções para a concessão de passaportes, vistos e matrículas nos consulados. Leu a primeira página toda sem grandes surpresas e colocou-a debaixo das outras três que ainda não lera. No ponto 2 da segunda folha, em que se anunciava que os cônsules de carreira não poderiam conceder vistos sem prévia consulta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Aristides teve necessidade de se sentar. Calculava que as alíneas desse ponto, as quais enumeravam a quem não seria permitido a concessão de vistos sem a prévia autorização, trariam surpresas desagradáveis. No entanto, como se o assento se tivesse tornado de repente desconfortável, Aristides levantou-se de um pulo e começou a andar de um lado para o outro, ao mesmo tempo que abanava a cabeça em descontentamento.

— É inacreditável!

José Seabra, o secretário consular, acabava de entrar nesse momento na sala de Sousa Mendes.

— Bom dia, Sr. cônsul. — Mas, admirado pela exasperação de Aristides, habitualmente tão calmo, não esperou pela devolução do cumprimento e perguntou logo em seguida: — Mas o que se passa?

— É isto! — Disse, estendendo a Circular nº 14.

O secretário consular leu o documento até ao fim e levantou o olhar na direcção do seu interlocutor. Porém, percebendo que o rosto de Aristides não denotava menos alteração do que antes e não tendo encontrado na sua leitura o motivo para tal, atreveu-se a questionar, referindo-se à Circular:

— O que tem?

— O que tem? Ainda pergunta? Não leu? — Inquiriu retórica e sucessivamente. — Recebemos do nosso Ministério um documento com ordens que vão contra a nossa própria Constituição e ainda me pergunta o que tem?

— Como assim?

— “Os Cônsules de carreira não podem conceder vistos consulares, sem prévia autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros,” por exemplo

a... — Aristides consultou o documento de relance. — “Aos estrangeiros de nacionalidade indefinida, aos apátridas,” — o cônsul ia levantando os dedos no ar à medida que ia enumerando, — “aos russos, aos judeus expulsos do país da sua nacionalidade ou de aqueles de onde provêm.”¹² Ainda é preciso mais?

— São ordens. E ordens são para cumprir, não vejo a inconstitucionalidade disso.

— Ai não? O artigo 8º da Constituição portuguesa proíbe a discriminação religiosa. Se eu tiver de perguntar a quem me vem pedir um visto se ele é judeu e com base na sua resposta lhe negar o seu pedido, o que estarei eu a fazer?

— A cumprir ordens!?

Aristides respirou fundo, ao mesmo tempo que abanava a cabeça em descrédito. Seabra admirava a rectidão de carácter do seu superior hierárquico, mas não percebia aonde quereria chegar.

— A resposta não é essa. — Respondeu desiludido. — Estarei a discriminar!

Apesar de não conseguir tirar da cabeça as instruções da Circular nº 14, preocupava-o também a obtenção de uma licença para ir a Portugal. A sua filha Clotilde casar-se-ia dali a menos de um mês. Alguns dias depois de ter recebido a Circular, a 18 de Novembro, enviou um telegrama para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pedindo os dias que tinha por direito ainda a gozar.

Da última vez, quando o pedido fora negado, na missiva que lhe enviaram em resposta incentivavam-no a voltar a requerer a licença, cuja aceitação diziam depender da situação política internacional. Mas se em Agosto, quando a França ainda não entrara em guerra com a Alemanha, ela lhe fora negada, poderia ter esperança de obtê-la agora?

— Boa tarde, senhor cônsul.

— Boa tarde. — Reciprocou Aristides, olhando na direcção da porta para ver quem se lhe dirigia. Era um homem alto, mas os ombros descaídos faziam-no parecer menor, e estava embrulhado dentro de uma gabardina, tornada mais escura pela chuva que a ensopara, e que disfarçava a magreza. As entradas profundas envelheciam-no, quase tanto como o semblante circunspecto. — Sente-se, por favor. — Incentivou-o Aristides.

O cônsul já sentia um repuxar no peito por cada pessoa que lhe aparecia na sua frente no consulado. Tinha ordens superiores para, basicamente, negar os vistos a todos os refugiados. Mas dizê-lo a cada requerente era

¹² Excertos da Circular nº 14.

duro, mais ainda quando os argumentos, para quem os ouvia, eram tão fracos como: “São ordens superiores.” Aristides adivinhou, pelo rosto do seu interlocutor, as preocupações que trazia no peito. Não era um exercício difícil, ele conhecia-as de cor.

— Chamo-me Arnold Wiznitzer, — começou, apresentando-se, revelando na voz uma ténue esperança. — Sou professor universitário, ou melhor, era. — Emendou, desviando o olhar do cônsul, como se esse facto o envergonhasse. — Doutorei-me na Universidade de Viena, sou austríaco e sou... judeu. — Revelou hesitante, temendo que isso o prejudicasse, mas, não percebendo no seu interlocutor qualquer alteração no rosto, animou-se a continuar. — Neste momento, sou cidadão de um país que já não existe. Pior, de um país que foi anexado ao III Reich. Sou considerado um estrangeiro inimigo...

Aristides já ouvira uma história semelhante a esta havia pouco tempo para que se tivesse esquecido, e com resultados pouco favoráveis apesar dos seus esforços para que não continuasse com ela entalada na garganta. Por isso, conhecia o resto.

— Precisa de um visto, não é? — Mesmo antes que o homem pudesse responder ou acenar em concordância, continuou. — Precisa de um visto para sair de França, para fugir aos campos de internamento.

— Sim. — Respondeu, sem rodeios, e agora sem embaraços. — Bem sabe como aqueles campos funcionam, entra-se e já não se sai. E o pior é quando os alemães chegarem, porque não duvido que isso irá acontecer. Neste momento, se os campos de concentração dirigidos pelos franceses já são maus, só poderão ficar piores sob o comando dos nazis. Seremos tão seus inimigos como éramos antes dos franceses. Que desgraça a nossa! Seremos considerados inimigos das duas facções que se opõem numa mesma guerra! Faz sentido?

Aristides apenas encolheu os ombros, não sabia o que dizer acerca desse assunto, mas informou-o:

— Terei muito gosto em dar-lhe o visto que me pede, mas primeiro terei de escrever ao governo do meu país pedindo-lhe autorização para tal.

— Estou a ver. — Respondeu desanimado e baixando ainda mais os ombros já descaídos. — Recebi uma carta, — informou, tirando-a de um bolso da gabardina, — para me apresentar hoje mesmo num desses campos de internamento. Hoje, veja lá bem! Tenho uma mulher e um filho. Eles não falam francês, sem mim vão ficar completamente desamparados. O que será deles? Por isso, imploro-lhe, senhor cônsul, não sei se tem filhos, mas se tiver compreenderá o meu desespero... — o homem começou a chorar sem conseguir completar a frase e sem saber que tocara num ponto sensível de Aristides.

Sentiu-se encurralado. Ajudara várias pessoas antes, judeus sobretudo, mas agora com a Circular nº 14 estava impedido de o fazer. No entanto, compreendia o drama daquele homem, pois também ele fora colocar os seus filhos a salvo, mesmo arriscando-se, no mínimo, a outra repreensão. Olhou para Arnold sem o ver. Enquanto este enxugava com o lenço as lágrimas e se esforçava por recuperar, Aristides tentava encontrar um caminho, uma brecha na Circular por onde pudesse seguir e ajudar aquele homem. Não havia. O caminho era claro, só tinha duas opções e nenhuma lhe agradava. Obedecia às ordens e deixava aquele homem ser internado, com todas as consequências que daí adviessem, ou passava-lhe os vistos e as suas hipóteses de salvamento aumentavam exponencialmente, mas Aristides sujeitar-se-ia a um processo disciplinar. Esfregou o rosto com uma das mãos e, revendo mais uma vez mentalmente as suas alternativas, pediu:

— Dê-me o seu passaporte, por favor.

Nos dias que se seguiram, apesar de convicto de que tinha agido de acordo com a sua consciência, e esta nunca lhe permitiria outra atitude, a mesma torturava-o. Era um homem que dava valor à Ordem, ao Dever e à Autoridade. E, com uma só assinatura e meia dúzia de carimbos, fora contra os três. Nem sequer inscrevera aquele visto no livro de registos do consulado.

Para de alguma forma repor a ordem que ele corrompera, desobedecendo deliberadamente a instruções superiores, Aristides escreveu, seis dias depois de ter concedido o visto a Arnold Wiznitzer, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, pedindo a necessária autorização para o mesmo. Como essa resposta tardava, cerca de uma semana depois, Aristides repetiu o pedido.

Antes de receber a autorização para esse pedido, chegou-lhe a resposta de um outro.

— Gigi! Gigi!

— O que é, homem? Até parece que vais tirar o pai da forca!

— Tirar o pai, não. Mas pôr lá a filha, sim!

— Deram-te a licença para ires a Portugal?

Aristides acenou a cabeça em sinal afirmativo e os dois abraçaram-se. Além do casamento da filha, custava-lhes a separação da prole, a qual já não viam há cerca de dois meses.

Ao retornar ao consulado, depois do almoço, esperava-o o senhor Bagger. Ele, como tantos outros, pretendia vistos para si e para a sua mulher. Era escritor, mas sobretudo, era americano. Depois de tantos impedimentos para a concessão de vistos impostos pela Circular nº 14, ter na sua frente alguém a quem podia passar vistos sem qualquer cons-

trangimento, aumentou ainda mais o seu bom humor. Só boas notícias, pensou.

— Volte dentro de uma semana e terá os vistos pensados nos passaportes. — Informou Aristides após o escritor ter preenchido os formulários. — Portugal ficará encantado com a sua visita!¹³

Bagger despediu-se de Aristides, impressionado com os modos encantadores do cônsul.¹⁴

A volta de Bagger deveria coincidir, mais ou menos, com a data da partida de Aristides, mas até ao dia 13 de Dezembro aquele não tornou ao consulado. O cônsul esquecera-o, mas, no dia do casamento de Clotilde, enquanto atava o laço em frente ao espelho, sem qualquer motivo aparente, lembrou-se dele. Teria ido ao consulado buscar os vistos? Só se fosse tonto é que não iria. Admoestou-se a si próprio por aquele pensamento descontextualizado. Afinal era o pai da noiva, o que lhe interessava um tal de Bagger naquele momento? Era com certeza do nervosismo, desculpou-se. Sabia que era difícil ver partir os passarinhos do ninho. Já deixara para trás, na Bélgica, a filha Isabel, que se casara com um belga. *Hélas*. Sem qualquer aviso prévio, lembrou-se do Manuel e da Raquel, que também deixara na Bélgica. Enfim, tinham falecido lá, mas os seus corpos não estavam longe dali, repousavam no jazigo de família do cemitério de Cabanas de Viriato. Esforçou-se por afugentar estes pensamentos, afinal era um dia de alegria.

Num gesto concertado com a aparição do pai de braço dado com a filha à entrada da igreja, Sebastião colocou a agulha do gramofone sobre o disco. Pisando um tapete de flores ao som da marcha nupcial de Wagner, Aristides conduziu Clotilde ao altar. Trouxera-a pelo braço desde o palacete até ali, sempre caminhando sobre uma passadeira de veludo vermelha estendida entre os dois locais.

Silvério aceitou a noiva dando-lhe o braço e colocando-a junto a si no altar. Aristides tomou o seu lugar ao lado de Angelina, a sua visão já se turvava.

Após a cerimónia religiosa, todos foram para a entrada da casa e posicionaram-se em torno dos noivos ao longo dos degraus atapetados para o efeito, desde a porta até aos portões escancarados. Os miúdos, primos e irmãos ficaram sentados na frente dos noivos. Ao lado de Clotilde estavam Angelina e Aristides, na banda do Silvério, não muito longe deste, o seu pai, outro Silvério. No rosto deste último transparecia a felicidade, assim como no dos recém-casados, mas Angelina e Aristides nem para a foto conseguiram disfarçar a preocupação que tinham carregado consigo desde França.

¹³ Segundo o próprio Bagger no seu livro *For the Heathen are Wrong: an impersonal autobiography*, pp. 117 e 118.

¹⁴ *Ibidem*, p. 117.

1910 a 1911

DEMERARA

A 12 de Maio de 1910, Aristides recebeu a sua primeira nomeação: Cónsul de 2ª classe em Demerara, na Guiana Britânica. Desembarcou em Georgetown com a impressão de que poderia conquistar o mundo. Com a sua vida pessoal e profissional perfeitamente arrumadas nada o poderia deter. Levava consigo a mulher e o seu único filho, que ele esperava que fosse apenas o primeiro de muitos. Baptizara-o com o seu nome e o do seu irmão gémeo, em homenagem ao amor que os unia, e assim, de alguma forma, este seria reforçado através de Aristides César. César fez o mesmo com o seu segundo filho homem e baptizou-o de César Aristides.

No instante em que colocou o pé em terra firme, com o outro ainda no passado, Aristides inalou profundamente o ar do porto. Era como se a sua vida começasse ali e, apesar de saber que estava prestes a passar alguns anos da sua vida num dos piores climas do planeta, tinha a certeza de que seria feliz.

— Não pode ser! — Exclamou Aristides ao ler, no fim do dia, em sua casa, os jornais ingleses que recebia no consulado com algumas semanas de atraso.

— Oh, Aristides, mas tu já sabias disto!

— De facto, mas ler todos os pormenores torna tudo mais real e próximo.

Aristides fechou o *Daily Telegraph* e atirou-o para a pilha de jornais que trouxera para ler em casa. Olhou de soslaio para o *The Guardian*, mas estava sem ânimo para continuar a ler. Já recebera do Ministério dos Negócios Estrangeiros um telegrama e brevemente deveria receber um ofício com mais pormenores sobre a revolução que se dera em Portugal e resultara na implantação da República.

— E agora? O que será de Portugal sem uma monarquia?

Angelina encolheu os ombros e começou a balançar o filho no seu colo para o adormecer, mas acabou por dizer, com os olhos do bebé fixos em si, como se estivesse a perceber a discussão:

— Outros países são governados por repúblicas e...

Mas, indiferente às palavras da mulher, continuou a resmungar em voz alta:

— Insurrectos! Até bombardearam o Palácio das Necessidades com o rei lá dentro! — Aristides abanava a cabeça enquanto ainda se mantinha com o olhar preso na pilha de jornais ingleses, lembrando, incrédulo, o que lera. — Mas também, com o assassinio do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, isto já era de esperar. — Levantou-se nesse momento e foi até à janela. Fitando o horizonte, desabafou: — D. Manuel II não tinha a garra necessária...

— Estás pálido! — Disse Angelina, assustada com o semblante do marido quando ele se virou para ela.

— Não me estou a sentir bem. — Informou, levando a mão à cabeça. — Estou com cefaleias e sinto-me muito cansado... — E começou a tremer.

Angelina, ainda com o filho ao colo, mas agora adormecido, aproximou-se do marido, colocou-lhe a palma da mão na testa e reflexivamente retirou-a logo em seguida.

— Estás a arder em febre, homem!

Aristides sentou-se no sofá, com os tremores a dificultarem-lhe os movimentos, voltou a levar a mão à cabeça, respirou fundo para se conformar e disse:

— É outra crise de malária.

Durante a noite, a temperatura de Aristides aumentou, mas de madrugada começou a suar abundantemente e a sua pele adquiriu um tom vermelho. De manhã, o cônsul sentia-se perfeitamente bem e foi para o consulado, como era hábito. Três dias depois voltou a ter outra crise. Angelina e Aristides já conheciam bem estes acessos de malária.

No princípio do ano de 1911, Aristides voltou a sofrer de febre malária e, no hospital colonial de Georgetown, onde procurou o seu médico assistente, este advertiu-o:

— Não conseguirá curar-se ficando aqui, precisa de voltar para Portugal.

— Posso pedir uma licença...

— Isso já seria alguma coisa.

O cônsul ostentava um rosto pálido, fruto das várias crises de malária e da anemia que lhe sobreviera. Um raio de sol entrava obliquamente pela pequena janela quadrada situada nas costas do doutor, mas batia directamente nos seus olhos. Começou a lacrimejar e com os olhos semicerrados, que aumentavam a sua aparência de doente, pediu:

— Então, terá de passar-me um atestado, por favor, para que eu o apresente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e possa, assim, fundamentar o meu pedido de licença.

— Com certeza.

Munido do atestado, Aristides enviou um ofício ao Ministério, pedindo uma licença de dois meses a começar a partir de Março ou Abril. Além do seu estado de saúde, preocupava-o o facto de Angelina estar grávida. Se ela contraísse malária naquele momento poderia ser fatal para si e para o bebé, mas com um pouco de sorte, daria à luz em Cabanas de Viriato.

No fim de Fevereiro, veio de Lisboa uma resposta positiva e Aristides embarcou, com a sua família, a 2 de Abril, para Portugal. Nos 22 dias que mediaram a sua chegada a Lisboa, mesmo debilitado pela doença, não podia deixar de se lembrar dos pensamentos tão positivos com que fizera a viagem inversa. À medida que os ares insalubres de Demerara ficavam para trás e os de Portugal se aproximavam, só por serem os pátrios, sentia as suas forças recobrem. Em simultâneo, a lembrança de que deixara uma monarquia e voltava para uma república, ia monopolizando os seus pensamentos. Este acontecimento político era algo que lhe custava aceitar. Era um conservador, não era atreito a mudanças. Sorriu ante o seu próprio pensamento. Se assim era, a sua escolha profissional não fora a melhor.

Inevitavelmente ao entrar na barra de Lisboa, o ruminar da ideia de que a deixara com um rei e regressava com um presidente, tornou a persegui-lo. Imaginou os lugares onde os cruzadores Adamastor e São Rafael se teriam posicionado para bombardear o Palácio das Necessidades. Sentiu o coração apertar-se. Tantas mudanças aconteciam na vida sem que conseguíssemos ter qualquer intervenção nela, pensou, enquanto descia o passadiço com o seu filho ao colo. Mas, ao pisar solo pátrio, inalou profundamente, tal como fizera meses antes em Demerara, e concluiu que a estes, com rei ou presidente, nada se lhes podia igualar.

Findos os dois meses de licença e ainda não totalmente restabelecido, Aristides pediu outros tantos, pois partir naquele momento para Demerara, significava chegar lá no fim do mês de Julho e, deste modo, apanhar ainda alguns dos meses em que mais se fazia sentir a acção nefasta daquele clima. E, tendo em conta tudo o que já lá passara com as crises de malária, passar em Demerara outra estação quente, ou mesmo parte dela, nas condições físicas em que se encontrava, era tudo o que menos desejava. Além disso, Angelina estava no fim da gravidez, daria à luz a qualquer momento e ele não desejava que fosse em alto-mar.

No início do mês de Julho, Aristides segurava nos braços o seu segundo filho. Mais um rapaz, pensou ao apreciá-lo junto à janela, onde a luminosidade filtrada pelos cortinados não incomodava o recém-nascido, mas permitia ao pai perceber todas as *nuances* das rugas do seu rosto. Nascera muito claro, mais do que Aristides César, recordou-se, e de traços mais finos.

— Vamos chamar-lhe Manuel. — Anunciou, virando-se nesse momen-

to para Angelina que, apesar dos olhos cerrados, ainda estava acordada. — Em jeito de homenagem ao nosso último rei e, afinal, bem-feitas as contas, ele há-de ter sido concebido mais ou menos quando aquele foi deposto. — Concluiu, sorrindo para Angelina.

Alguns dias depois, totalmente esquecido de que a mulher estava em resguardo e não se podia esforçar, a emoção fê-lo gritar por ela.

— Gigi! Vem ver isto!

Angelina apressou-se, o mais que conseguiu, da cozinha até à sala.

— O que foi? — Perguntou, esbaforida. — Até me assustaste!

— Mas isto não é motivo para sustos! Pelo contrário, é para comemorações! Vê lá bem isto. — Pediu Aristides, estendendo para a mulher o exemplar do *Diário do Governo* que segurava nas mãos e apontando com o indicador para um Decreto em particular.

Angelina tirou das mãos do marido o jornal e começou a ler o que ele lhe apontara; ainda não chegara ao fim quando o seu sorriso se abriu.

— Já não vamos ter de voltar para Demerara?

Aristides abanava a cabeça, certificando-a de que estava certa. Angelina atirou o jornal ao ar e os dois abraçaram-se.

— Vamos para o Pará? — Perguntou retoricamente, enquanto com a cabeça enroscada no seu pescoço, Aristides a movimentava afirmativamente.

— É o que o decreto diz, não é? Fui nomeado cônsul no Pará!

— Qualquer lugar é melhor do que Demerara. — Afirmou, enquanto o marido continuava a abanar a cabeça em concordância total com as suas palavras.

No entanto, a 25 de Junho, quando já preparava as malas para seguir para o Brasil, Aristides recebeu novas ordens do Ministério: teria de partir em comissão para a Galiza. Porém, não se importou nem um pouco, pois, como Angelina dissera: qualquer lugar era melhor do que Demerara. Além disso, já estava, e continuaria, a auferir de acordo com esse novo posto que ocupava.

Cerca de um mês depois, de regresso a Lisboa, Aristides declarou-se pronto a seguir viagem para o Pará, mas como o Ministério não possuía verbas para lhe pagar as despesas de instalação e viagens, ficou retido na capital por motivo de serviço.

No fim de Agosto, Aristides recebeu, com uma notícia apenas, uma boa e má novidade. Por isso, ao entrar em casa e encarar a mulher e o filho, não sabia exactamente se deveria mostrar-se alegre ou, pelo contrário, desanimado.

— O que tens? — Perguntou-lhe a mulher, suspeitando logo, nos traços do seu rosto, que algo se passava.

— Fui promovido a cônsul-geral. — Informou, sem deixar transparecer qualquer indício de contentamento, quer na voz, quer nos gestos.

— Mas isso é ótimo! — Alegrou-se Angelina, avançando na direção do marido para o felicitar com um abraço, mas antes que este se concretizasse, ele adiantou:

— Em Zanzibar!

Angelina congelou os seus movimentos, ficando a perna esquerda ligeiramente flectida e não percebendo de imediato o alcance das palavras do marido.

— Zanzibar é uma espécie de Demerara! — Fez uma pausa antes de continuar e encarando a mulher nos olhos, acrescentou: — Afinal, nem todos os lugares são melhores do que Demerara.

Janeiro a Junho de 1940

“INTERDITO A JUDEUS E A CÃES”

“Lisboa, 16 de Janeiro de 1940

*“Sr. Dr. Aristides de Sousa Mendes do Amaral
“e Abranches
“Cônsul de Portugal em*

BORDÉUS

“Com referência aos ofícios desse Consulado Nos. 1969 e 2037, respectivamente de 27 de Novembro e 6 de Dezembro últimos, relativos ao pedido de visto no passaporte de Arnold Wiznitzer, comunico a V. Sa. que, encontrando-se já em Portugal os referidos indivíduos com os respectivos passaportes visados nesse Consulado em 21 de Novembro de 1939, não se compreende qual o motivo do pedido de visto feito a este Ministério na data dos ofícios acima citados, quando V. Sa. já anteriormente havia concedido visto no passaporte dos referidos indivíduos.

“2. Chamo a atenção de V. Sa. para as instruções constantes da circular n.º 14 de 11 de Novembro último, em virtude da qual V. Sa. não poderia ter concedido os aludidos vistos.

*“A bem da Nação
“PELO DIRECTO GERAL,
“V. da Cunha”¹⁵*

Aristides deixou-se cair sem forças na cadeira de braços do seu gabinete quando acabou de ler a carta que lhe chegara de Lisboa. A sua pergun-

¹⁵ Cópia da carta enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a Aristides de Sousa Mendes, Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 73.

ta imediata foi: Como é que o Ministério descobriu? A resposta era óbvia, havia dedo, ou melhor, olhos e boca da Polícia de Vigilância do Estado. Admirou-se, nesse instante, de como conseguira ausentar-se havia uns meses para pôr os seus filhos em Portugal sem ser descoberto. Tinha de pensar muito bem na carta que iria escrever em resposta a esta.

No fim do dia, após o expediente, ao sair do consulado, e ao invés de virar para a porta da sua casa, desceu as escadas. Os lampiões da rua já estavam acesos e mal colocou um pé na rua um vento frio, vindo do lado do rio, obrigou-o a puxar a gola do sobretudo. Avaliou o céu. Apesar de a noite já ter caído, percebia que não tinha nuvens e calculou que não choveria. Continuou.

Parou em frente do *Hotel Splendide* e resolveu-se a entrar para um aperitivo antes do jantar. No bar do hotel, Aristides não conseguiu evitar olhar de soslaio para os seus clientes. Era tudo gente fina, pensou. Sentou-se a uma mesa e consultou o menu que já conhecia de cor. Ao passar uma vista de olhos sobre os acepipes fez uma pausa na consulta da carta e tirou o relógio do bolso. Tinha esperança de que fosse mais cedo do que sabia que era. No entanto, apesar da proximidade do jantar, não iria conseguir resistir a pedir um daqueles pitéus.

— *Un croque-monsieur, s'il vous plaît.*

E, enquanto esperava, entreteve-se a examinar à sua volta. Reparou que, sentada na mesa em frente, uma jovem mulher observava-o. Discretamente, Aristides desviou os olhos para o lado para se certificar de que era mesmo para si que ela olhava. Aparentemente sim. Mas ele ainda não estava totalmente convencido. Tentando passar despercebido, Sousa Mendes pegou no jornal que trouxera consigo e abriu-o na sua frente, colocando-o à altura do rosto e espreitando por cima dele. Procurava ver sem ser visto. Sentiu-se protegido pelas notícias de guerra distante que opunha a Alemanha a já vários países.

— *Voilà.* — Anunciou o empregado de mesa colocando o pedido na frente de Aristides e obstruindo com o corpo momentaneamente a visão deste.

Mal o empregado se desviou, Aristides voltou à sua observação. Ela era uma mulher jovem, deveria rondar os trinta anos, calculou. Vestia-se elegantemente, avaliando por aquilo que, sentada, podia ver dela. Os cabelos loiros e curtos denunciavam que teriam estado escondidos debaixo de um chapéu. Aristides desviou ligeiramente o olhar, inquirindo os objectos em redor dela e descobriu descansando na cadeira ao seu lado, um pequeno chapéu de feltro com uns arranjos coloridos, mas elegantes.

— *Très mignonne.* — Deixou escapar baixinho, sem muita certeza ele próprio se se referiria ao chapéu ou à sua dona, mas analisando mental-

mente o género com que mencionara o adjectivo percebeu que era dela que falava.

Os seus olhos eram verdes, protegidos por pestanas longas que os efeitos da maquilhagem tornavam maiores. Por um instante, mesmo com o nariz por cima da margem do jornal, o olhar dela cruzou-se com o dele e ambos delataram as intenções um ao outro. Aristides estremeceu. Além da juventude que fulgia no olhar dela e há muito escapava do seu, viu a irreverência, a loucura que ambos iriam viver juntos. Ao fim e ao cabo, ainda bem que não lhe tinham atribuído o lugar de chefe de missão de 2ª classe nem na China nem no Japão, pois não era uma gueixa que procurava. Aliás, até àquele momento, nem sabia que andava à procura de alguma coisa.

Num movimento impensado, próximo de um reflexo, levantou-se, pegou no prato com o seu *croque-monsieur* pela borda, quase o deixando cair e, com a outra mão, levantou o copo bruscamente, não transbordando por pouco. E caminhou convicto na direcção daquela mulher, certo de que o seu avanço não seria rechaçado.

A pouco mais de cinquenta centímetros dela, apertou com força o copo entre a mão e cingiu os dedos com mais firmeza à borda do prato. De repente, sentiu-se nervoso na frente dela e já sem tanta certeza de que seria bem recebido.

— *Oui?* — Incentivou-o a mulher com um meio sorriso, querendo mostrar a timidez que ele percebeu logo no primeiro olhar que ela não tinha.

Em breve, Aristides estava sentado em frente àquela mulher misteriosa, descobrindo rapidamente os pormenores da sua vida. E, ao contrário do habitual, à medida que o mistério decaía, o desejo aumentava. Ela era, por parte da mãe, de ascendência espanhola, mas a sua lembrança desta estava indelevelmente marcada pela desgraça, morrera ao dar à luz um bebé já morto. Fora criada pelos tios, estudara canto e piano no conservatório de Bordéus e recebera mesmo uma menção honrosa na primeira disciplina.¹⁶ Gostava de dançar e tinha uma voz deliciosa, reparou mal ela disse o seu nome:

— *Je m'appelle Andrée.*

— *Je m'appelle* Aristides. — Respondeu com a sua pronúncia portuguesa que ela considerou exótica.

Acharam graça aos seus nomes começarem pela mesma inicial, aquele só poderia ser um encontro marcado, uma marca do destino. Mas Aristides, profundamente católico, não acreditava nessas coisas. Além disso, não lhe disse que o nome da sua mulher também começava por A. No entanto,

¹⁶ Rui Afonso, *Um Homem Bom*, p. 25.

marcaram eles próprios o seu próximo *rendez-vous*, não o deixando à mercê do destino.

Seis dias depois, sentado em frente à sua *Royal*, Aristides começou a dactilografar o ofício que estava a dever ao Ministério. Munindo-se da lembrança dos sentimentos que Arnold Wiznitzer lhe despertara na altura, começou a bater nas teclas. No fim, tentou despertar a sensibilidade do presidente Salazar¹⁷. Lembrando-se da simpatia deste pelo ensino superior e a docência, utilizou-a para dizer que pensara que o Ministério não negaria a Arnold Wiznitzer, antigo professor universitário, o “desejado visto” e, além disso, que pedira a este que aguardasse em Bordéus a chegada da autorização. No fim, solicitava ao ministro que se dignasse a relevá-lo da irregularidade cometida que fora “inspirada em sentimentos de humanidade”. A bem da Nação.

Aristides releu a carta ainda presa ao rolo da máquina e vendo que nada tinha a emendar ou acrescentar retirou-a, assinou-a e fê-la deslizar para dentro de um sobrescrito. Levantou-se e foi colocar o envelope sobre a pilha de correspondência destinada ao posto dos correios. Enquanto voltava para o seu lugar, um pensamento surgiu-lhe. Mesmo que o Ministério não levasse a questão em diante, a PVDE estaria agora de olho nele. O seu espaço de manobra para ajudar os refugiados tornava-se cada vez mais exíguo. Bem, logo cogitaria nisso quando algum caso lhe aparecesse, pensou para afastar os pensamentos nefastos que se começavam a formar na sua mente.

O seu espírito, neste momento, era atormentado pela lembrança daquela mulher no *Hotel Splendide*. Andrée era o abismo para onde sentia a tentação de se atirar. As suas qualidades eram díspares das de Angelina, mas os desta não eram comparáveis aos daquela. Apesar de ter apenas os quatro anos de instrução primária, sabia que era a ela que devia, por exemplo, mesmo longe de Portugal, o apreço que os filhos tinham pelos autores clássicos portugueses, que ela pacientemente lhes lia e compelia a fazerem cópias e ditados dos mesmos. Angelina tinha uma qualidade que ele imaginava, apenas com um encontro furtivo com Andrée, que esta nunca teria: um instinto maternal forte. Por outro lado, por vezes sentia um cansaço ao falar com a mulher, as suas conversas nunca tinham um grande alcance, e os seus assuntos de discussão predilectos eram apenas doze. Ele amava os filhos, mas precisava de um pouco mais.

Aristides ergueu o olhar na direcção do relógio de parede e começou a martelar com os dedos no tampo da mesa, sentindo-se nervoso, pois faltava pouco para o encontro que marcara com Andrée. Levantou-se e começou

¹⁷ Presidente Salazar, porque António de Oliveira Salazar ocupava o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, equivalente, actualmente, ao cargo de Primeiro-ministro.

a caminhar de um lado para o outro na sua sala. Não iria, decidiu. Dali a uma hora, os seus passos levavam-no ao encontro marcado. Não tinha mão em si. No caminho de volta para casa, ouviu repetidamente, no interior da sua cabeça, a voz do pai a dizer-lhe o que sempre aconselhara aos filhos: “Nunca façam nada porque não possam responder.” Ele acabara de o fazer.

Na manhã seguinte, um cumprimento exótico despertou-o do torpor para o qual os seus pensamentos o tinham atirado:

— *Buenos dias, señor Mendes!*

O cônsul levantou o olhar, grato por, pelo menos durante alguns instantes, o livrarem da voz da sua consciência.

— Bom dia. — Devolveu-lhe em português.

— Chamo-me Eduardo Neira Laporte. — Apresentou-se e sentou-se ao sinal de Aristides apontando-lhe a cadeira.

— Em que lhe posso ser útil?

Antes de se explicar, o homem continuou a sua apresentação.

— Sou médico e antigo professor universitário. Dei aulas na Universidade de Barcelona e estive do lado dos republicanos durante a Guerra Civil. Com a vitória de Franco tive de fugir para o exílio, o que faz de mim, actualmente, um exilado político espanhol. Nunca pensei que em tão pouco tempo me visse de novo em situação de necessidade de fuga. E pior, de novo dependente da boa vontade alheia.

— Está na iminência de ser internado num campo de concentração, não é? — Alvitrou Aristides, já conhecedor dos desfechos das histórias que lhe contavam mesmo antes de chegarem ao fim.

— Sim. — Respondeu de pronto Eduardo Laporte, mas ao contrário dos outros sem desviar o olhar e sem deixar os ombros descaírem. Sentia-se confiante. — Posso um visto de entrada para a Bolívia, outro de saída de França. Agora preciso de um de trânsito para Portugal, pois o barco que me há-de levar para a América Central sai de Lisboa em Março.

— Tenho de pedir autorização ao meu governo antes de lhe poder atribuir o visto que me pede. — Disse Aristides, cansado desta frase feita que tentava dizer da forma mais polida possível.

— Compreendo. Estamos nos primeiros dias de Fevereiro e, como já lhe disse, o navio só parte em Março de Lisboa. Deve dar tempo.

— Dará. — Concordou Aristides, sabendo que não tinha como lhe garantir isso. Aliás, pelo que sabia, o mês de Março podia chegar sem ter recebido qualquer resposta de Lisboa, que insistia em que os pedidos de autorização fossem submetidos, mas não se interessava em responder-lhes de forma célere. Não eram eles que tinham de lidar diariamente

com a impaciência, plenamente justificada, mas por vezes dura, dos refugiados.

Aristides acompanhou Laporte à porta.

— Até breve, professor. Vai ver que quando voltar, já terei o seu visto em cima da minha secretária. — Deixou escapar sem saber porquê, pois sabia que não podia dar essa garantia, ao mesmo tempo que apertava a mão ao seu interlocutor para se despedir dele.

O ruído de uma fechadura a destrancar-se, seguido pelo movimento de uma porta, fizeram os rostos do cônsul e do professor virarem-se instintiva e simultaneamente. Era o Pedro Nuno que saía para as aulas na faculdade. Ao ver o filho, Aristides pensou que ele era a resposta aos seus problemas. Àqueles que o atormentavam antes da chegada de Laporte.

— Vem aqui ao meu gabinete, Pedro Nuno. Preciso de falar contigo.

— Mas estou com pressa para ir para as aulas!

— São só alguns instantes. — Insistiu ao mesmo tempo que desamparava a mão de Laporte.

Mal o jovem entrou no gabinete, Aristides fechou a porta atrás de si.

— Preciso que me faças um favor.

— Claro, papá. — Vendo o rosto apreensivo do pai, temeu ter dado uma resposta precipitada e tentou emendar. — Depois das aulas, com certeza que sim.

O pai acenou com a cabeça antes de responder.

— Sim, é depois das aulas. — Desviando o olhar do filho para o chão, disse-lhe: — Há uma senhora que quer ir ao cinema comigo. Ela insistiu muito e...

— E o papá acedeu?

Aristides concordou com um aceno de cabeça, escusando-se a mais explicações, mas acrescentou:

— Mas não irei eu, irás tu em meu lugar.¹⁸

Pedro Nuno encolheu os ombros, era um pedido fácil de aceder. Vendo a concordância do filho, Aristides retirou a carteira do bolso interior do casaco.

— Toma! É para os bilhetes. O encontro é amanhã, às 21h00, em frente à bilheteira.

O filho aceitou e percebendo que a conversa tinha acabado saiu, finalmente, para as suas aulas. Aristides fechou logo a seguir a porta atrás dele, convencido que acabara de a fechar para um problema. Tornou para a sua secretária e concentrou-se nos seus deveres profissionais. Lembrou-se instantaneamente de Neira Laporte.

¹⁸ Segundo o que Álvaro e António Sousa Mendes ouviram contar a Pedro Nuno, Aristides terá um dia pedido ao filho para levar uma senhora que insistia em ir ao cinema com ele.

Numa tentativa de apressar o processo, enviou um ofício para o Ministério dos Negócios Estrangeiros nesse mesmo dia. A partir daí, passou a verificar a correspondência diariamente na esperança de encontrar a resposta ao seu pedido. Não via motivo para o visto de Neira Laporte e da sua família lhe ser negado, uma vez que já possuíam um para fora de Portugal. No entanto, Aristides não olvidava que ser um refugiado político espanhol poderia funcionar contra Laporte, mas ele tinha visto de entrada para outro lugar. Isso deveria contar a seu favor, repetiu-se para continuar a ter esperança na espera.

— *Buenos dias, señor* Mendes. — Cumprimentou Laporte. Estava menos confiante, um mês depois quando voltou ao consulado.

— Bom dia. — Respondeu Aristides mexendo-se na cadeira, sentia-se desconfortável. A resposta de Lisboa ainda não chegara, o que lhe diria e como?

— Já tem novidades para mim? — Indagou o médico espanhol, sabendo que perguntava algo cuja resposta já desconfiava não ser a que ele desejava.

— Continuamos à espera da resposta de Lisboa.

— Mas a resposta lá do seu país vem trazida a pé? É que eu não posso ir a nado para a Bolívia.

Um silêncio desconfortável instalou-se, pois Aristides não sabia o que responder. Há um mês, Laporte entrara confiante no consulado português, convencido de que já conseguira o pior. Agora já via os portões do campo de concentração abrirem-se para si de par em par.

— Há um vapor que parte de La Rochelle dentro de dois dias e é o único que fará ligação com Lisboa a tempo de eu poder embarcar num outro, a 11 de Março, com destino ao Panamá. Não posso perdê-lo! — Pronunciou levantando o tom da sua voz. — Pedi o visto aqui no seu consulado há mais de um mês e a única coisa que tem para me dizer é que continua à espera de uma resposta do seu governo?! Eu tenho a corda na garganta! Ou embarco, ou vou preso! — Disse, já gritando. — Consegue perceber isso? — Perguntou, com a voz a retornar inesperadamente à normalidade. — Mas não é por mim que peço, não é por mim que temo. Tenho mulher e filhos! O que será deles, se eu for preso? Eles são todos pequenos, o que farão sem pai num país em guerra?

Evidentemente não adiantaria telegrafar para Lisboa, se em quase um mês não se tinham dignado em responder-lhe. Aristides apoiou a cabeça na mão, com os dedos a esconderem-lhe a boca e a beliscarem os lábios. Maldita Circular 14! Ou talvez não...

— Talvez lhe possa passar os seus vistos, afinal. — Disse, mal algumas

linhas da Circular 14 assomaram na sua cabeça. — Mas deixe-me ter a certeza, por favor.

Laporte abriu o braço amplamente, como que dizendo-lhe para que estivesse à vontade. Aristides levantou alguns papéis, vasculhando nas pilhas que tinha na sua frente e retirou a dita Circular.

— Cá está!

Com os óculos a descaírem para a ponta do nariz, Aristides seguia com o auxílio da ponta do indicador as linhas que ditavam as normas para a atribuição de vistos. Passou as primeiras indicações rapidamente até encontrar o que lhe interessava.

— Cá está! — Repetiu, desta vez mais alto e animado.

Laporte olhava perplexo para o cônsul. Este telegrafara para Lisboa à espera de uma resposta que uns papéis que sempre estiveram sobre a sua secretária lhe podiam ter dado? Não fazia qualquer sentido.

Entretanto, Aristides continuava a guiar o seu indicador pelas letras, e estas eram bem claras:

“(...) sem ao mesmo tempo dificultar excessivamente o expediente de tais assuntos, alguns dos quais, como o dos estrangeiros em trânsito por Lisboa para embarque com destino à América, temos todo o interesse em não embaraçar” e também “Os cônsules terão, porém, muito cuidado em não embaraçar a vinda a Lisboa de passageiros que se destinam a outros países (...)”

— Afinal, posso passar o visto para si e para a sua família sem a prévia autorização do meu governo! — Informou Aristides, mal esta conclusão se formou na sua cabeça.

No entanto, para se precaver, o cônsul colocou nos vistos que os mesmos só serviriam para passar pelo porto de Lisboa para tomar um vapor para a América Central.¹⁹

Tal como os Wiznitzer antes, Laporte não o fizera esquecer-se dos Gingold. Da janela do seu gabinete do consulado, com vista sobre o rio Garonne, Aristides prendera a sua atenção em três raios de sol que perfuravam as grossas nuvens acinzentadas estacionadas por cima da ponte, atravessando-as e caindo na água, conferindo à superfície estranhos matizados. Era ainda cedo, por isso aquelas flechas de luz eram um prenúncio de que o dia não seria muito frio o que era animador para o início de uma semana de trabalho. Aristides apreciava aquela paisagem portuária. As suas últimas reflexões obrigaram-no a parar a sucessão de pensamentos. Virou-se para trás e, espreitando para a secretária, procurou com o olhar o calendário de

¹⁹ Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 76 - verso.

mesa. Como suspeitara, era dia 11. Virou-se de novo para a sua janela, consultou o seu relógio de bolso e verificou que faltavam cerca de oito minutos para iniciar o expediente do consulado. Àquela hora, com um pouco de sorte, Laporte estaria a embarcar no seu navio holandês com destino ao Panamá. Três pancadas na porta retiraram-no, de novo, da apreciação do Garonne.

— Sim? Faça o favor de entrar. — Disse, calculando que deveria ser o seu secretário, e no segundo seguinte constatou que tinha razão.

— Bom dia, senhor cônsul.

— Bom dia, José.

— Trago o correio. — Informou, sem necessidade, à medida que se aproximava da secretária do cônsul e lá o depositava.

Aristides sentou-se e começou a ler por ordem a correspondência.

— E esta agora? — Deixou escapar alto Aristides.

— O que foi, senhor cônsul? — Inquiriu José Seabra que ainda se encontrava por ali.

— Nada. — Mentiu.

Aristides acabava de receber a resposta ao pedido de autorização para a concessão de visto no passaporte de Laporte. O pedido fora negado! Animou-se ao lembrar-se que Laporte partia daquele dia de Lisboa, talvez até já estivesse em alto mar. Com um pouco de sorte, ninguém daria por nada.

Tal como antes, a resposta ao pedido do cônsul para a concessão de visto a Laporte demorara mais de um mês, e o ofício a repreender Aristides por o ter concedido demorou semelhante tempo a chegar a Bordéus. Tanto que ele já pensara que este seu acto passara despercebido. Não podia estar mais enganado.

“Lisboa, 24 de Abril de 1940

*“Sr. Dr. Aristides de Sousa Mendes do Amaral
“Cônsul de Portugal em*

BORDÉUS

“Por despacho nº2, de 16 de Janeiro último, foi chamada a sua atenção para a irregularidade cometida por V. Sa. ao conceder um visto para Portugal no passaporte de Arnold Wiznitzer e mulher, antes de haver pedido para tal feito a indispensável autorização deste Ministério.

“Confiando em que V. Sa. não voltaria a incorrer na mesma falta, aceitou esta Secretaria de Estado como boas as explicações prestadas

no seu ofício nº 216, de 22 do mesmo mês, não dando por esse motivo outro seguimento ao assunto.

“Apesar disso, em 1 de Março último, enquanto estava pendente a decisão do Ministério sobre o caso, visou V. Sa. o passaporte do médico espanhol Eduardo Neira Laporte, cujo visto esta Secretaria de Estado recusou conforme foi comunicado a V. Sa. em despacho de 11 do mesmo mês. (...)

“A repetição de factos desta natureza, lesivos da disciplina, é altamente prejudicial para o serviço, para os interessados e sobretudo para a indispensável dignidade da função consular. Fica por isso V. Sa. advertido que qualquer nova falta ou infracção nesta matéria será havida por desobediência e dará lugar a procedimento disciplinar em que não poderá deixar de ter-se em conta que são repetidos os actos de V. Sa. que motivam advertências e repreensões.

“A bem da Nação.

“Pelo Ministro,

“Luiz T. de Sampayo”²⁰

De novo teria de pensar numa carta para enviar para o Ministério, mas a sua defesa, neste caso era muito simples, além de alguns motivos decalcados dos do caso Wiznitzer, ele limitara-se a seguir a Circular nº 14. Afinal, não era isso que se pedia aos cônsules?

— Aristides, temos de ir hoje às compras! — Lembrou-lhe Angelina, mas vendo o ar de enfado do marido insistiu. — Disseste na segunda que iríamos no fim-de-semana.

O cônsul concordou e, em breve, marido e mulher caminhavam de braço dado pelo passeio na direcção dos *Grands Magazins*. Por insistência de Angelina iam comprar uns fatos novos. Os que ele possuía ou tinham deixado de lhe servir, pois aumentara de peso, ou já começavam a ficar com um ar gasto nos punhos e nos cotovelos, faltando pouco para ficarem puídos e se tornarem vergonhosos. Como uns reforços nos cotovelos, ou virar a gola das camisas estava fora de questão para um homem da sua posição, ele já não tinha mais argumentos para dissuadir a mulher e voltar a adiar a ida às compras, a não ser que lhe contasse a verdade: não estava desafogado de dinheiro.

O casal caminhava enquanto ia conversando, atraindo de quando em vez a atenção sobre si próprio, pois apesar do esforço para falarem baixo, o tom era sempre ligeiramente mais alto do que o dos outros transeuntes.

²⁰ Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 71 e 71 verso.

Aristides olhou para a frente e, no meio das outras pessoas que passeavam naquela tarde de sábado, uma silhueta familiar começou a destacar-se. Era Andréé. Sentiu o seu rosto ruborizar, certo de que a culpa que carregava acabava de se estampar na testa.

O único encontro amoroso que tiveram fora há meses, mas ela nunca mais deixara de o importunar, mesmo depois de Pedro Nuno ter aparecido no seu lugar no cinema, nem quando Aristides lhe explicou que tudo não passara de um equívoco. Era casado e amava a sua mulher praticamente desde sempre. Eram primos e...

— *Cousins!*? — Respondeu ela na altura, como se não tivesse ouvido nada do que fora dito para trás.

Nesse momento, Aristides teve a certeza que dissera algo que devia ter omitido. Tentou emendar-se. Explicou que recebera uma dispensa episcopal para se poder casar e...

— *Ça ne vaut rien!* — Contrapôs.

Não valia nada, dizia ela e Aristides ouvia abismado o resto da sua argumentação.

— *C'est comme si tu n'étais pas marié!*

Mas era-o e nunca pretendia deixar de o ser. Embora tivesse cometido um acto pelo qual não podia responder, pensou voltando a lembrar-se do conselho do pai. Nunca façam nada por que não possam responder, dizia-lhes. Nunca se lembrara tanto dele quanto nos últimos meses. E a frase ganhava novos contornos a cada passo que o colocava mais perto de Andréé. Dali a pouco, o passeio seria exíguo para os três. Sabia-a capaz de tudo, sobretudo agora, que se achava munida de duas armas de arremesso: as leis de Deus, que ela dizia estarem do seu lado e uma barriga sem proeminência visível, mas na qual ela jurava se gerava um filho seu.

Andréé caminhava decidida na direcção do casal. Angelina discorria acerca de quantas camisas teriam de comprar e Aristides sentia-se a andar num mundo a duas velocidades diferentes. Passeava de braço dado com a bonança ao mesmo tempo que via a tempestade a precipitar-se na sua direcção. Na realidade, o analogismo faria mais sentido se se comparasse Andréé a um torpedo, pois foi com a mesma determinação mortífera que, literalmente, atravessou o casal. Os braços de Aristides e Angelina desenlaçaram-se com a força do impacto, ficando o casal separado por instantes, como prenúncio das intenções de Andréé, mas nem aí ela se virou para trás, continuando a caminhar com a mesma indiferença de um furacão que não volta atrás para se certificar das suas vítimas. Sem reflectir, Aristides, tal como Angelina, girou sobre si próprio com a força do embate, ficando virado na direcção daquela mulher que se desvanecia entre as gentes, após o estrago causado.

Em casa, Aristides que nunca descobrira o lado calmo de André, via agora a faceta colérica de Angelina.

— Posso ter um espírito limitado e provinciano, como tu pensas...²¹

— Não Gigi... — Interrompeu-a o marido duplamente mortificado.

— Não Aristides, digo eu! — Deve Angelina o marido sem que ele pudesse concluir a frase cuja continuação ela adivinhava. — Eu sei que é isso que pensas de mim. — Ele baixou o olhar, era advogado mas não praticara muito e fizera-o há demasiados anos para ter experiência em colocar a verdade num ângulo diferente para que se pudesse tornar em outra coisa. — Posso não cumprir os deveres de esposa de um diplomata como tu gostarias...

— Não é nada disso... — De repente, aquelas afirmações, reproduções exactas dos pensamentos que ele um dia transformou em prova escrita, saídas da boca de Angelina ganhavam um poder que ele nunca imaginara. Eram demasiado dolorosas para serem ouvidas, não por aquilo que diziam dela, mas pelo que faziam transparecer de si. Um gesto dela impediu-o de continuar a sua tentativa de argumentação.

— Posso não ter os estudos daquela mulher toda aperaltada, nem a elegância, e catorze filhos fizeram-me perder as formas que ela ostenta, mas há uma coisa que eu não sou: é idiota. Não sou idiota! — Reforçou, gritando num tom que Aristides nunca ouvira e deixando bem claro que não valia a pena negar o óbvio.

Ele não o negou.

Deitaram-se sem se falar, mas na manhã seguinte, quando ainda acabava de se vestir, a voz do filho tirou-o dos seus sentimentos de culpa.

— Papá! Papá! Venha cá! — Gritava aflito Pedro Nuno.

Aristides apressou-se para a cozinha ainda a dar o nó da gravata.

— O que foi? Parece que queres tirar o teu pai da força. — Disse graçejando e puxando uma das extremidades da gravata como se fosse uma corda.

A ausência de um sorriso no rosto de Pedro Nuno fê-lo perceber que de facto algo de sério se passava. Angelina, tal como o seu outro filho, José, acompanhava Pedro Nuno em volta do transístor, como se assim as notícias lhes chegassem mais depressa.

— A Alemanha invadiu esta madrugada a Holanda, papá.

— Sim? — Respondeu acabando de dar o nó na gravata e tentando

²¹ Documentos recuperados da residência de Aristides de Sousa Mendes e, segundo Rui Afonso, guardados na Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato in Rui Afonso, *Um Homem Bom*, p.24. No entanto, a autora tentou consultar esses documentos, mas a Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato negou alguma vez ter tido documentos de Aristides de Sousa Mendes em seu poder.

não deixar transparecer na sua voz a preocupação que alastrava no seu rosto.

— Durante toda a madrugada a *Luftwaffe* bombardeou a Holanda. — Acrescentou Pedro Nuno.

— Também invadiram o Luxemburgo. — Informou José.

Aristides sentou-se à mesa e nada disse. Os filhos esperavam talvez que ele os reconfortasse e era o que deveria ter feito. No entanto, a certeza de que dentro de dias a França seria invadida, não pelos alemães esperava ele, mas por milhares de refugiados que engrossariam de forma descomunal as grossas fileiras já existentes, preocupava-o. E a Circular 14 atava-lhe as mãos. Sabia que essas pessoas passariam por muito para alcançar Bordéus, Baiona e Hendaia, mas para nada.

— Creio que o senhor tem umas aulas para assistir. — Disse Aristides, dirigindo-se a Pedro Nuno, para quebrar o silêncio e relembrar a rotina na tentativa de trazer alguma normalidade ao seu dia-a-dia.

Nos dias seguintes a normalidade seria para sempre quebrada e já não havia rotina que a fizesse resistir ou sequer a relembresse. Repetidamente os jornais de Bordéus noticiavam o bombardeamento de diversas cidades europeias: Roterdão, Haia, Amesterdão, Antuérpia e Bruxelas.

Sentado na sua poltrona, Aristides lia os matutinos que se empilhavam na sua secretária. *La Petite Gironde* era o jornal seguinte no monte. As fotos e o título da primeira página já não deixavam espaço para mais dúvidas criadas pelo optimismo. O cônsul ajeitou os óculos descaídos, como se o título em letras garrafais não fosse à prova de qualquer dioptria:

— “Fugindo dos bombardeamentos impiedosos da aviação alemã, refugiados belgas denunciam à sua chegada a Paris a barbárie dos nazis.”

A informação no texto anexo ao título não era mais animadora: os alemães já tinham rompido as linhas francesas de Sedan e de outras cidades de França. E ainda não desaparecera da sua lembrança as fotos de um soldado francês à procura de sobreviventes no meio dos escombros que vira no jornal *La France de Bordeaux* da véspera.

— Ó meu Deus, como é que isto irá acabar?

Nas ruas, os refugiados chegavam diariamente às centenas, não que ele tivesse tido tempo de sair do consulado para se certificar pelos seus olhos, mas o afluxo anormal de pessoas a subirem a escada da chancelaria para lhe pedirem um visto dizia-lhe que sim.

Aristides levantou-se e abriu a porta do seu gabinete. As restantes dependências da chancelaria também já tinham aberto. Confirmou com o seu relógio de bolso e verificou que eram nove em ponto. Virou-se para a entrada atulhada de gente e perguntou:

— Quem está a seguir?

Ao mesmo tempo que as duas pessoas na frente da fila entravam, Aristides dirigiu-se para o seu lugar, sentou-se e observou quem tinha diante de si. Hesitou antes de reconhecer de facto a mulher que se apresentava na sua frente. Era, afinal, uma velha conhecida: Maria da Conceição Teles e Castro. Estaria perto dos quarenta anos e a lembrança que Aristides guardava dela era a de uma pessoa jovial e que costumava andar sempre muito bem arranjada, como habitualmente se dizia. Porém, na sua frente, a imagem que recebia não era essa. Por isso, a sua dificuldade inicial em reconhecê-la. Parecia ter envelhecido e, se antes fora vaidosa, para esta visita nem sequer se preocupara em disfarçar as profundas olheiras. Até do batom se esquecera. Depois, lembrou-se que talvez ela já não tivesse dinheiro para essas superfluidades. Ela fora casada com um diplomata português, conhecido de Aristides, e enviudara. Lembrou-se dela nessa altura, e nem nessa época a vira tão acabada.

— Como é que tem passado, minha cara amiga dona Maria da Conceição? — Perguntou, levantando-se e contornando a secretária para a cumprimentar. — Tem passado bem?

Ao ouvi-lo, ela começou de imediato a chorar. A resposta à pergunta era óbvia e bastava olhar para ela. Por outro lado, por aquela altura ninguém estava a passar bem. Fora apenas um cumprimento, a força do hábito e, além disso, com um quê de retórico. Aristides tornou ao seu lugar.

Acompanhava-a um jovem rapaz, de cabelo castanho-claro, cortado à máquina um. Tinha um ar bastante jovem, tornando maior o contraste da diferença de idades que existiria entre eles. Seria seu namorado ou marido, interrogou-se, repreendendo-se logo a seguir por aquele pensamento. Eles tinham tanta diferença de idade. Tornou a repreender-se. Afinal, não teriam entre eles maior diferença de idade do que aquela que ele fazia com Andréa. Mas ele era homem. Abanou a cabeça por não ter contido este pensamento, mas o casal não o notou, porque em simultâneo, vendo Maria da Conceição em lágrimas e o corpo tremendo pelos soluços, o jovem apertou-a nos seus braços para a consolar. As dúvidas de Aristides acabavam de ser respondidas.

— Este é o meu marido. — Informou Maria da Conceição, quase em tom de justificação, apontando para o rapaz que teria talvez a idade de Pedro Nuno, pensou Aristides ao cumprimentá-lo.

Ela voltara a casar-se havia dois anos, chamava-se agora Maria da Conceição Teles e Castro Miny e adoptara a nacionalidade do marido, sendo agora luxemburguesa.

— Vivíamos em Bruxelas quando fomos surpreendidos pela invasão alemã. — Maria da Conceição fez um gesto com a mão como quem pretendia afastar esses pensamentos. — Ainda ecoam nos meus ouvidos os

voos rasantes da *Luftwaffe*, os disparos das metralhadoras, os bombardeamentos, as sirenes... — Estremeceu com a recordação. — Partimos assim que pudemos, eu, o meu marido e a sua família. Mas perdemo-nos deles ainda antes de chegarmos a França. No entanto, resolvemos continuar, pois achámos que seria mais fácil reencontrá-los neste ponto de todas as confluências, do que na estrada. Portanto, chegámos a Bordéus sozinhos e sem dinheiro, mas vamos esperar por eles aqui. Ainda temos muita esperança de os reencontrar. Como já disse, este é um ponto de confluência. Se tivermos de os encontrar, será aqui.

Aristides meneou a cabeça em sinal de concordância, mas apenas isso. A família Miny poderia já estar em Bordéus, tal como eles, e até com a mesma esperança, e não se encontrarem.

— Para piorar tudo, pouco antes da invasão alemã, o meu marido sofreu uma intervenção cirúrgica e, como deve calcular, ele tem feito tudo menos repousar. Está muito enfraquecido, e nós estamos desprovidos de recursos...

— Deixe aqui os passaportes. — Interrompeu Aristides. Mais do que pôr cobro ao relato, ele queria acabar com o sofrimento que aquelas memórias visivelmente traziam a Maria da Conceição. — Vão até minha casa, — continuou, apontando na direcção da porta, — a Angelina prepara-vos alguma coisa para comer e nós falamos depois. — Maria da Conceição sorriu pela primeira vez. Aristides retribuiu-lhe o sorriso. — José! — O filho apareceu pouco depois e o pai pediu-lhe: — Acompanha este casal até nossa casa. A tua mãe saberá o que fazer. — Concluiu piscando-lhe o olho. — E fecha a porta, por favor. — Pediu ao filho.

Quando o casal Miny voltou, Aristides estendeu-lhes os passaportes com os vistos para Portugal apostos. Tinha consciência de que novamente estava a ir contra as regras, mas como poderia negar um pedido de alguém que, além de tudo pelo que passara, era sua conhecida de longa data?

No dia seguinte à visita do casal Miny, o cônsul recebeu novas instruções vindas de Lisboa. E se outrora as respostas aos pedidos de vistos demoraram tanto, onze dias apenas após o ofício de Aristides ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde explicava que passara o visto a Laporte porque seguira as instruções da Circular nº 14, na sua secretária aguardavam-no as ordens complementares àquela, vindas das Missões Diplomáticas. Estas, por sua vez, tinham recebido um telegrama do Ministério, indicando-lhes que as normas que acabavam de receber deveriam ser comunicadas urgentemente aos Consulados subordinados. Em caso algum poderiam conceder vistos em passaportes sem prévia autorização daquele.²²

²² Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 67.

— As notícias nos jornais, o crescente número de refugiados em Bordéus e agora isto! — Resmungou Aristides batendo com as costas da mão no ofício que acabava de receber. Agora é que não podia fazer mais nada! Não havia mais linhas cuja interpretação pudesse ser torcida a favor de algum refugiado, nenhum engano. Nada! As decisões passariam todas pelos enfatuados de Lisboa, repimpados nos seus cadeirões, longe do drama que se assistia em Bordéus. Aristides chegou à conclusão que para eles era indiferente.

O bater de uma porta seguido por uns passos apressados despertou-o do torpor. Era o Pedro Nuno. Aristides olhou para o relógio de parede e sorriu benevolmente. Ele saía para a faculdade e já estava atrasado. Talvez o devesse ter levado com os outros para Portugal, ponderou nesse momento, mas o rapaz fazia tanto gosto neste seu curso de direito e, a bem da verdade, ele também. Notou que deixara de ouvir os passos de Pedro Nuno cedo demais. Pousou o jornal, levantou-se e antes de abrir a porta que dava para as escadas onde normalmente muita gente se aglomerava, a voz do filho chegou-lhe nitidamente:

— Eu sou o filho do cônsul, o meu pai irá ajudar-vos.²³

Estava a tentar animar os refugiados, mas por outro lado esperava uma resolução do pai. Um gesto mágico, como todos os filhos esperam dos seus pais, para resolver os problemas como se fossem super-heróis, daqueles que Pedro Nuno e os seus irmãos tinham lido nos livros de banda desenhada quando moravam na Califórnia. A porta abriu-se, falhando por pouco o rosto de Aristides.

— Bom dia, senhor cônsul!

— Bom dia, José.

— Então, mais um dia. . . — Disse maquinalmente o secretário consular.

— Bem pode dizê-lo. Bem pode dizê-lo, José. Mais um dia a mandar pedidos de autorizações de vistos para Lisboa, mais um dia de silêncio de lá, mais um dia de amargura para estes desgraçados e. . .

— Está na hora de abrimos, senhor cônsul. — Advertiu-o José Seabra, interrompendo propositadamente a conversa.

Quem está a seguir, que história vem a seguir, que vida clama por salvação? As narrativas diferiam, mais ou menos, umas das outras, tal como os rostos, mas existia um ponto comum em todas: ressaltava o mesmo cansaço e sofrimento, assim como a mesma esperança. Tinham feito vários quilómetros desde casa e sido alvo pelo caminho das metralhadoras dos aeroplanos germânicos. Sobreviveram-lhes mas não sem o pesar de verem familiares seus sucumbirem a essas razias. Passaram fome e frio, para con-

²³ Entrevista a Pedro Nuno in *Domingo Magazine*, suplemento do *Correio da Manhã* de 23 de Janeiro de 2005.

fluírem ali, na sua frente. Queriam um visto, por acaso para Portugal, mas era para a liberdade. E ele não os podia dar. Enfim, muitas vezes dava-os sem poder, mas não podia fazer isso com toda a gente.

— Vou enviar o seu pedido para Lisboa. Temos de esperar pela autorização... — Balbuciava Aristides ao casal na sua frente, sem convicção mas sem outra justificação para dar.

A mulher estava grávida, era espantoso como conseguira chegar até ali... para nada.

— Queres um café? — Perguntou Angelina acabando de entrar e salvando-o das suas inquietudes.

— Sim, por favor.

Ela irrompeu pelo escritório segurando a bandeja do café.

— Oh, coitada! — Deixou escapar Angelina mal pousou os olhos na mulher. — Está tão pálida. Sente-se bem? — A mulher apenas encolheu os ombros em resposta. — Não come há quantos dias? — De novo nenhuma palavra, apenas um sorriso tímido. — Venha comigo. — Angelina pousou a bandeja do café na secretária e pegou na jovem pelo braço, levando-a consigo para a residência consular.

— Vá com elas. — Disse Aristides para o marido que olhava perplexo para os acontecimentos. — A seguir?

A seguir chegava mais um comboio. Dia e noite comboios apinhados de refugiados chegavam à estação de Saint-Jean. Bordéus era, literalmente, o fim da linha para eles. Um carimbo no seu passaporte era o que lhes permitiria continuar. Aliás, vários. Para se sair de França seria necessário um visto de saída francês, mas este só se conseguiria com um visto de trânsito espanhol que por seu lado só era emitido se o requerente já tivesse o seu passaporte carimbado com um visto de trânsito português. É que uma passagem para o paraíso sempre se “vendeu” cara. Portugal, mais concretamente Lisboa, tinha-se tornado senão o último paraíso na terra, então o último paraíso na Europa, não por si, mas pela porta de saída que representava para outros continentes.

Pelos trilhos do êxodo vieram desembocar ao nº 14 do *Quai Louis XVIII*, a vinte de Maio, três refugiados especiais. Embora trouxessem consigo o mesmo relato de horrores e dificuldades que Aristides e Angelina ouviam havia semanas, este compungiu ainda mais o casal Sousa Mendes.

Os três refugiados eram a sua filha Isabel, o genro Jules d'Aout e o neto Manuel. Tinham levado uma semana para fazer uma viagem de algumas horas. Vinham extenuados, sujos e tristes. Eles eram especiais no meio dos outros refugiados. Não só porque tinham um abrigo certo em Bordéus quando todos os hotéis e pensões, mesmo a preços exorbitantes, já

não dispunham nem de um quarto e o centro permanente para os refugiados criado na *Mairie* e outro na estação ferroviária de Saint-Jean estavam a abarrotar, mas porque teriam um visto.

Isabel lançou-se, emocionada, nos braços dos pais, sem conseguir conter as lágrimas. O pequeno Manuel esperava ao colo de Jules, olhando sem entender para a mãe que abraçava e chorava junto de desconhecidos. Aristides apertava a filha com força. Fazia muito tempo que não a via e nos últimos meses, com os acontecimentos na Europa, temeu pelo pior.

— Ó papá, mamã! — Disse Isabel pela primeira vez, ao levantar a cabeça dos ombros dos pais. — Pensei que nunca mais cá chegava!

Encaminharam-se para a cozinha juntamente com Jules e Manuel. Pedro Nuno e José já dormiam, mas o barulho dos recém-chegados acordou-os. Mal perceberam a voz da irmã, correram ao seu encontro e caíram nos seus braços. As lágrimas, que se acalmavam, voltaram. Enquanto remexia em tachos e panelas, Angelina limpava, disfarçadamente, as lágrimas no punho do roupão que vestira à pressa sobre a camisa de noite quando ouvira bater à porta.

— Vou fazer-vos uma coisinha quente. — Dizia-lhes andando de um lado para o outro, mais pelo nervosismo do que para ir de facto buscar algum utensílio.

— Vocês nem imaginam por tudo o que nós passámos... — Começou Isabel.

Ela estava longe de adivinhar que os pais já conheciam quase todas as versões das histórias de horror que os refugiados traziam para contar. De dia, sentado na sua sala, Aristides ouvira-as a todas. À noite, deitado na sua cama, partilhara-as com Angelina. Se havia alguém em Bordéus, para além dos próprios refugiados, que sabia exactamente pelo que estes passavam, eram o cônsul e a mulher.

Angelina colocou a toalha sobre a mesa, depois os pratos, os copos, os talheres e os guardanapos. Cortou meia *baguette* para dentro de um pequeno cesto de verga. Não tinha mais pão do que esse e pô-lo em cima da mesa.

— Este é da nossa terra! — Disse Angelina, ao colocar um queijo da serra ainda por encetar que trouxera em Dezembro de Cabanas de Viriato.

Jules, apesar de cerimonioso a princípio, começou a comer.

— Estávamos a sair de Bruxelas quando a aviação alemã voltou para um novo *raid*. — Recomeçou Isabel. — Ouvíamos as bombas caírem não muito longe de nós, mas naquele momento só pensávamos em chegar à estação. Só queríamos sair dali. O Jules tentava conduzir sem se deixar impressionar, mas a cada avião que nos sobrevoava ele tinha dificuldades em manter a direcção direita. — Jules baixou os olhos, como se isso o enver-

gonhasse. Notando-o, Aristides deu-lhe uma palmada nos ombros para o animar. Embrenhada no seu relato, Isabel não o notou. — Nas ruas, os edifícios estavam em chamas e as bombas continuavam a cair. Tememos não conseguir sair dali com vida! A dado momento pareceu-nos estar encurralados que nem ratos!

Angelina colocou ao centro da mesa uma base de madeira e logo em seguida trouxe o tacho da sopa. Agarrou numa concha e começou a servi-los. O Manuel já dormia ao colo do pai. A avó retirou-o dos braços de Jules. Este sorriu agradecido, e levou o pequeno para um dos quartos, voltando logo em seguida.

— Víamos ambulâncias da Cruz Vermelha a passarem por nós a toda a velocidade. Por pouco não chocámos com uma! Quando chegámos à estação só arranjámos lugar num comboio suburbano para uma localidade fronteiriça. Mas era melhor do que nada e de lá conseguimos comprar bilhetes para Paris. — Isabel fez uma pausa no seu relato para respirar fundo, como se revivesse o alívio de seguir para Paris. — Numa dada altura olhei pela janela, atravessávamos uma cidade, e vi uma estrada entupida por carros, camiões, motorizadas, bicicletas, carroças e peões. Toda a gente estava a fugir. Mas o pior ainda estava para vir! Ficámos três dias sem pôr nada na boca e o Manuel adoeceu. De repente, o comboio em que seguíamos começou a voltar para trás! Podem imaginar o que nos passou pela cabeça? Seis dias para uma viagem de algumas horas e ainda por cima para nada!? O comboio retomou a sua marcha na direcção certa, mas não parou em Paris, onde esperávamos obter cuidados para o Manuel. Ficámos desesperados. De que valia tanto sacrifício para sobrevivermos a um filho?

— De nada. — Respondeu Angelina quebrando o silêncio dos ouvintes.

— Conseguimos descer em Orléans, onde pudemos tratar do nosso filho. Ficámos dois dias lá e, finalmente, adquirimos bilhetes num comboio para Bordéus. Ao todo, levámos mais de uma semana para chegar aqui. Mas não nos podemos queixar, conseguimos cá chegar todos. — Disse, referindo-se à sua família. — Mas sabem o que foi o pior de toda a viagem?

Os seus ouvintes menearam a cabeça. Tudo o que ela contara até aqui fora mau, não imaginavam o que poderia ela eleger como o pior.

— O pior foi perceber que alguns dos fugitivos passavam por esta situação pela segunda vez na sua vida. E eu? E nós? Quantas vezes mais iremos passar por isto?

Aristides escutara Isabel sem pronunciar palavra. Não era a primeira vez que ouvia relatos como estes. Chegara mesmo a pensar já não se poder impressionar com nenhum, mesmo sabendo que a indiferença não era do seu feitio. Mas após tantas histórias o coração cria defesas. No entanto,

esta história de viagem, contada e vivenciada pela sua própria filha e neto, compungira-o como nenhuma outra. O horror da narrativa misturava-se, à medida que a narração avançava, com o alívio. Ele não perdera nenhum deles. Por outro lado, não estaria na sua mão dar o mesmo final, apesar de tudo feliz, para a história de outros? Sim e não. Ele sabia disso. Afinal, desde a chegada da maldita Circular nº 14, debatia-se com esse problema.

— Amanhã também é dia! — Exclamou Angelina, sorrindo para desanuviar os ânimos. — Vocês fizeram uma longa viagem, quase maior do que as vossas forças o permitiam. Têm de descansar. Agora temos muito tempo para falarmos, por isso podemos esperar. Vão descansar.

Num ápice a cozinha ficou vazia.

— Podia ter sido um deles. Ou mesmo os três. — Desabafou Angelina já deitada, na escuridão do seu quarto, enquanto o marido se preparava para se deitar também.

— Podia ter sido um deles a fazer o quê?

— Todos os dias batem à nossa porta refugiados a contarem-nos histórias de horror. Pais que viram filhos a morrerem na estrada e filhos que ficaram órfãos. Aristides desviou a roupa da cama e deitou-se, mas Angelina continuou. — Já reparaste que não existe palavra para classificar um pai que perde um filho? Mas o contrário sim. Portanto nós somos essa coisa sem nome já por duas vezes e estivemos à beira de ser a terceira sem o sabermos.

— A morte não manda avisos.

— Às vezes sim.

Ele passou a mão pelo rosto da mulher e como para a descansar informou-a:

— Amanhã vou enviar um telegrama ao presidente. Ele há-de dar-nos uma solução. Boa noite. Dorme bem.

Americanos, belgas, franceses, ingleses e holandeses às centenas estão a pedir vistos com insistência. Rogo a Sua Excelência de tomar medidas urgentes.²⁴ Escreveu Aristides no impresso do telegrama. Releu-o hesitante antes de o entregar, depois fixou, absorto nos seus pensamentos, o funcionário que tinha sua frente.

— *S'il vous plaît?*

Aristides não hesitou mais e estendeu o formulário. Afinal, era exatamente isso que pretendia: medidas urgentes, mas sobretudo ajustadas à situação que se vivia.

...

²⁴ Telegramas Recebidos de Bordéus, tel. nº 1883, enviado a 21 de Junho de 1940 (traduzido do francês).

Havia vários dias que Aristides abria o consulado antes das nove e ficava a trabalhar até de madrugada. Por isso, quando no dia seguinte chegou a resposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, julgou que talvez pudesse ter adormecido e estar a sonhar. Mais concretamente a ter um pesadelo. As medidas urgentes que pedira chegaram de forma célere, sim, mas eram apenas repetições das que já existiam e que ele conhecia de cor.

— “Cumpra V. Sn^a circular pedindo autorizações a este Ministério para cada caso dando preferência americanos e outros com passagem tomada e visto de entrada para Estados Unidos.”²⁵ É só isto? — Deixou escapar Aristides, lendo várias vezes as mesmas linhas, esperançoso de que algo lhe tivesse escapado.

O ministério, o ministro dos Negócios Estrangeiros e o presidente do conselho, que acabavam por ser apenas um, não queria saber se se estava a viver um período excepcional, se os refugiados cresciam nas ruas e estavam a ficar num beco sem saída, ou se o medo os fazia terem acções tresloucadas por saberem que o algoz se aproximava, ao ponto de Aristides ter-se visto obrigado a colocar soldados nas divisões do consulado e à porta do mesmo de forma a manter a ordem.²⁶

Dos telegramas enviados para Portugal, pedindo autorização para a concessão de vistos, muito poucos obtinham resposta positiva. Todos os dias Aristides confrontava-se com os refugiados, caras iguais, caras diferentes, mas a resposta era sempre a mesma:

— Tenho de comunicar ao meu governo o pedido de visto.

Não tinha mais nada para lhes dar e de Portugal vinha sempre a mesma resposta: Cumpra a Circular nº 14. Cumpra, cumpra, cumpra, repicava na cabeça de Aristides como o badalar do sino da igreja em dia de Pentecostes. Já fora advertido que mais uma falta e sofreria um processo disciplinar. Além disso, sabia que as ordens eram para ser obedecidas. Mas tinham de ser todas? Até as absurdas? Até as desumanas?

Mais uma vez, ouviu com atenção os requerentes e as suas razões e respondeu:

— Tenho de pedir autorização ao meu governo antes de lhe poder atribuir o visto que me pede.

O cônsul observou o homem que acabara de atender afastar-se. Não o conhecera antes, mas podia apostar que o seu rosto não era assim, mas que ficara marcado pelo que vivenciara nos últimos dias. O medo sulcava-lhe rugas profundas e a fome tornara-o mais anguloso. Além disso,

²⁵ Telegramas Expedidos para Bordéus, tel. nº 1214, enviado a 22 de Junho de 1940.

²⁶ Segundo o testemunho de César de Sousa Mendes in *Aristides de Sousa Mendes, un juste parmi les nations, II Les Documents*, p. 57.

o cansaço fazia-o arrastar os pés, a desesperança descair os ombros e a experiência de ter sido um alvo falhado dos *stukas*²⁷ conferira-lhe tiques nervosos.

Não havia forma de coadunar as instruções recebidas com as circunstâncias que se viviam em Bordéus. Não sabiam em Lisboa disso? Como podiam? Se ele que vivia o dia-a-dia em Bordéus ainda tentava encontrar essa solução, mas percebia agora que passava mais pelo milagre do que pela lógica. Como o demonstrava a atitude dos refugiados que, atulhando os acessos ao consulado, esperavam pela resposta ao pedido que Aristides enviara por telegrama para Lisboa. Desde antes das nove da manhã até à uma ou duas da madrugada, o cônsul e eles esperavam por um milagre. E enquanto esse milagre tardava, os nazis aproximavam-se.

À medida que os dias encaminhavam o mês de Maio para o fim, o avanço das tropas alemãs colocavam os franceses ao caminho, em direcção ao sudoeste da França, engrossando as intermináveis fileiras de refugiados luxemburgueses, belgas, austríacos, holandeses, russos, enfim, de quase toda a Europa. Partia-se porque se tinha medo e porque se via o vizinho partir. Ninguém queria ficar sozinho à espera do inimigo. Além do medo e da ansiedade, a anarquia também seguia os trilhos do êxodo. E todos eles pareciam desaguar em Bordéus, mais precisamente em frente ao nº 14 do *Quai Louis XVIII*.

De Lisboa poder-se-ia seguir praticamente para todo o lado. Aristides, obviamente, não o ignorava. Sabia que Lisboa não era, para aquelas pessoas que esperavam nas ruas por uma assinatura sua, um ponto de chegada, mas antes um ponto de partida. Porém, ele estava de mãos atadas.

— Chega! — Gritou Aristides perante o olhar de pasmo de José Seabra e depois de a última pessoa que atendera ter fechado a porta atrás de si. — Não consigo mais trabalhar assim! Vá fechar as portas do consulado. — Ordenou ao secretário. Mas este, incrédulo, não se mexeu. — Feche as portas do consulado! — Repetiu. — Os serviços do consulado acabam de ser suspensos!

— Mas, senhor cônsul, não pode fazer isto!

— Pois não! Não posso continuar a dar a mesma resposta a estas pobres criaturas, que depois de escaparem a bombardeamentos e aos disparos de metralhadoras dos *Stukas*, vêm encontrar a morte na espera. Elas não podem ter feito várias centenas de quilómetros, terem sobrevivido a tanto, para nada! Feche as portas, por favor!

²⁷ Bombardeiro modelo Junkers Ju 87 utilizado pela força aérea alemã durante a II Guerra Mundial. Stuka, o nome pelo qual ficou conhecido, deve-se ao diminutivo de: *Sturzkampfflugzeug*, a palavra alemã para bombardeiro de mergulho in *Luftwaffe 9: Stukas Over Steppe*.

José Seabra obedeceu e, mal o serviço foi encerrado, voltou para junto do seu superior e perguntou-lhe:

— E agora? O que vai fazer agora?

— Vou telegrafar para Portugal para anunciar a completa suspensão do serviço consular em Bordéus e pedir instruções precisas.

— Instruções precisas? — Indagou Seabra perplexo com o pedido. — Mas já as tem, senhor cônsul!

— Sim?

— Sim! — Confirmou o secretário cuja solução do problema se lhe apresentava fácil. — Siga a Circular nº 14!

Aristides não lhe respondeu com palavras, mas o silêncio que deixou no ar demonstrou todo o agastamento que a resposta de Seabra lhe suscitara. O cônsul saiu, deixando o seu secretário sem saber exactamente o que fazer.

Os passeios atulhados de gente, veículos estacionados e alguns até abandonados um pouco por toda a parte, revelavam a Aristides toda a dimensão do caos que grassava em Bordéus. Demorou-se mais do que o necessário para chegar à estação dos correios. O espectáculo das ruas prendia-lhe a atenção, e a convicção crescente de que não podia ser um simples espectador lhe tolhia os passos.

Na estação de correios, Aristides preencheu o formulário do telegrama destinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. No fundo, embora tivesse dificuldade em admiti-lo, sabia que as instruções que pedia nunca seriam as que desejava. Dizem que a esperança é a última a morrer, motivou-se enquanto pagava o telegrama à funcionária.

De novo na rua, em vez de virar no sentido da sua residência, resolveu continuar a caminhada. As pessoas amontoavam-se nas praças, assim como os veículos, todo o tipo de veículos. Aqueles que ainda tinham combustível para continuar, ou então eram movidos a tracção animal, emprestavam à cidade um movimento automobilístico como ela nunca tivera. E nenhum respeitava os sinais de trânsito.

Parou defronte do *Le Régent*. Espreitou a vitrina do café na intenção de se distrair, por momentos, da visão triste que o circundava. Mas a tabuleta afixada no vidro do estabelecimento teve a função contrária, desmascarando os detalhes sórdidos que ele ainda não percebera do espectáculo a que assistia. Em caracteres negros de imprensa, num fundo amarelado, informava-se: “*Interdit aux chiens et aux Juifs.*”

Estremeceu ao mesmo tempo que repetia para si: Interdito a judeus e a cães. Abanou a cabeça em descrença e retrocedeu. Muitos dos refugiados nas ruas eram judeus. O êxodo não era só deles, mas, provavelmente, devido à propaganda nazi que passava na rádio, os bordaleses inibiam-se de auxiliar estes refugiados em particular. Tornou para casa.

No meio da multidão, Aristides poderia ser confundido com os refugiados. Tinha o mesmo andar arrastado, idênticos traços de cansaço no rosto, semelhante postura de ombros e costas. E também ele se dirigia para o consulado de Portugal em Bordéus.

Entrou no nº 14 do *Quai Louis XVIII* e começou a subir as escadas. Apesar de o consulado estar fechado, os refugiados continuavam a amontoar-se nos degraus, e temiam perder a sua vez na fila. Vez para quê, perguntava-se Aristides ao mesmo tempo que subia as escadas, quase de lado, pois a largura destas mal permitia que dois homens se cruzassem em simultâneo. Vez para me verem e ouvirem-me dizer: Tenho de pedir autorização ao meu governo. Pois era só isso que tinha para lhes oferecer. Nada.

— *Excusez-moi*. — Pediu Aristides ao tropeçar nos pés de um refugiado que se sentara nos degraus.

— *Un visa, Monsieur le consul!* — Começaram a gritar vários dos presentes.

Aristides não os ouvia, a sua atenção tinha-se prendido no homem no qual tropeçara. Apresentava uma tez pálida e os braços delgados, apertados contra o peito, não conseguiam disfarçar que tremia.

— *Vous vous sentez bien?* — Perguntou Aristides preocupado.

O homem manteve-se de rosto baixo e apenas abanou a cabeça negativamente.

— *Suivez-moi, alors!*

Nessa altura, o refugiado levantou o olhar do chão. O branco dos olhos estava amarelado, mas percebeu neles que pedia ajuda. Aristides estendeu-lhe a mão para que se apoiasse nela e se levantasse. O homem aceitou-a. Quando o cônsul apertou os seus dedos na mão do refugiado, sentiu-a anormalmente fria. Içou-o e tornou a dizer, quando o homem se encontrava de pé:

— *Suivez-moi!*

O sentimento com que os outros refugiados os olhavam, quando subiram o lance que faltava, era dúbio. A inveja, por desconfiarem que ele conseguiria aquilo pelo qual esperavam havia muito tempo naquelas escadas, misturava-se com a compaixão por aquele homem doente. Insensível aos olhares, Aristides subia os degraus que o separavam da porta da sua casa, a remoer: Ao menos isto, a Circular não me proíbe. Aliás, não há presidente no mundo que me possa proibir de fazer caridade na minha própria casa!

No cimo do segundo andar, junto à porta, Jules, o seu genro, falava com um punhado de homens. Seriam talvez quinze e provavelmente belgas, pelo sotaque que Aristides acreditou reconhecer. Pelo modo como falavam, pareciam conhecidos, se não todos, então alguns, do marido de Isabel, calculou ao passar por eles para entrar em casa.

— Gigi! — Enquanto esperava que a mulher respondesse, Aristides olhou para o refugiado sorrindo, para lhe instilar confiança. — Tratas dele? — Perguntou, quando ela lhe apareceu na frente. — Ele parece tão doente.

O olhar de Angelina encheu-se de comiseração.

— Trato. — Acedeu de pronto. — Mas e depois? Onde é que o vamos meter? A casa já está a abarrotar de gente.

Aristides inclinou a cabeça, a mulher tinha razão.

— No consulado! — Lembrou-se nesse instante. — Se já não cabe mais ninguém cá em casa. Começamos a alojar os mais necessitados no consulado!²⁸

— Achas boa ideia? — Indagou, lembrando-se da política de Lisboa no respeitante à concessão de vistos.

— Ainda não chegaram cá ordens que proibissem isso, pois não? — Respondeu-lhe piscando o olho.

Angelina encaminhou o refugiado para a cozinha, pois calculou que, antes de mais, ele precisava de comer. Vendo que Aristides estava agora sozinho, Jules dirigiu-se-lhe:

— Preciso de falar consigo.

O cônsul levou-o para o seu gabinete no consulado, pois já não havia mais nenhum lugar onde pudessem falar a sós. Os dois passaram para a chancelaria sob o olhar apreensivo dos belgas, que afinal não eram quinze mas dezassete.²⁹ Jules esboçou um sorriso para apaziguá-los. O consulado estava silencioso, apenas o carpir do tabuado do soalho a queixar-se de algumas das passadas de Aristides e do seu genro rompia o sossego do lugar.

— Quero pedir-lhe um favor. — Aristides deixou-se cair sobre o canapé. Trazia consigo um cansaço maior do que aquele que a caminhada

²⁸ No testemunho de César de Sousa Mendes in *Aristides de Sousa Mendes, un juste parmi les nations, II Les Documents*, ele afirma:

“Desde 10 de Maio, até à ocupação da vila, o salão e os escritórios do Cônsul estiveram à disposição dos refugiados, dezenas deles, dos dois sexos, de todas as idades e sobretudo idosos e doentes.” p. 57

“Mencionei a cozinha porque já não utilizámos a sala de jantar e o salão: tinham sido destinados aos refugiados.” p. 58 (traduzido do francês).

Segundo o testemunho de José Seabra in *DOCUMENTS fournis par le Consul Général de Bordeaux à la demande du Ministère des Affaires Étrangères* (traduzido do francês): “O Dr. Sousa Mendes chegou a oferecer a hospitalidade do seu próprio domicílio a um grande número de judeus, indo até a dar-lhes abrigo nos gabinetes do consulado” (traduzido do francês).

²⁹ A 28 de Maio, o secretário geral da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado escreveu um ofício ao director do Ministério dos Negócios estrangeiros informando-lhe da entrada em Portugal no dia anterior de 17 súbditos belgas pela fronteira de Vilar Formoso trazendo vistos passados pelo cônsul de Bordéus, Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 61.

lhe provocara. Jules notou-o, mas não se inibiu de continuar. — Aqueles homens são meus conhecidos... enfim, não todos, mas a maioria. Vêm da Bélgica, chegaram aqui de carro e têm gasolina suficiente para continuar. Mas...

— Precisam de um visto, não é? — Interrompeu-o o cônsul, deixando Jules aliviado, pois embaraçava-o verbalizar o pedido. — Então vamos lá... — Aceceu Aristides, sem necessidade de qualquer argumento. Estava muito cansado naquele momento para poder debater com a sua consciência.

— Eles não têm passaportes?

— Sim, acho que sim. — Respondeu atabalhoadamente Jules. No afã de conseguir o favor do sogro, esquecera-se do fundamental. Saiu da sala do cônsul e voltou alguns minutos depois com as mãos cheias de passaportes. — Aqui estão! — Informou, ao mesmo tempo que os despejava sobre o tampo da secretária.

Aristides após os vistos nos passaportes, assinou e carimbou-os maquinalmente. A imagem da cidade virada do avesso não lhe saía da cabeça. A ideia de que ninguém fazia nada por aquelas pessoas também.

— Toma. — Disse o cônsul quando acabou de carimbar o último. — Eles que façam uma boa viagem.

As instruções precisas que Aristides pedira ao Ministério chegaram, coincidentemente, um dia depois da rendição da Bélgica. Embora não fosse uma circular dirigida a Aristides em particular, e sim à legação, era, no fundo, a resposta ao seu pedido. Eram instruções mais precisas, mas nem por isso melhores. Atavam ainda mais as mãos ao cônsul. Na circular pedia-se para que “os agentes consulares portugueses procedam rigorosamente de harmonia com as instruções que se seguem”. Seria uma alegação disfarçada à sua pessoa? Afinal, já fora repreendido por essa razão e ameaçado de processo disciplinar em caso de reincidência. Aristides franziu o sobrolho.

Nestas instruções complementares, os cônsules deveriam, logo à partida, dissuadir os requerentes a pedirem vistos de residência, ainda que temporária. Por outro lado, a concessão de vistos de trânsitos obedeciam a algumas regras, essencialmente as mesmas já vinculadas na Circular nº 14 e só os pedidos que as preenchessem na totalidade deveriam ser remetidos para o Ministério, às custas do requerente se fosse por telegrama. A réstia de esperança de que chegasse uma solução de Lisboa desvaneceu-se com a despedida: “A bem da Nação”.

Sentia-se um homem sozinho, pois falava com os refugiados, sendo apenas ele o conhecedor das ordens que o impediam de os ajudar, e enviava telegramas ao Ministério pedindo indicações, no fundo soluções, que eram lidos por pessoas que não compreendiam, não viviam o que ele estava a passar.

— Boa tarde.

Aristides levantou o olhar da circular que acabara de receber, três homens exibiam-se na sua frente.

— Boa tarde. — Respondeu-lhes apontando para as duas cadeiras na frente da secretária. — Oh, falta uma cadeira.

— Não se preocupe.

Aristides fez menção de se levantar para ir buscar o assento que faltava, mas o homem insistiu que não tinha importância. Ficou de pé, enquanto um deles, aquele que deveria ter sido eleito o porta-voz do grupo, falou. Eles, tal como todos os outros, queriam um visto. E o cônsul passou-os.³⁰

As sucessivas circulares que recebia de Portugal eram injustas. Mas, tinha de obedecê-las, era o que lhe dizia o seu sentido de obrigação. Porém, por vezes, não conseguia, e isso era o que a sua consciência lhe ordenava. Ainda mais agora em que a obstinação do Ministério de fazer cumprir as suas regras e o desinteresse total do que realmente se estava a passar com estes refugiados — o sofrimento de que fugiam e para o qual, sem visto para Portugal, voltavam a ser atirados — constrangia-o. E por isso, algumas vezes, quando por qualquer motivo alguma história o impressionava mais, não conseguia dizer que não.

Na manhã seguinte, mal Aristides abriu a porta de casa para se dirigir para a sua sala no consulado para iniciar o expediente, o vislumbre das pessoas que se amontoavam nas escadas assombrou-o. Contudo, mais ainda, quando o casal Míny apareceu na sua frente.

— No que é que vos posso ser útil? — Perguntou, perplexo, Aristides ao ver Maria da Conceição e o marido na sua frente. — Já vos julgava em Portugal! — Disse, não contendo a curiosidade.

Ao ouvir esta afirmação, a mulher baixou o olhar. Estava nitidamente embaraçada.

— Sinto muito por vir incomodá-lo de novo, senhor Mendes. Nem sabe o quanto.

— Mas diga-me, por favor, o que é que aconteceu? — Aristides não conseguia imaginar o que é que os retivera tanto tempo ali e muito menos o que pretendiam dele agora, uma vez que já tinha concedido o visto a Paul.

— Sinto-me tão mal, nem sei como lhe hei-de dizer isto. — Nesse momento, olhou para o marido, com certeza desejando que ele soubesse falar português o suficiente para fazer o pedido.

³⁰ Ofício do director da PVDE dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, informando que três polacos tinham sido detidos na fronteira de Vilar Formoso trazendo consigo um visto concedido pelo cônsul de Bordéus “contra todas as instruções por V. Exa. dadas”, Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 62.

— Mas diga lá.

— A culpa é toda minha e agora venho envolvê-lo com os meus problemas. — Começou, mas calou-se logo em seguida. Desta vez Aristides manteve-se silencioso e um pouco depois Maria da Conceição resolveu-se a continuar. — Quando cá estive, disse-lhe que aguardávamos a chegada dos pais de Paul. Pois bem, aguardámos tempo demais!

— O que quer dizer com isso?

— Quero dizer que nem eles chegaram nem nós, agora, podemos partir!

A conversa começou a tornar-se obtusa. Aristides percebia que a mulher lhe queria dizer alguma coisa, mas não conseguia deslindar onde é que ela queria chegar com os desvios.

— Mas vocês têm ambos um visto de entrada para Portugal!

— Sim. Mas, como já disse, esperámos tempo demais. Tive conhecimento que entretanto as fronteiras fecharam e as autoridades francesas só facilitam as autorizações de saída aos espanhóis e aos portugueses. Além disso, como súbditos luxemburgueses, temo que ao apresentarmo-nos às autoridades francesas, o meu marido, pela sua idade, seja detido para ser incorporado no exército luxemburguês que se está a organizar.

— Estou a ver... — Disse retoricamente, pois este caso era novo para si e continuava sem conseguir vislumbrar o que pretendia dele porque, por aquela altura, toda a gente desejava alguma coisa dele.

— Não me entenda mal. — Começou, julgando ouvir na fala do cônsul alguma recriminação. — Noutras circunstâncias talvez eu até o incentivasse a alistar-se. Afinal, alguém tem de fazer frente aos alemães. Mas, neste momento, eles parecem invencíveis. Enfim, não é isso! — Exclamou, arrependendo-se do que dissera anteriormente. — Mas veja bem, eu já perdi um marido. Enviuei há menos de dois anos. — Disse, ao mesmo tempo que baixava o olhar. Este assunto incomodava-a. — Não quero perder o meu marido. Não outra vez.

— Compreendo. — Respondeu sinceramente e de igual forma perguntou: — Mas então, o que é que posso fazer por si? Deduzo que tenha vindo pedir-me alguma coisa. — Acrescentou o cônsul já confuso.

— De facto. — Ela deixou-se ficar em silêncio. Aparentemente o pedido que queria fazer embaraçava-a. Aristides sentiu-o e remexeu-se na cadeira, pois se era incómodo para ela, o que seria para si? — Eu sou portuguesa de origem...

— Sim... — Pronunciou para a incentivar a continuar quando o silêncio se tornou extenso.

— Isso não conta para nada? Não há nada que possamos fazer?

O rapaz olhava ora para a sua mulher ora para Aristides, girando a cabeça como se assistisse a uma partida de *badminton*. De facto, tornara-se

apenas num espectador, apesar de se discutir o seu futuro. Ele não falava português, só compreendia uma ou outra palavra, mas neste caso meramente intuía o que estariam a discutir.

— Tenho pensado muito nestes últimos dias... Se colocar o Paul como meu irmão no passaporte, poderemos passar pela fronteira francesa sem sermos incomodados. Por esta altura, ninguém incomoda um português em trânsito.

— A não ser que tenha documentos falsificados. — Não se conteve Aristides.

Maria da Conceição encolheu os ombros e franziu o sobrolho. Não sabia o que dizer, mas acabou por acrescentar:

— Deixei de ser viúva ainda não há tempo suficiente para que me tenha esquecido do sofrimento e acabo de atravessar uma Europa em guerra. Não me faça passar por tudo novamente, por favor. — Maria da Conceição acabou a frase com a humidade a formar-se nos olhos e a quererem escapar-se pelo canto.

“Não me faça passar por tudo novamente, por favor”, repetiu interiormente, como se os últimos acontecimentos do mundo fossem responsabilidade sua, removeu Aristides, ou tivesse poder para evitá-los. Ele que, a bem dizer, já nem poder tinha para passar vistos, caso estes não fossem superiormente autorizados. Coçou a cabeça. Maria da Conceição era uma velha amiga. Na situação contrária, ele bem gostaria que o seu marido, o outro, aquele que pertencera ao corpo diplomático, ajudasse Angelina se estivesse em seu poder.

Por alguns instantes, Aristides ficou a observá-los em silêncio. Nos seus rostos, na sua roupa, até na sua linguagem corporal, adivinhava-se o quanto teriam sofrido nos últimos dias. Além disso, já quase sem recursos da última vez, as suas privações só poderiam ter aumentado. Levantou-se e pediu que o seguissem.

Os três dirigiram-se para a residência consular. Aristides abriu a porta da sua casa e convidou-os a entrarem.

— Gigi! Gigi, chega aqui por favor! — O cônsul virou-se para os Míny e disse-lhes: — Preciso de pensar. — Entretanto Angelina chegara e, tornando-se para ela, informou-lhe, piscando o olho: — Trouxe-te estes convidados.

De novo no seu gabinete, Aristides caminhou hesitante para o cofre do consulado. Rodou o manípulo do código e depois a chave na fechadura. A combinação dos dois abriu a porta forte. No seu interior, além da chave da cifra que deveria utilizar em alguns documentos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o dinheiro efectuado nos últimos dias com a cobrança dos emolumentos, estavam os passaportes. Novinhos por estrear. O

cônsul empurrou a porta do cofre de supetão, fazendo com que a fechadura desse um estalo, o que lhe indicou que ficara bem fechado. E antes de se sentar, reabriu a porta da sua sala.

— Quem está a seguir? — Pronunciou em alta voz quando interiormente a questão era outra: “O que vou fazer com o casal Miny?”

No entanto, o caso de Maria da Conceição e do marido era diferente e, enquanto atendia os outros refugiados, aqueles não lhe saíam da cabeça. O que iria fazer com eles, ainda se interrogava. Não era apenas um visto que lhe pediam desta vez, mas que falsificasse um documento. Quando dali a pouco o filho bateu à porta, trazendo consigo os Miny, pareceu ao cônsul que o tempo que passaram na sua casa se eclipsara cedo demais.

— Acompanha-os de novo a nossa casa. — Pediu a José. — Eu já lá vou ter com eles.

Quando o filho fechou a porta atrás de si, Aristides soube que não podia mais adiar a decisão que já tomara. No entanto, algo no seu comportamento lhe dava a sensação de não estar a agir o mais correctamente possível, pois e os outros que se amontoavam nas escadas do consulado, ao longo do *Quai Louis XVIII*, na *Esplanade des Quinconces*, na estação de *Saint-Jean*? O que seria desses que não tinham ninguém por si, que não tinham um amigo cônsul? O que seria deles?

Desta vez, sem hesitações, mas perturbado pelos seus pensamentos mais do que por estar a fazer algo ilícito, Aristides abriu o cofre e retirou um passaporte. Era o número 55. Voltou para a sua secretária, colocou o documento na máquina de escrever e com os passaportes luxemburgueses dos Miny ao seu lado, preencheu aquele. Na página 5, dactilografou nos espaços em branco, tornando-se legível a seguinte informação:

Nous Aristides de Sousa Mendes Consul de la République Portugaise à Bordeaux

Faisons savoir à tous ceux qui verront le présent passeport que le citoyen portugais M. da Conceição Teles e CASTRO MINY -----, **âgé de 36 ans, né à** Lisboa (Portugal), **de profession** sans, **fil de** Dr. Ricardo Teles de Castro **et de** Madame A. Lucia de Taveres de Castro **dont signalement et signature en marge, part de cette ville à destination de** -:- PORTUGAL via ESPAGNE et retour en FRANCE -:- **accompagné** de son frère Paul âgé de 19 ans. -----³¹

³¹ Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, Folha 51. No entanto, a palavra frère encontra-se rasurada no original.

Colocou a data, carimbou com o selo da chancelaria e assinou. Ainda olhou para o que acabara de fazer, mas não sentia qualquer sombra de arrependimento. Levantou-se e foi entregar o passaporte aos Miny.

— Tome. — Aristides estendeu o passaporte a uma Maria da Conceição radiante. Mas quando ela o agarrou, ele não o libertou de imediato, recomendando: — Passei-vos este passaporte apenas para o fim que me pediu, para que o seu marido, — disse olhando para Paul, — não corresse o risco de ser incorporado no exército luxemburguês e pudessem assim entrar em Portugal sem serem incomodados. No entanto, imponho-vos uma condição.

— Uma condição? — Perguntou Maria da Conceição sobressaltando-se e hesitando em manter seguro o documento.

Paul, notando-o, ficou com um ar apreensivo, agravado pelo facto de não perceber o que diziam.

— Sim, uma condição. — Insistiu sem alterar a gravidade da voz. — Quero que me prometam que, logo que entrem em Portugal, me devolvem o passaporte pelo correio.

Maria da Conceição acedeu, afinal era uma condição fácil.

Todas as manhãs, ao puxar para os lados os cortinados verdes da janela da chancelaria, a paisagem tinha um quê de assombroso, pois estava igual e, no entanto, diferente também. A cada alvorecer, Aristides repetia este gesto maquinal e, em cada um, redizia para si que era impossível caberem mais refugiados na cidade. Enganava-se de todas as vezes.

Ele fazia o que podia, os refugiados subiam até ao seu gabinete e ele enviava para Lisboa os pedidos de autorização para a concessão dos vistos. E sabe Deus o número de vezes por dia que José Seabra, o seu filho José e até Pedro Nuno iam à estação telegráfica para levar os incontáveis telegramas.

Será que poderia fazer mais, interrogava-se. Ele ia dando alguns vistos que desobedeciam por completo à Circular nº 14 e às instruções complementares posteriores. Talvez assim, “às pinguinhas”, a PVDE não se desse conta. Mas isso não era o suficiente. O que será feito destas pobres criaturas quando os alemães aqui chegarem — porque chegarão com certeza, dizia para si quando deixara de se iludir com a defesa francesa —, vierem por aí baixo e encontrarem estas pessoas encurraladas entre uma tropa furiosa e uma fronteira que não se abriu? Veio-lhe à memória uma notícia que ouvira um dia destes: em Luray, uma octogenária fora fuzilada pelos alemães por ter protestado contra a ocupação. Morrera atada a uma árvore. Ao mesmo tempo que a representação mental da senhora se formava na sua cabeça, uma outra questão se formulou, esfumando a imagem: O que será dos meus filhos, se eu fizer o que devo fazer?

Os primeiros dias de Junho não se tornaram mais auspiciosos para a França, nem para os refugiados, muitos dos quais eram franceses das regiões mais a norte. Com uma Bélgica rendida, uma Inglaterra que evacuara as suas tropas e uma França fraca, reduzida a metade do seu contingente, seria necessário um milagre para que os soldados gauleses conseguissem reter os teutões em *Somme*. Contudo, o milagre já se dera em *Marne* e, como este por definição é um acontecimento raro, não se poderia esperar que se repetisse.

Acoçados pelos combates na margem do rio *Somme*, os refugiados sabiam que não era tempo de parar para recuperar forças. A marcha tinha de continuar. Uns viraram a oeste, na direcção da Normandia, outros acharam melhor seguirem no sentido de Paris com o intuito de aí conseguirem lugar num comboio para sul.

Anoitecera. Sem sono, como lhe acontecia há vários dias, apesar da quantidade extenuante de trabalho diário na chancelaria, Aristides saiu para um passeio nocturno. As insónias tinham-se tornado uma constante nos últimos dias e não valia a pena contrariá-las. Deitar-se assim não lhe traria o sono. Pelo contrário, só aumentaria as suas preocupações. Aristides pegou num carro estacionado dois números acima do seu, um dos muitos que os refugiados tinham abandonado e entregue a ele os documentos e as chaves, e partiu sem destino.

Os *Citroëns* e os *Renaults*, abandonados aqui e ali, eram cada vez em maior número. Um carro sem combustível não tinha qualquer serventia. Aristides rolava devagar. A noite estava tranquila apesar da multidão que dormia nas ruas. Acabara de passar defronte do parque da vila. Centenas de pessoas dormiam na relva. Não. Olhou melhor. A maioria das mantas escondia várias pessoas, um casal, uma família. Eram muitos mais. Alguns milhares. Dois ou três.

Virou na direcção da sinagoga. Na praça, defronte àquela, amontoavam-se várias centenas de refugiados. Aristides parou. Virtualmente conhecia-os a todos, pois aqueles que ainda não tinham passado pelo consulado passariam. Estacionou, saiu da viatura e começou a caminhar no passeio. Quantos seriam? Dois, três, quatro mil? Mais? Um pouco menos? E a quantos desses já dissera que não? Mil? Aristides estacou. Isso significava que ainda faltavam mais três mil não para dizer? Oh não, deixou escapar sem querer. Não o queria dizer, mas não tinha opção.

Ainda mal dera dez passos fora do carro quando um rabino, de barba ruiva e grandes anéis de cabelo caídos de lado, extremamente magro, seguido por cinco crianças, despertou-lhe a atenção. Elas fa-

ziam uma espécie de escadinha. O mais velho teria cerca de dez anos e o mais novo seria do tamanho do Manuel, o seu neto. Portanto, talvez tivesse dois.

Aquele homem, com os seus filhos, poderia ser ele. Talvez há uns anos, quando os miúdos eram mais pequenos e ele era mais magro. Sorriu, complacente perante este último pensamento.

— Boa noite. — Cumprimentou Aristides.

— *Shalom*. — Retribuiu o rabino.

— Chamo-me Aristides de Sousa Mendes, sou o cônsul de Portugal em Bordéus. — Informou estendendo a mão.

Os olhos do rabino alargaram-se e os traços do rosto alteraram-se ao saber quem era o seu interlocutor, pois estava naquele momento a pensar dirigir-se para o consulado de Portugal. Apertou a mão a Aristides e, incrédulo pela sua sorte, disse:

— Chamo-me Chaim Krüger. Sou o rabi Chaim Krüger. Cheguei há dias a esta cidade. — Acrescentou quando o aperto de mão se desfez.

— Também é refugiado? — Perguntou, recriminando-se logo a seguir pela idiotice da questão. Quem mais vaguearia àquela hora pelas ruas, com crianças tão pequenas, se tivesse para onde ir?

Krüger acenou afirmativamente, baixando o olhar sobre os filhos.

— Chegámos aqui em fuga desde Bruxelas, onde há dois anos nos tínhamos instalado porque fugíramos de Varsóvia. Má sorte a minha. Encontro-me em fuga novamente.

O cônsul desviou também o olhar para as crianças.

— Acompanhe-me até minha casa. Precisa de dar algum descanso aos seus filhos.

A perplexidade invadiu os traços do rosto do rabino perante semelhante convite feito por um católico. Mas o sobrenome Mendes começou a ressoar-lhe nos ouvidos.

— É judeu?

— “Rabi, não se iluda com o meu apelido Mendes.” — Começou Aristides, percebendo a dúvida de Krüger. — “Até onde eu posso rastrear, a minha família, há pelo menos cinco gerações, é de católicos fervorosos. Se, por acaso, tivemos um ancestral judeu, não é nada que nos desmereça, mas disso não temos conhecimento.”³²

Apesar de constrangido por ter errado o alvo, o rabino acabou por aceitar o convite do cônsul. Os seus filhos precisavam de descanso.

Com prazer, Angelina preparou jantar para mais sete pessoas. Aliás, já deixara de preparar as refeições tendo em conta quem tinha em casa. Havia

³² Depoimento do rabi Krüger in <http://www.sousamendes.com/zkruger.htm>.

sempre alguém com fome e debilitado a quem ela e o marido iam oferecendo repouso. Mas os filhos do rabino recusaram-se a comer. Aparentemente os crucifixos e outras imagens sagradas que o cônsul e a mulher tinham dispersos pela casa assustavam-nos.

Após o jantar, Aristides recolheu-se com o rabi no escritório, onde na companhia de um Porto velho conversaram. Na realidade, era sobretudo Krüger quem falava e Aristides ouvia-o.

— Nasci na Polónia, mas depois tive de partir para a Bélgica quando começaram as perseguições aos judeus. Aí a vida era boa...

— Eu também já vivi na Bélgica. — Interrompeu Aristides, com as imagens das lembranças desses anos a criarem um sorriso no seu rosto sério. — A minha vida também foi boa lá. — Disse, acentuando a expressão de alegria.

Krüger retribuiu-lhe o sorriso com certeza invadido, por seu turno, das suas próprias recordações. Sem se conhecerem, ambos sabiam do que cada um falava. O rabino retomou o seu discurso:

— Na Bélgica, pude levar a vida como judeu, sem precisar de me esconder. No entanto, com o rebentar da guerra, tal como centenas de outros pais, tive de pôr a minha família a salvo. — Aristides franziu o sobrolho, de novo sabia exactamente do que ele falava. — Então, dois dias após o começo dos bombardeamentos na Bélgica, rumamos para França. Deixámos tudo para trás! — Disse, fazendo um gesto brusco com a mão, nada condizente com a sua forma de estar. — Cada um de nós trouxe apenas um pequeno saco com os seus pertences. Mas, — acentuou com um sorriso vitorioso nos lábios, — não perdi nada ao deixar Bruxelas.

— Não? — Indagou, confuso, Aristides.

— Não. — Confirmou. — Trouxe comigo o que tenho de mais precioso: a minha mulher e os meus cinco filhos!

— Efectivamente. — Concordou Aristides embora, inicialmente, tivesse crido que o rabino falava de bens materiais, pois sabia que muitos refugiados transportavam consigo verdadeiras fortunas. Percebia exactamente o que ele queria dizer. — Também é o meu bem mais precioso. — Acrescentou sinceramente.

Krüger percebeu que havia uma empatia entre eles e sentiu-se estimulado a continuar.

— Conheço histórias bem diferentes da minha, mas tenho de dizer que tive sorte. Chegámos à fronteira francesa sem incidentes de maior. Seguimos para Paris, onde ficámos até há bem pouco tempo. Partimos nos primeiros dias de Junho. As tropas alemãs continuam a descer e o seu avanço parece inexaurível. Aumentar a distância entre nós e os seus tanques, parece-me a opção mais acertada.

— Sem dúvida.

— Mas agora, aqui em Bordéus, sou como os milhares de outros judeus: sem comida, sem ter para onde ir e à espera de um visto.

— Enviarei um telegrama para o Ministério dos Negócios estrangeiros a pedir autorização para conceder um visto para si e para a sua família.

Algo na sua oferta o embaraçava e sabia exactamente o que era: não estava a oferecer nada! A autorização seria negada, tal como as outras. Aliás, o rabino nem sequer era elegível para o pedido, simplesmente não cumpria os requisitos. No entanto, talvez pudesse oferecer de facto algo, por isso perguntou, ainda com a sensação de embaraço a queimar-lhe a língua:

— Onde é que vai passar a noite?

— Porquê? — Respondeu reflexivamente, mas colocando a razão sobre o impulso acabou por dizer: — Na rua, está claro, como todos os outros.³³

— Informou, ao mesmo tempo que apontava para a janela da chancelaria.

— Durmo na sala de espera da estação com a minha mulher e os meus filhos, deitados num banco,³⁴ outras vezes naquela praça onde me encontrou, perto da sinagoga.³⁵

— Passe a noite, você e a sua família, aqui comigo no consulado. Quero dizer, na minha residência, está claro! — Emendou.

Aquela foi a única noite que o rabi ficou em casa de Aristides. Apesar de grato pela oferta, de manhã foi-se embora, pois os seus filhos continuavam assustados com os crucifixos.

Mais tarde, nesse dia, o rabino voltou ao consulado. José Seabra entrara um pouco depois dele no gabinete do cônsul e ainda pôde ouvir o pedido do religioso:

— Só há uma maneira de nos ajudar, é dando-nos vistos para Portugal.³⁶

— Eu sei disso, mas não posso fazê-lo sem cometer uma grande desobediência. — Que justificação tão fraca para se dar a um homem que pede pela sua vida e a dos seus, pensou Aristides. — Já enviei os pedidos de autorização para a concessão dos vistos para si, para a sua família e para mais vinte e oito refugiados.

— Ó doutor não caia na rede dele! Não lhe pode conceder nenhum visto. Sabe disso!³⁷

³³ Testemunho do rabi Krüger ao Yad Vashem.

³⁴ No Jornal *A Capital*, testemunho de Lucie Matuzewitz in *Le Cactus et L'ombrelle*.

³⁵ Testemunho do rabi Krüger ao Yad Vashem.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Fala inspirada no testemunho do rabi Krüger ao Yad Vashem, em que ele diz: “In the middle of our conversation the Vice Consul heard what I said to him in the French language and he warned him not to fall into my net in connection with the giving of visas.”

Aristides sabia-o, mas isso não o deixava mais tranquilo. O pedido de autorização para a família do rabi e para mais vinte e oito pessoas remoía-o ao mesmo tempo que enfrentava o seu interlocutor. Que diferença fará isso, mesmo na hipótese, que reconhecia como absurda, de serem aceites, para a torrente de gente que se amontoava nas escadas do consulado, nas praças, nas ruas...

— Não lhe dê ouvidos, Dr. Mendes! — Ripostou Krüger. — De uma simples assinatura sua depende a vida de milhares de pessoas!

— Eu passo-lhe o visto! — Acabou por deixar escapar Aristides. — Para si e para a sua família.

— E os outros?

— Os outros terão de esperar pela resposta de Portugal. — Aristides nem queria acreditar no que acabara de dizer, mas sentia-se pressionado de todos os lados. Tinha de perceber os problemas de toda a gente, mas ninguém se preocupava com o seu. Repreendeu-se de novo pelo pensamento egoísta. Afinal o que vale uma consciência perante uma vida?

O avanço rápido da *Wehrmacht*³⁸ na direcção do Sena, depois para a região da *Loire*, relançou os civis para as estradas em direcção do Sudoeste de França, sobretudo os parisienses e os habitantes da *Ile-de-France*. Um boi, ou um jumento atrelado a uma carroça, ou até *Citroëns* puxados por dois cavalos, numa espécie de precursor de um modelo que viria depois, todos os meios eram válidos para a fuga. Mas nem o animal mais rápido e possante conseguia ultrapassar os peões. A torrente humana era intransponível. Ninguém a ultrapassava, nem os carros, o camião e o tractor da Companhia de Artilharia de *Fontenay*, em sentido contrário, que iam tentar rechaçar o ataque alemão em *Seine-et-Marne*. Paralisados no lugar, o ataque passou sem que esta companhia pudesse ter disparado um tiro de canhão!³⁹ Era a desordem completa. Só os ciclistas conseguiam, por vezes, furar.

Ao longo das valetas jaziam carroçarias de veículos sem combustível. Era preciso continuar sem detença. As poupanças de uma vida, investidas num carro, eram de pouco interesse e, se nem um camião do exército os detinha, não seria um *Renault*. O trânsito era tão lento que os condutores, cansados pelas horas de viagem, adormeciam ao volante. Bruuuuumm. Bruuuuumm. Bruuuuumm.

— *Les Boches! Les Boches!*⁴⁰ — Gritaram.

A letargia compassada da caminhada foi despertada pelo aproximar

³⁸ Designação do conjunto das forças armadas alemãs durante o 3º Reich.

³⁹ Pierre Miquel, *L'Exode*, p. 259.

⁴⁰ Termo calão e pejorativo para designar os alemães. Este termo é sobretudo utilizado pelos franceses.

dos motores dos *stukas*. As cabeças descaídas dos condutores sobre os volantes saltaram para trás. Havia uma coisa capaz de parar a caminhada, afinal. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM.

O rugir dos motores estava cada vez mais perto e misturava-se com os gritos de “*Les Boches!*”, mas o estridor daqueles fazia com que estes se tornassem um burburinho por cima do troar do aparelho, uma espécie de ladainha. O êxodo mudou de rumo instantaneamente. O destino passou a ser o abrigo mais próximo: as valas da berma da estrada, um tronco de uma árvore, nada. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM.

Os aviões estavam por cima deles. O coração a bater de encontro à terra, deitados nas valas de barriga para baixo, encolhidos, mas com o olhar ligeiramente levantado para perceberem quando o aparelho se iria embora. TARATATATA. TARATATATA. TARATATATA.

Os *stukas* picavam sobre as estradas repletas de civis, com as metralhadoras apontadas para eles. Os rostos enterravam-se na areia e os olhos e os punhos cerravam-se. TARATATATA. TARATATATA. TARATATATA. Outra rajada. Desta vez eram tiros de metralha, estavam com alguma sorte, podiam ter sido bombas.

Alguns carros atingidos incendiaram-se. Eram perdas menores. Afinal, mais tarde ou mais cedo seriam atirados para uma valeta. A maioria dos gritos dos feridos, daqueles que acabavam de perder alguém e dos que tinham entrado em pânico, era abafada. TARATATATA. TARATATATA. TARATATATA. Uma nova rajada.

Os cavalos e os bois, atrelados ao seu carro, presos no meio do engarramento, relinchavam e mugiam, davam coices, saltos e tentativas de cangochas, mas morriam ali mesmo. Nem para eles havia algo que se pudesse parecer com piedade. Tudo o que se mexesse nas estradas era para abater. TARATATATA. TARATATATA. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM.

A metralha parou e o ruído dos motores afastou-se, não porque os aviões se tivessem ido embora, mas apenas porque ganharam alguma altitude. Os rostos, meio enterrados na areia, ergueram-se a medo e os olhos perscrutaram o céu. BRUUUUUMM. BRUUUUUMM.

Eles continuavam lá, o troar dos engenhos mantinha-se constante. Alguns dos refugiados semicerraram os olhos, não queriam acreditar no que viam: os aviadores alemães divertiam-se a desenhar no ar, com os seus aparelhos, uma imensa cruz suástica.⁴¹ Queriam dizer que tinham ganho, mas aquelas pessoas em fuga, num êxodo que fazia lembrar aqueles dos tempos bíblicos, já sabiam disso.

⁴¹ Pierre Miquel, *L'Exode*, p. 260.

Os ruídos dos motores desapareceram e só nessa altura, uma mãe que gritava quase desde o princípio do bombardeamento, foi ouvida. Segurava nos braços um bebé morto, estilhaçado pelos vários projecteis que o atingiram. Tinha-se instalado uma calma estranha.

Os mortos foram enterrados, os feridos tratados de improviso e os animais mortos retirados da estrada, para que a debandada recomeçasse o quanto antes. Na realidade, apenas a esta tarefa se deu maior importância. Era a que estorvava a prossecução da fuga. Muitos cadáveres foram deixados no sítio onde caíram, outros foram-se encontrando pelo caminho.

A mãe, que há instantes segurava o filho morto, caminhava ao lado do marido. Ambos com o olhar colocado no horizonte que eram as costas dos outros que também partiam. Há minutos chorava porque já não tinha razões para viver, mas continuou porque os outros continuavam.

Não eram só os filhos que morriam, deixando os pais abandonados. Crianças sozinhas percorriam estas estradas, seguindo adultos que não conheciam, mas sabiam que caminhavam todas para o mesmo sítio, para o sul. Ouviram falar em Toulouse, Bordéus, Baiona...

Todos os dias continuava a chegar gente a Bordéus. A *Esplanade des Quinconces*, a *place de la Comedie*, a *rue Vital-Carles*, o *cours de l'Intendance* encontravam-se invadidos de refugiados que passavam a noite nos seus carros ou em tendas improvisadas, como acontecia na estação de *Saint-Jean*. Se é verdade que em tempos todos os caminhos iam dar a Roma, agora, em Bordéus, todos iam dar ao consulado português. Multidões caminhavam nessa direcção e maiores estas se iam tornando à medida que o nº14 do *Quai Louis XVIII* se aproximava. As pessoas ficavam na fila durante dias, não comiam, nem bebiam, temerosas de perderem o seu lugar. Tinham nos rostos uma aparência semelhante à dos loucos, um olhar perdido causado talvez pelas estradas onde tiveram de ver os seus familiares caírem sob as rajadas das metralhadoras dos *stukas* que varavam os caminhos à procura de civis em fuga.

Nos passeios em frente ao consulado, à porta de entrada no rés-do-chão, ao longo das largas escadas que subiam dois pisos até atingirem os escritórios, aglomeravam-se centenas de refugiados. Nos escritórios do consulado eram às centenas. Exaustos, alguns deitavam-se nas cadeiras ou no soalho. Durante dias a fio tinham esperado nas ruas e nos passeios para chegarem até ali, sem se lavarem, sem mudarem de roupa e, quando finalmente chegavam diante do cônsul, não encontravam alguém com muito melhor aspecto do que o seu.

— Tio! — Exclamou César de espanto, mesclado com piedade, ao che-

gar ao consulado e deparar-se com a pessoa que estava na sua frente: um homem de ar grave, olheiras azuladas e o cabelo grisalho, muito mais branco do que aquilo que se lembrava.⁴²

Se esta fora a expressão do sobrinho, qual seria a sensação dos refugiados que, além do cansaço, ainda carregavam consigo a esperança de conseguirem um visto e se deparavam com um homem tão acabado pela fadiga quanto eles?

Os corredores do consulado, os escritórios, a sala de jantar da casa de Aristides e até os quartos deixados vagos pela partida dos filhos em Setembro foram postos à disposição dos refugiados. Angelina ajudava-os a mitigarem os seus cansaços como podia, dava-lhes café, água, comida, fazia-lhes a cama, cozia-lhes a roupa, mas neste momento era o marido que a preocupava, mais do que os refugiados. Havia semanas que suportava um volume inumano de trabalho, mas não era isso que estava a esgotar as suas forças. Eram os sentimentos de impotência e frustração cada vez maiores. Esses sentimentos dever-se-iam ter acentuado mais nos últimos dias, remoía Angelina enquanto entalava as cobertas debaixo do colchão, pois de há um tempo para cá ele, ao contrário do que era hábito em si, tornara-se calado, adoptara um aspecto sisudo e também ficara com menos apetite. Se ele não colapsasse fisicamente, era só porque se fora abaixo psicologicamente primeiro. Por ele, não havia nada que pudesse fazer, pensou ao puxar a colcha para cima.

O soar da campainha do telefone forneceu alguns minutos de intervalo ao atendimento ininterrupto que Aristides dava aos refugiados. José Seabra avisou-o que do outro lado estava Émile Gissot, o vice-cônsul honorário em Toulouse. Este queria indicações de como proceder na sua cidade, uma vez que na qualidade de vice-cônsul estava inibido de dar vistos e, no entanto, o número de refugiados não parava de crescer.

— Sim, compreendo Émile. Informe os refugiados para se dirigirem para aqui ou para Baiona, uma vez que somos os únicos consulados da região com autoridade para conceder vistos.

Depois de colocar o telefone no gancho, Aristides perguntou-se se não estaria a ser hipócrita ou ingénuo, pois com a Circular nº 14, o reforço da mesma pelo telegrama de dia 17 de Maio e as indicações complementares chegadas no fim desse mês, nas quais sob qualquer circunstância deveriam ser concedidos vistos sem autorização prévia, não estaria ele com os mesmos poderes de Émile? Ou seja, sem qualquer poder para passar vistos.

A 13 de Junho, chegou finalmente o telegrama de Salazar aos pedidos

⁴² Descrição de Aristides de Sousa Mendes por aqueles dias in *Michael D'Avranches, La Fuite à travers l'enfer in Aristides de Sousa Mendes, un juste parmi les nations*, p. 48.

de concessão de vistos para o rabino Krüger e para outros refugiados.⁴³ Às palavras “Recusados vistos”, Aristides preparou-se para o pior. Correu com o indicador todos os nomes, imobilizando-se a meio da lista. Rabino Krüger. Baixou o olhar, quase cerrando as pálpebras. Com um telegrama apenas destruíam-se as esperanças de dezenas de refugiados. Todos aqueles vistos tinham sido negados!

Voltou o olhar de soslaio para o telegrama e percorreu rapidamente com os olhos os nomes que faltavam. Ainda na véspera recebera outro telegrama daqueles, nomes a seguir a nomes, como se fossem apenas itens de uma lista de mercearia, com as palavras “Recusados vistos” a encimá-los. Estes telegramas eram tão desmoralizadores, mesmo tendo recebido na antevéspera um que começava com as palavras “Autorizados vistos”. Mas os autorizados não conseguiam competir em número com os recusados.

O rabi visitou o cônsul nesse dia ainda e este deu-lhe a notícia que, apesar de esperada, não o deixava menos frustrado por isso.

— Recebi de Lisboa a resposta àqueles pedidos de autorização de vistos, — começou Aristides desviando o olhar do seu interlocutor, — do seu e dos outros...

— Deixe-me adivinhar, — interrompeu Krüger, antecipando na expressão de Aristides a resposta, — foram negados?

Aristides assentiu, baixando os olhos como se a culpa fosse sua.

— Tenho pena. Tenho mesmo muita pena. — Informou, desta vez olhando de frente o seu interlocutor.

O cônsul deixou-se cair pesadamente no assento defronte à sua mesa, esvaziou os pulmões ruidosamente e entrelaçou os dedos de uma mão na outra, fixando esse movimento atentamente. Pedro Nuno estava ao seu lado. Aristides olhou-o de relance e sentiu-se embaraçado, lembrando-se das esperanças que sabia que o filho tinha em relação à sua atitude. Não sabia o que dizer. Porém, sabia que tinha de dizer alguma coisa. Tirando as palavras que informassem ao rabi que lhe daria o seu visto, não seriam todas as outras supérfluas? No entanto, aquelas, não as podia pronunciar.

O silêncio estava à beira de se tornar constrangedor quando o rabi, que por seu lado também pensava em algo para dizer que convencesse o cônsul, argumentou:

— Nenhum judeu está a salvo enquanto os Nazis estiverem no controlo. Se formos apanhados aqui, não sei o que será de nós.⁴⁴ Os meus irmãos têm a vida em risco.⁴⁵

Não havia nada com que Aristides pudesse argumentar. Ele tinha a

⁴³ Telegramas Expedidos para Bordéus, tel. 1701, 8 de Junho de 1940 (recebido a 13 de Junho).

⁴⁴ Testemunho do rabi Krüger ao Yad Vashem.

⁴⁵ José-Alain Fralon, *Aristides de Sousa Mendes — Um Herói Português*, p.51

mesma opinião. Mas uma opinião verbalizada tem mais força do que um pensamento e esta atingira-o de uma forma perceptível a todos. Pedro Nuno olhou para o pai assustado, pois de repente o seu semblante mudara, parecendo-lhe extremamente cansado, como se tivesse acabado de ser acometido por uma doença fulminante.⁴⁶

Aristides olhou para o filho e para o rabi e saiu.

⁴⁶ *Ibidem.*

1911 a 1918

ZANZIBAR

A té parecia de propósito. Após Demerara, fora-lhe atribuído o consulado de Zanzibar. Queriam que ele tivesse na sua folha de serviço todos os locais mais insalubres onde Portugal tinha representação, perguntava-se, enquanto sulcava o Atlântico em direcção a Zanzibar a bordo do *Admiral* da companhia *Deutsch Ost-Afrika-Linie*. A viagem era longa. Felizmente não enjoava e poderia desfrutar da releitura do Eça e do Dinis, mas a Angelina já não podia dizer o mesmo. As viagens marítimas transtornavam-na. Felizmente também, tinham trazido as suas empregadas. Elas tomavam conta das crianças, enquanto Angelina, pálida, prostrada na cama, sentia-se continuamente nauseada.

Aristides lembrava-se de ouvir dizer, já não sabia ao certo de onde nem de quem, que: “No primeiro dia em que se está mareado, chora-se porque se crê morrer, mas a partir do segundo dia, chora-se porque se percebe que não se morre e se terá de sobreviver até ao barco chegar a algum porto.” E ainda faltava tanto para chegar a Zanzibar! Tinham partido havia cerca de dez dias, no dia 20 de Novembro. Aristides apiedou-se da mulher. Ela seguia-o para todo o lado sem se queixar, nem das viagens, nem dos locais e nem sequer das doenças de Demerara. Ana Borges, uma das suas empregadas, passou nesse momento com o Manuel ao colo. Levava-o a dar uma volta no convés. Com apenas quatro meses, impaciente, passava a maior parte da viagem a chorar. Nesse instante, um pensamento passou pela sua cabeça, em jeito de revelação: Estaria Angelina enjoada, sim, mas não mareada, apenas grávida?

De facto, pouco mais de sete meses após estarem instalados em Zanzibar, Angelina deu à luz o terceiro rapaz, a 2 de Julho de 1912. No dia em que Aristides segurou o filho ao colo lembrou-se da viagem de Lisboa para Zanzibar, que fora longa e extenuante. Desviou o olhar do recém-nascido e pousou-o na mulher, sentindo admiração por ela, pois com enjoos de grávida, acrescidos aos de mareada, nunca soltara uma queixa. Voltou a co-

locar os olhos no menino. Chamá-lo-ia José, em homenagem ao seu pai. O rosto do bebé tornou-se mais engelhado pelo retesar dos músculos faciais. Aristides começou a abaná-lo, adivinhando o que se seguiria.

O choro de José não foi evitado e ainda com o filho ao colo, balouçando-o, Aristides começou a caminhar pelo quarto. Deteve-se defronte à cómoda, onde uma das molduras prateadas estava caída. Parando de balouçar o bebé, o que tornou o seu choro mais estridente, e segurando-o apenas num dos braços, levantou o porta-retratos com a outra mão. Encaixilhava uma fotografia sua, vestido com o traje de gala típico da região, que o sultão lhe emprestara para ir a uma cerimónia, para a qual, na qualidade de cônsul, fora convidado. Fizera questão de ir vestido de acordo com os costumes do sultanato, pois gostava de imiscuir-se nas culturas dos locais por onde passava. E o sultão, que acabara por se tornar seu amigo, ajudara-o, cedendo-lhe aquele fato. Ficava-lhe bem, pensou enquanto ainda segurava a moldura. Pausou-a e voltou a aconchegar o filho. Virou-se na direcção de Angelina e perguntou-lhe:

— O que achas de convidarmos o sultão para padrinho do menino?⁴⁷

Angelina não lhe respondeu. Podia não ser mulher para se queixar, pensou, mas o cansaço já a vencera, concluiu.

— Ela concordará com certeza. — Disse de si para si.

O choro de José acalmou e Aristides colocou-o no berço. Puxou com desvelo o mosquiteiro, verificando se nenhum insecto ficara retido e pensando que ao fim de três rapazes estava na hora de vir uma menina.

Cerca de dezasseis meses após o nascimento de José, veio a desejada menina, a Clotilde. Sempre sonhara com uma família numerosa. Encontrava-se no bom caminho. Agora com quatro filhos, três meninos e uma menina, apesar das contas estarem desequilibradas, que mais podia desejar?

Talvez um pouco mais de saúde, pensava, enquanto percorria a sala de um lado ao outro. Sofria há várias noites de insónias, sentia dificuldades em fazer a digestão, mas o pior era que se sentia esgotado psicologicamente. Sentou-se na cadeira de baloiço, comprimindo o estômago com a mão direita. Lembrou-se das famosas imagens de Napoleão. Estava decidido, iria ao médico no dia seguinte. Havia três anos que não tirava uma licença. Os achaques que sentia deveriam ser motivo suficiente para isso.

O doutor Ângelo Maria Freitas, ao examiná-lo, não teve dificuldade em receitar a Aristides o imediato regresso à pátria como forma de restabelecimento, com o diagnóstico de neurastenia com insónias e dispepsia. Três dias após o diagnóstico, a 23 de Fevereiro de 1914, Aristides enviou um tele-

⁴⁷ Segundo documento escrito por Sebastião de Sousa Mendes, José e Geraldo tiveram como padrinho o sultão de Zanzibar.

grama para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pedindo uma licença. Concederam-lhe dois meses.

Em Maio, já respirava o ar salubre e fresco empurrado da Serra da Estrela para a janela da sua casa. Talvez por isso, por já não estar habituado a ares frescos, enquanto se recuperava da neurastenia, Aristides caiu de cama afligido por uma amigdalite aguda dupla, o que o impediu de se dirigir a Lisboa a fim de regressar ao seu posto. O Ministério mandou-o ser examinado por uma Junta Médica, a qual aconselhou mais um mês de licença. A mesma foi-lhe concedida.

Findo o mês da segunda licença e sendo observado pela mesma Junta Médica, esta avaliou que o cônsul precisaria de mais dois meses para recuperar totalmente a sua saúde. A licença foi prorrogada.

De prorrogação em prorrogação, Aristides só embarcou com a família, de regresso a Zanzibar, a 17 de Junho de 1915. Angelina voltou a passar mal, mas desta vez o motivo era óbvio, proeminente até, de cinco meses, mais precisamente. Os ares da serra, além de frescos, eram revigorantes e férteis. Era a segunda viagem que faziam para Zanzibar, e Angelina fizera ambas grávida.

Dizem-se das boas, assim como das más notícias, que nunca vêm sós. Aristides tinha ambas as experiências. Em Julho fora nomeado decano do corpo diplomático e, pouco mais de dois meses depois, nascia outra menina, a Isabel. Mas durante todo esse tempo os seus filhos estiveram constantemente febris, ganhando um aspecto anémico. Oito meses após o seu regresso a Zanzibar, a situação de enfermidade da família em geral era tal que o médico aconselhou Aristides a retirá-la de lá. O cônsul apressou-se a telegrafar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se não lhe podiam conceder transferência de posto, pelo menos que lhe dessem uma licença que lhe permitisse levar a família de volta para Portugal. No entanto, o ministro não achou conveniente que o cônsul deixasse o seu posto, a não ser em caso grave. Porém, desde Janeiro que Aristides chamava, de forma quase ininterrupta, tanto para si quanto para o resto da família, o médico ao seu domicílio pelas mais variadas enfermidades próprias do clima: malária e bronquites agudas e asmáticas.

— Vocês não podem permanecer aqui. Sobretudo as crianças, — disse o doutor Rudolpho, desviando nesse momento o olhar de Aristides para a mais pequena, Isabel, — “pois elas não têm resistência suficiente à acção deste clima, que além de deletério pela assistência de febres palustres, é em extremo húmido e quente e, por isso mesmo, excessivamente extenuante.”⁴⁸ Pelo menos as crianças têm de sair daqui!

⁴⁸ Palavras constantes no atestado médico passado a 30 de Maio de 1916, aconselhando a retirada da família de Zanzibar e que Aristides remeteu ao Ministério in Processo Individual, Caixa 32.

Aristides pediu ao médico que lhe passasse um atestado do que lhe dissera e, munido deste, tornou a fazer o pedido ao Ministério para que o transferisse, ou então, o deixasse acompanhar a família a Portugal. Por isso, ainda sem qualquer resposta de Lisboa acerca do seu pedido, mas com o coração nas mãos pelo risco de vida que toda a sua família corria, Aristides levou-a em Agosto para um *bungalow* no sanatório de Chuvakra. A saúde de todos melhorou e por isso, animado, Aristides escreveu para o Ministério renunciando ao pedido de licença que fizera anteriormente.

Durante alguns meses a enfermidade pareceu ter abandonado a família, mas em Novembro o pior dos diagnósticos abateu-se sobre a casa de Aristides:

— Tem de tirar imediatamente o seu filho daqui! — Ordenava o doutor Rudolpho, cujo aforismo popular de visita de médico não lhe fazia justiça, uma vez que sempre com tantos doentes naquela casa, demorava mais do que alguns visitantes. — Já não há nada que eu possa fazer por ele. O seu filho está em perigo de vida. Tire-o daqui se não quer que ele morra! — Enfatizou, com os músculos do rosto retesados pela preocupação.

O seu primogénito estava com um surto de malária e Aristides nunca se perdoaria se acontecesse alguma coisa a algum dos seus filhos. De alguma forma achava-se responsável por esta situação, pois se não a tinha por lhe ter sido atribuído aquele posto, tinha-a com certeza por ter teimado em trazer os filhos de volta para aquele lugar após ter conseguido colocá-los em Portugal. Com todo o historial de enfermidades que já colecionavam na altura, era escusado tê-los arrastado de novo para este fim de mundo.

Com Isabel enroscada como podia no seu colo, sem se mostrar importada com a barriga de cinco meses de gravidez da mãe, Angelina, com os lábios encostados à cabeça da filha, chorava. Aristides aproximou-se, colocando a mão sobre os seus ombros. Compreendia-a perfeitamente, mas tinha de a reconfortar. Mal sentiu o calor da mão do marido nas suas costas, Angelina ergueu o olhar na sua direcção:

— Vamos ficar sem ele, Aristides! — Pronunciou com uma voz rouca e perturbada. Um estranho não a teria entendido.

— Não, claro que não! Deus não há-de permitir uma coisa dessas. — Respondeu-lhe, retirando a mão do seu ombro e colocando-a na cabeça de Isabel. — Vou até ao porto. Vais ver que com a graça de Deus algum vapor há-de estar de saída e com destino a Durban. E nem que eu tenha de revirar céus e terra, meto-nos lá dentro! Tem fé!

— Eu tenho... — Respondeu entre lágrimas, num murmúrio quase imperceptível.

No fim do dia, Aristides voltou extenuado, ele próprio massacrado por

noites sucessivas de insónia, algumas fruto de crises de malária, outras de auxílio à sua família doente. Entrou em casa, além de fisicamente acabado, cerebralmente esgotado. Por outro lado, tinha a sensação que, naquele clima, o efeito das noites de insónia era mais pernicioso do que em Portugal. Atirou-se ao sofá e apenas conseguiu dizer:

— Embarcamos amanhã de manhã cedo para Durban. Trata das malas.

Aristides recostou a cabeça no sofá e fechou os olhos, mas abriu-os, sobressaltado, logo a seguir, dando uma palmada na testa:

— Esqueci-me de deixar o consulado entregue a alguém durante a minha ausência!

O refrigério do descanso foi curto e Aristides levantou-se pouco tempo após se ter sentado. Precisava de regressar ao consulado. Durante o caminho, sentia como se a sua cabeça não estivesse presa ao corpo. Estava com dificuldades em concentrar-se, por isso se esquecera de algo tão óbvio como deixar o consulado entregue a alguém.

Essa noite, apesar de não ter sido de insónia, não foi de grande descanso, pois para poderem apanhar o vapor que zarpava com destino a Durban, tiveram de se levantar de madrugada. Angelina, mesmo grávida, fazia questão de carregar ao colo Aristides César. Ele ia enrolado numa manta, para fazer face aos calafrios que a febre lhe provocava. Antes de chegar ao porto, Angelina passou o filho para o colo do pai.

Mal acabaram de se sentar, passada a apoquentação de encontrar o lugar e se acomodarem, o troar grave da campainha do vapor sinalizou a partida. Aristides olhou pela janela para o exterior, a sua dava para o lado do mar. O balançar suave das ondas e a monotonia de um horizonte sempre igual depressa fizeram efeito num corpo moído. As suas pálpebras começaram a fechar-se sem que as pudesse controlar, mas no último momento que mediava o adormecimento completo, Aristides abriu os olhos assustado e involuntariamente o seu tronco atirou-se para a frente, como se pretendesse levantar-se.

— O que foi?

— Oh, não. — Respondeu Aristides somente, ainda estremunhado.

— Mas o que foi? — Insistiu Angelina entre o curiosa e o assustada.

Abanando freneticamente a cabeça, Aristides acabou por anunciar:

— Na azáfama de conseguir passagens o mais rapidamente possível para nós, esqueci-me de pedir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros autorização para me ausentar.

Angelina encolheu os ombros e perguntou-lhe:

— É o que é que ias fazer? Enviar um telegrama para o Ministério e esperares de braços cruzados a resposta, na esperança de que fosse positiva e, com sorte, dias depois recebias a autorização e entretanto o navio já teria

partido e se calhar o teu filho morrido? — Concluiu olhando para Aristides César que naquele momento dormia tranquilo.

Cogitou alguns momentos nas palavras da mulher e por fim disse-lhe:

— Tens razão.

— Além disso, nada no teu comportamento foi premeditado. Foi apenas a tua preocupação de pai que te levou a esquecer os regulamentos.

— E achas que isso importará ao Ministério?

— Pois devia! Que raio de homem serias tu se pusesse os artigos de um regulamento na frente da vida do teu filho?

Depressa o torpor do balançar das vagas o envolveu e Aristides adormeceu finalmente. No entanto, mal o seu filho foi hospitalizado, apressou-se a escrever uma carta ao Ministério, explicando tudo o que se passara, sobretudo a urgência da partida e pedia que o seu comportamento irregular fosse relevado.

Foi em Abril do ano seguinte que Aristides recebeu a resposta ao ofício que enviara de Durban, em Novembro, para o Ministério, dando conta que estava ausente do seu posto. Ao abrir o sobrescrito, notou que aquele ofício datava de 15 de Fevereiro e pensou: É exactamente por isto que eu não podia ter esperado por uma resposta. Não havia tempo.

Calmamente, agora que o seu filho se encontrava fora de perigo, Aristides leu o ofício. O Ministro dos Negócios Estrangeiros acedia ao seu pedido de ser relevado o facto de se ter ausentado do seu posto sem licença, mas repreendia-o e observava-lhe que “na necessidade urgente de se ausentar de Zanzibar deveria ter dado conhecimento imediato a esta Secretaria e à Legação em Londres.”

Em Agosto, toda a família estava novamente doente. Angelina era quem estava numa condição mais grave e, mesmo quando melhorou, ficou num estado de abatimento tal que parecia estar às portas da morte. O facto de ter dado à luz em Março, — outro menino, o Geraldo, — e pouco tempo depois ter adoecido, deveria ter concorrido para tamanha extenuação. Por isso, Aristides, também ardendo em febre, foi quem teve de passar noites em branco cuidando da família. A factura não demorou. Enquanto o clã melhorou, ele piorou, com o abatimento a tomar conta de si e a comprometer qualquer convalescença. Para piorar tudo, o empregado consular também adoeceu, obrigando o cônsul a fazer sozinho o trabalho dos consulados português e italiano, do qual fora temporariamente incumbido. O estado da família era tal que, mesmo quando Aristides recebeu licença para se ausentar, não pôde fazê-lo pois os riscos da viagem já eram maiores do que continuar em Zanzibar. Levá-los para passar uma temporada num ou-

tro lugar qualquer podia ser uma solução, mas estava fora do seu alcance financeiro, pois estando de licença receberia metade do seu vencimento e isso não lhe permitiria pagar as despesas de viagem e de alojamento.

Em tempos, Aristides pedira ao Ministério transferência para Xangai, pois o clima era melhor, mais recentemente para Banguecoque, onde teriam uma casa em condições e as viagens para lá acarretariam menos riscos. Porém, via-se agora tão desesperado com o risco de vida que a família corria que já não sabia se deveria ficar ou pedir para sair e, neste caso, nem sequer imaginava para onde. Além do constante sobressalto em que vivia pela vida dos filhos, sentia-se descontente por não conseguir ter o rendimento profissional que deveria. Já só esperava poder levar dali os filhos para algum lado sem que a sua saúde sofresse danos irreversíveis e que um dia, noutro lugar melhor, os pudesse compensar do sofrimento por que passavam agora.

No entanto, em Janeiro, o desespero cedeu à enfermidade. Extenuado por meses de doenças, suas, da mulher e dos filhos, por ter de trabalhar no consulado muitas vezes sob o efeito de malária e das noites de insónia provocadas pela moléstia ou por prestar auxílio à sua família, Aristides caiu doente. Segundo o diagnóstico do doutor Rudolpho de Mello de “malária e neurastenia resultante de enfraquecimento orgânico e nervoso produzido por aquela enfermidade e por excesso de trabalho”⁴⁹. E mais, “a sua continuação [a de Aristides] nesta terra não pode ter como consequência senão o agravamento do seu estado e nunca a sua cura.”⁵⁰

— “Atendendo seus desejos transferi V. S^a. para Curitiba.”⁵¹ — Aristides releu o telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros várias vezes antes de exclamar: — Deus seja louvado!

Finalmente, a notícia pela qual aguardara nos últimos anos: a transferência para outro consulado. E, ao contrário do que acontecera anteriormente, em que fora transferido de um lugar de clima péssimo para um de clima ruim, desta vez ia para o Brasil.

Porém, um dia antes do envio desse telegrama, a colónia Portuguesa em Zanzibar informava o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa que não desejava a transferência de Sousa Mendes do seu lugar.

A 23 de Março, o vice-cônsul português de Nairobi enviava um telegrama para o Ministério informando que a colónia portuguesa de lá, apoiava o pedido da colónia de Zanzibar, pedindo a retenção do cônsul.

⁴⁹ Palavras constantes no atestado médico do doutor Rudolpho de Mello, aconselhando a saída de Aristides do posto de Zanzibar, datado de 15 de Janeiro de 1918 *in* Processo Individual, Caixa 32.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Telegrama do Ministério datado de 5 de Março de 1918 *in* Processo Individual, Caixa 32.

Dois dias depois, a 25 de Março, a colónia portuguesa em Mombaça telegrafava para Lisboa com um pedido semelhante às suas congéneres. Rogava ao ministro que mantivesse o doutor Sousa Mendes, “popular cônsul em Zanzibar”, neste sultanato.⁵²

Felizmente para Aristides, nenhum dos pedidos surtiu efeito, mas foram, no entanto, motivo de grande satisfação, pois após tantos anos de dificuldades em Zanzibar, elas não lhe tinham afectado o seu desempenho. Pelo contrário, à sua partida, várias vozes se erguiam, já saudosas, defendendo a sua permanência. Valiam para Aristides como que um atestado à sua conduta profissional naquele sultanato. Sentiu-se comovido. Recordou, igualmente, o dia em que recebera do sultão a Medalha de Segunda Classe da Estrela Brilhante.⁵³ O nome até podia induzir em erro, mas era a condecoração mais alta que podia ser concedida a um estrangeiro. Recebera-a há alguns meses apenas, como reconhecimento pela sua acção política durante a Grande Guerra, pois com conflitos junto à fronteira de Moçambique, Aristides tinha de ter especiais cuidados nas relações com o sultão, para que este não se indispusse com o governador daquela província. Por outro lado, manteve-se sempre atento às colónias de portugueses residentes naquela zona de África Oriental.

Aristides fez rodar a folha de papel timbrado do consulado no rolo da máquina de escrever. Depois acertou a altura do cabeçalho e dactilografou a data. Antes de colocar a quem se destinava, reviu mentalmente tudo o que fizera ao longo dos sete anos que passara em Zanzibar. Por fim, decidido, colocou a meio da página: Exmo. Snr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, continuando sem pausas o relatório sobre a sua actividade. Quando acabou, retirou a segunda folha da máquina e colocou-a por baixo da primeira e, apontando com o indicador cada ponto de entrada do relatório, releu-as para se certificar que não se esquecera de nada. Ao começar a ler a segunda folha, verificou em voz alta os pontos desta:

— As viagens de propaganda para Tanga, Dar-es-Salam, Mombaça e Nairobi que fiz às minhas custas para promover o comércio com Portugal; a câmara de comércio que fundei em Zanzibar e outra em Nairobi; as subscrições com fins patrióticos que abri entre as colónias portuguesas; a aprendizagem da língua indígena.

Olhou para a cópia da lista de relatórios que elaborara durante a sua gestão do consulado de Portugal em Zanzibar e remetera para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

— “1- Relatório sobre a lei de nacionalidade do Sultanato;

⁵² Estes três telegramas de várias colónias portuguesas encontram-se *in* Processo Individual, Caixa 32.

⁵³ *Ilustração Portuguesa*, 1919 in Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, p. 109.

- “2 - Relatório sobre o registo civil e matrícula consular;
- “3 - Informação sobre a navegação e comércio de Zanzibar;
- “4 - Relatório sobre a população portuguesa residente no Sultanato de Zanzibar;
- “5 - Informação sobre a fiscalização dos contratos de legação de serviços dos colonos portugueses em Zanzibar;”

Calou-se antes de concluir a lista, admirado de como, com o seu estado de saúde continuamente debilitado, conseguira elaborar quase quarenta relatórios.

Uma semana depois, Aristides fazia a entrega do consulado e deixava definitivamente Zanzibar.

— *Karibu!* — Pronunciou baixinho em Swahili ao presenciar, do convés, o navio a afastar-se do porto, com a certeza de que era a última vez que observava aquela paisagem a afastar-se e, sobretudo, não teria mais de a ver aproximar-se.